



Victor Andrade de Melo
Juliana Carneiro

O Centenário 100 ANOS DEPOIS

Persistências e
mudanças na cena
urbana carioca



Victor Andrade de Melo
Juliana Carneiro

O Centenário 100 ANOS DEPOIS



Rio de Janeiro, 2022

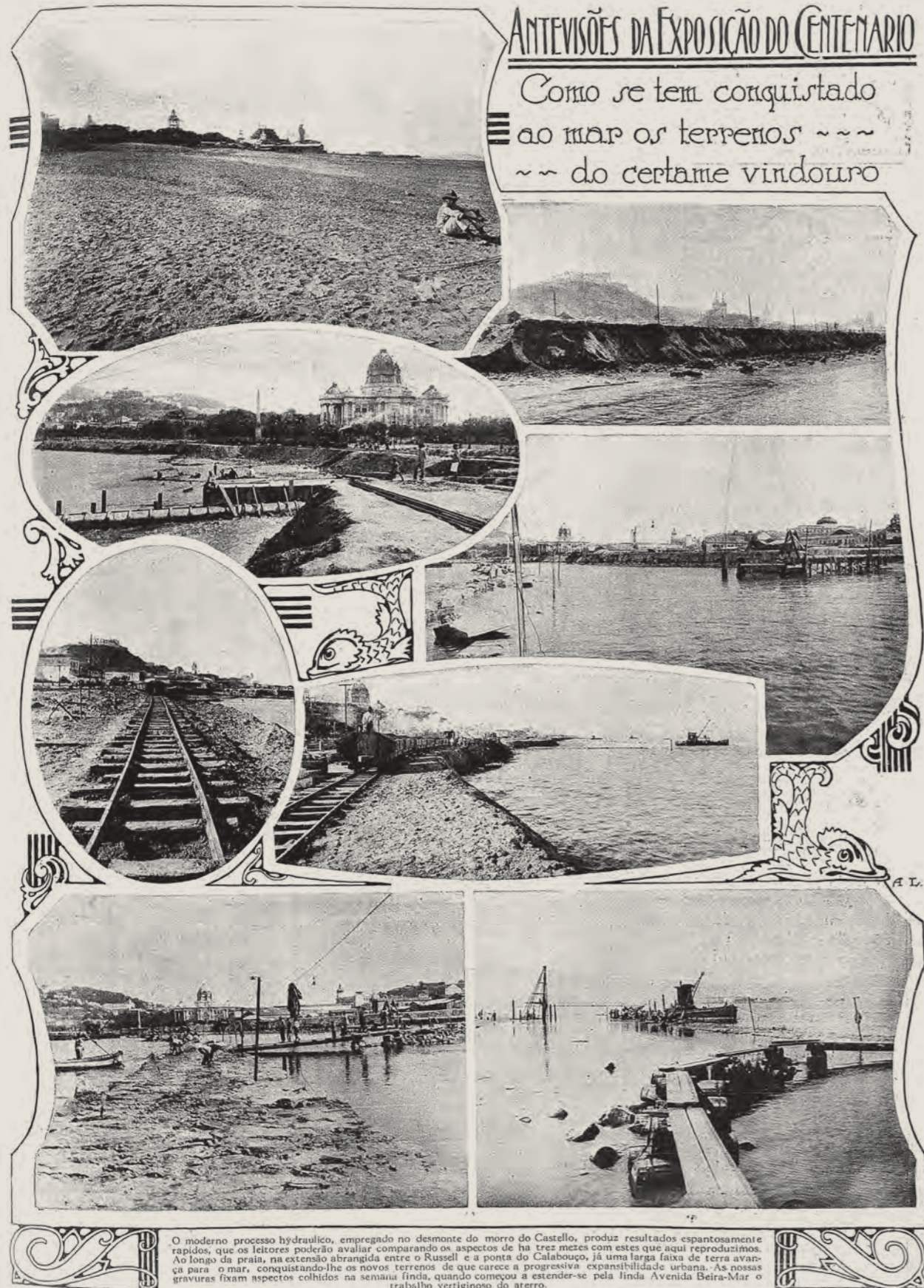
Persistências e
mudanças na cena
urbana carioca



Vista de Copacabana, circa 1922
Autoria não identificada/
Coleção Gilberto Ferrez/Acervo
Instituto Moreira Salles

ANTEVISÕES DA EXPOSIÇÃO DO CENTENÁRIO

Como se tem conquistado
ao mar os terrenos ~ ~ ~
~ ~ do certame vindouro



O moderno processo hidráulico, empregado no desmonte do morro do Castelo, produz resultados espantosamente rápidos, que os leitores poderão avaliar comparando os aspectos de há três meses com estes que aqui reproduzimos. Ao longo da praia, na extensão abrangida entre o Russell e a ponta do Calabouço, já uma larga faixa de terra avançou para o mar, conquistando-lhe os novos terrenos de que carece a progressiva expansibilidade urbana. As nossas gravuras fixam aspectos colhidos na semana finda, quando começou a estender-se pela linda Avenida Beira-Mar o trabalho vertiginoso do aterro.

Apresentação › Victor Melo e Juliana Carneiro • Primavera de 2022

Duzentos anos da independência, relembrando o Centenário: persistências e mudanças

➔ Este livro foi publicado graças aos recursos concedidos pelo Edital Retomada Cultural 2 (Governo do Estado do Rio de Janeiro). Uma das linhas de financiamento apoiou projetos que tinham como foco o bicentenário da independência brasileira, proclamada em 1822. De fato, por todo o país estão sendo organizadas iniciativas para celebrar essa efeméride. Curiosamente, boa parte delas faz menção ou tem como tema central os fatos ocorridos no ano de 1922, ocasião em que o Brasil comemorou o centenário de sua dissolução “oficial” dos laços coloniais.

Revista da Semana,
6 de maio de 1922,
p. 13.

Não é para menos, 1922 é um ano-chave da história nacional, um momento em que ocorreram fatos notáveis que repercutiram por décadas e repercutem até os dias de hoje. Entre outros, podemos citar a Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista do Brasil, a revolta dos 18 do Forte.

O país ainda sentia os impactos da epidemia de gripe espanhola (1919), bem como enfrentava problemas no âmbito da economia, especialmente em função da não recuperação do preço do café, efeito da 1ª Grande Guerra (1914-1918). Nesse cenário, os acordos políticos que sustentavam os primeiros momentos da República – a articulação entre as oligarquias paulistas e mineiras –, davam sinais de fragilização tanto por divergências internas quanto devido à emergência de novas lideranças e coletivos, alguns inclusive oriundos de estratos economicamente menos privilegiados.

Os ecos da greve geral e da Insurreição Anarquista de 1918 ainda persistiam. Fomentados pelo aumento do inchaço urbano e da pobreza em algumas cidades, os movimentos reivindicatórios dos trabalhadores, especialmente dos operários, progrediam e assustavam os donos dos meios de produção. As promessas da República pareciam não se realizar, tornando seu fracasso mais explícito para o grande conjunto da população na luta cotidiana para viver.

Em meio a essa turbulência, em 1922, a presidência mudou de mãos, passando de Epitácio Pessoa para Artur Bernardes, que governou quase integralmente sob “estado de sítio”, decretado a partir do argumento de que precisava conter as perturbações que aconteciam nos mais distintos âmbitos. O dirigente chegou ao poder eleito por uma minoria da população, depois de enfrentar uma campanha eleitoral muito polêmica.

Pessoa e Bernardes tiveram a responsabilidade de, para além de gerenciar os múltiplos conflitos, promover atividades diversas com o intuito de comemorar o centenário da independência, vislumbrando essa ocasião como uma estratégia para amenizar o quadro de tensão, fazer propaganda de suas gestões e pôr em debate o ainda inconcluso tema da identidade nacional, perspectivando ser uma boa oportunidade para celebrar e explicitar a adesão do Brasil a parâmetros de modernidade, a ideais de civilização e progresso.



Três envolvidos com o levante do Forte de Copacabana. *Careta*, 15 de julho de 1922, p. 28.

Charge sobre os desdobramentos de uma das greves de 1918. *O Malho*, 13 de abril de 1918, p. 17.



As comemorações do centenário

Ainda que tenham sido planejadas em diversas cidades iniciativas de comemoração do centenário da independência, as principais atividades foram programadas para ter lugar no Rio de Janeiro, a capital, condição que detinha desde 1763, quando se tornou sede do Vice-Reinado.

A princípio, ainda nos tempos de Epitácio Pessoa, a ideia de organizar celebrações do centenário andou lentamente. Pressionado pela imprensa e por certas lideranças intelectuais, o presidente teve que enfrentar as resistências do prefeito Milcíades Mário de Sá Freire que, dando sequência à breve, mas intensa administração de Paulo de Frontin, se negava a aumentar os gastos, optando por uma gestão rigorosa para dar conta dos seguidos déficits do orçamento do Distrito Federal.

Em 1920, esse empecilho foi resolvido com sua substituição pelo engenheiro Carlos César de Oliveira Sampaio, personagem que desde o século 19 estava envolvido com empreendimentos públicos e privados que tinham por intuito reformar as cidades, promover iniciativas que tinham em conta fazer progredir a infraestrutura e a economia nacionais.

Carlos Sampaio foi um personagem polêmico, mas muito cioso de cumprir um programa de modernização do Rio de Janeiro. Tendo como argumento a preparação da cidade para a visita dos reis belgas (1920) e para as celebrações do centenário, buscando articular capital público e privado, o prefeito não poupou esforços e dinheiro para realizar uma série de intervenções que tentava implementar desde o século 19.

Depois das reformas urbanas de Pereira Passos, da qual participou como engenheiro, foi o primeiro a promover tantas e tão multifacetadas intervenções. Antigas obras que vinham sendo discutidas há anos, na gestão de Sampaio foram efetivadas, notadamente o desmonte do Morro do Castelo.

Carlos Sampaio, assim, dava sequência a um costume que, de alguma forma, remontava, no mínimo, aos tempos da chegada da família real (1808): a intervenção no espaço urbano, cada momento a seu jeito, para dar conta dos mais diversos problemas que emergiam, da expectativa de embelezar a cidade, do desejo de adequá-la material e simbolicamente ao que se espera de uma capital. Na verdade, já no quartel final do século 18, o Rio de Janeiro passou por importantes mudanças estruturais.

Em cada um desses períodos, ficou clara a intencionalidade da intervenção governamental no que tange ao desenvolvimento do Rio de Janeiro. No caso de Sampaio, isso foi explícito. Tirando algumas obras realizadas na Tijuca e em São Cristóvão, e outras ainda menores na crescente zona suburbana, foi mesmo o eixo Centro-Zona Sul o cerne de suas preocupações. Ali estava o seu projeto de cidade.

Não surpreende que diversas tenham sido as críticas às ações de Carlos Sampaio. Muitos gastos foram considerados elevados e desnecessários, bem como encaradas como inadequadas a forma de gestão dos custos e a relação estabelecida com a iniciativa privada. Alguns sugeriam que o prefeito des-



- | | | |
|-----------|----|------------------|
| → PORTÕES | 13 | Idem da Noruega |
| 1 | 14 | Tcheco Slovaquia |
| 2 | 15 | Mexico |
| 3 | 16 | Dinamarca |
| 4 | 17 | Italia |
| 5 | 18 | Inglaterra |
| 6 | 19 | França |
| 7 | 20 | Suecia |
| 8 | 21 | Japão |
| 9 | 22 | Estados Unidos |
| 10 | 23 | Vago |
| 11 | 24 | Argentina |
| 12 | 25 | Pavilhão Monroe |

Primeiro Centenario da Independencia Política do Brasil

EXPOSIÇÃO DE 1922

PLANTA GERAL

Croqui do parque da Exposição do Centenário. A Exposição de 1922: órgão da Comissão Organizadora, julho de 1922, p. 4.



No centro da imagem, Mílciades Freire (à direita) e Carlos Sampaio (à esquerda), por ocasião da posse do segundo na condição de prefeito. *Fon-Fon*, 12 de junho de 1920, p. 28.



Lima Barreto. *A.B.C.*, 11 de maio de 1918, p. 11.

respeitava tradições e espaços históricos da cidade. Houve os que apontaram a precariedade das intervenções realizadas. Outros enfatizaram ainda o abandono de certas regiões do Rio de Janeiro, especialmente os subúrbios.

O escritor Lima Barreto, por exemplo, foi um dos críticos mais constantes e contundentes. Para ele, claramente o prefeito dividia a cidade em duas: uma privilegiada, outra abandonada; uma marcada pela renovação, outra pelo descaso; uma pelo cuidado, outra pela falta de atenção; uma “europeia”, outra “indígena”.

Sanear, embelezar, gerar novos espaços para a construção de habitações e empreendimentos de alto padrão econômico (algo que interessava aos agentes que atuavam no setor imobiliário) – não seria equivocado assim resumir os intuítos centrais da gestão Carlos Sampaio, aprofundando-se um processo já em curso de gentrificação que forjava um perfil para a região na qual mais investiu, inspirado por certas visões de civilização e progresso. Nesse cenário, induziu-se uma ocupação ordenada da área litorânea, mais do que nunca valorizada, encarada como símbolo de novos tempos do Rio de Janeiro.

A instalação do parque destinado a acolher uma exposição internacional – a principal atividade prevista para as celebrações do centenário da independência – foi um exemplo das intenções de Carlos Sampaio. Foi o argumento central por ele esgrimido para extrair do Centro o Morro do Castelo, servindo também para justificar o fim do bairro da Misericórdia, duas áreas que incomodavam certas lideranças por se tratar de locais de moradia de pessoas de camadas populares.

O desbaste do Morro do Castelo foi uma das mais notáveis iniciativas da gestão de Carlos Sampaio. Perceba-se que não estamos a sugerir que foi boa ou má, apenas a registrar que se tratou de uma ação que ocasionou um impacto inegável na região central, marca principal de uma dinâmica de intervenções difícil de entrever até os dias de hoje. Mesmo quando, recentemente, o Rio de Janeiro foi sede de grandes eventos esportivos internacionais, e passou



Aspecto noturno do parque de exposição. *Architectura no Brasil*, setembro de 1923, p. 150.

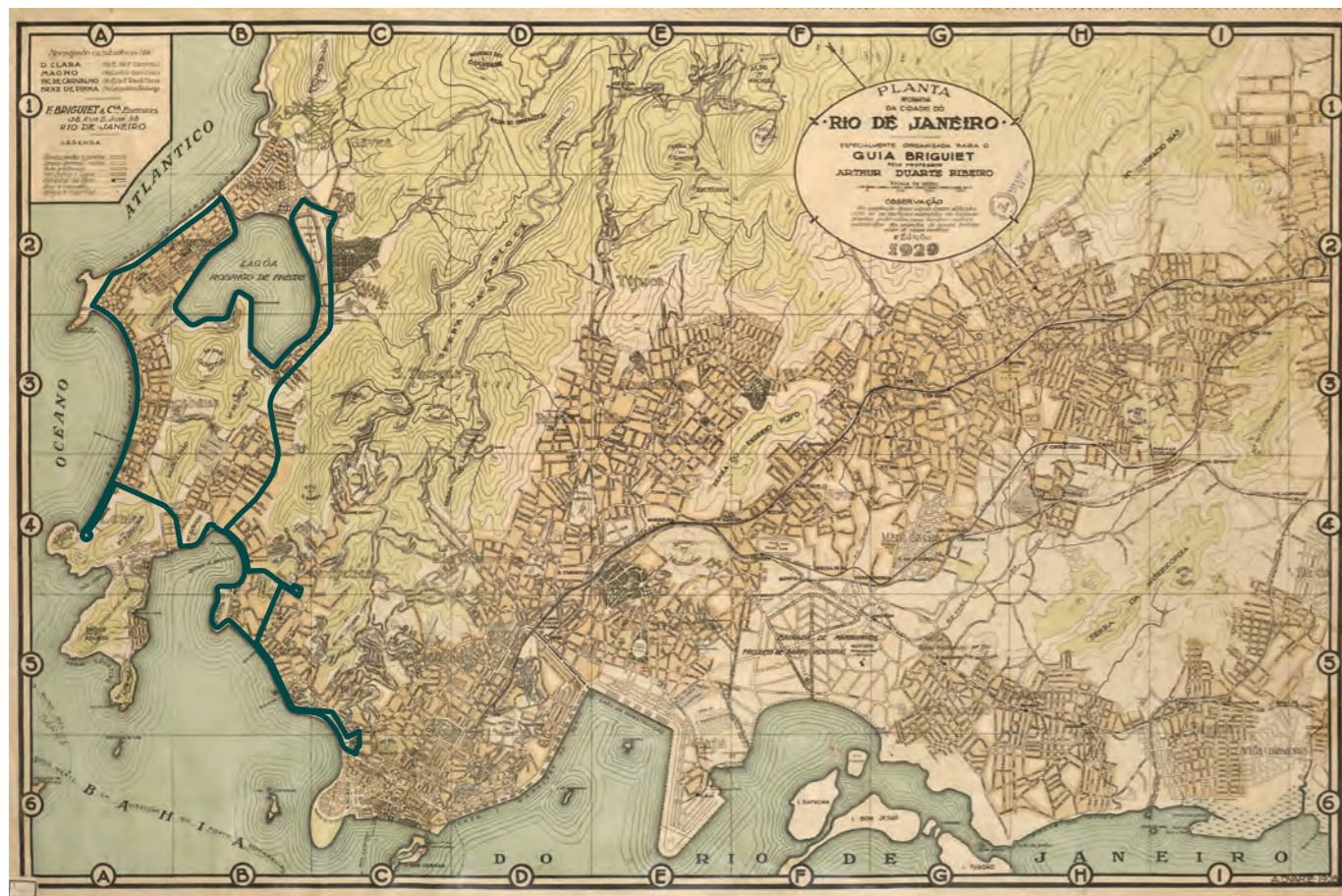
uma vez mais por profundas reformas urbanas, apenas chegamos perto das realizações daquele momento. Seguramente, neste ano de 2022, nada próximo será organizado para comemorar o bicentenário da independência brasileira.

A propósito, como parte das celebrações de 1922, foram organizados três importantes eventos esportivos: o Campeonato Sul-Americano de Futebol, os Jogos Militares e os Jogos Olímpicos do Centenário. É uma das provas desse último que inspirou o eixo adotado na escrita deste livro: a maratona.

A maratona

João Manuel Casquinha Malaia Santos (2011) foi o primeiro pesquisador a perceber a importância da maratona dos Jogos Olímpicos de 1922. A seu ver, a “prova [...] foi uma verdadeira celebração à modernidade carioca. O roteiro foi pensado e executado para dar vistas a pontos recém-urbanizados da Zona Sul, bem como passar pelas obras novas dos palácios da Exposição, e de outros pontos importantes que pudessem ressaltar não só o desenvolvimento da cidade, como as benesses do prefeito Carlos Sampaio e as novas regiões adotadas pela elite carioca como destino”.

No seu olhar, posição por nós compartilhada, as “freguesias mais populares foram alijadas de acompanhar os corredores da mais exaustiva prova do esporte. Mesmo os bairros da Gávea e Lagoa, que concentravam algumas indústrias e por isso muitas vilas operárias, estavam em fase de reestruturação com a saída dos estabelecimentos e de muitos de seus funcionários daquela região. Nas freguesias mais populosas do Centro, a maratona passou à beira-mar e não no coração, nas verdadeiras artérias da cidade. Foi uma ode



ao moderno, às novas obras, às novas áreas em franca expansão imobiliária e à nova paisagem que caracterizaria a cidade nos tempos vindouros, valorizando suas belas praias ainda pouco ocupadas, como Copacabana e Ipanema e a belíssima Lagoa”.

Perceba-se que foram poucos os corredores que tomaram parte na prova – apenas seis, três brasileiros (Roberto Costa, José Marcellino Menezes e Matheus Marcondes, o único nacional que concluiu o percurso) e três chilenos (Florides Castillo, Lula Cellis e Manoel Plasa, o vencedor com o tempo de duas horas e cinco minutos) (*Jornal do Comércio*, 17 de setembro de 1922, p. 5). A despeito disso, sua organização requisitou uma grande estrutura, contando-se para tal com apoio governamental das três esferas (municipal, estadual e federal).

Mais do que tudo, foi uma ocasião muito simbólica, como, aliás, ocorreu com a maratona organizada nos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, cujo trajeto, em linha gerais, seguiu estratégia semelhante à de 1922 – privilegiar determinados pontos da cidade que se pretendia exaltar.

João Malaia descreveu o trajeto da maratona de 1922, realizada em ruas molhadas pelas chuvas do dia anterior (em compensação, o dia nublado facilitou

Percurso da Maratona de 1922. Elaborado por Fernanda Ribeiro em mapa de 1928 a partir de descrição de João Malaia Santos.

o desempenho dos corredores). Fernanda de Azevedo Ribeiro (2014), a partir dessas informações, produziu um precioso mapa com o percurso percorrido.

O que pretendemos neste livro é, tendo em conta o percurso da maratona, apresentar as principais mudanças promovidas na urbanização do Rio de Janeiro na gestão de Carlos Sampaio, a partir do argumento de que se precisava preparar a cidade para as celebrações do centenário da independência. Mais do que informar o que foi realizado, esperamos perceber como aquelas intervenções permanecem ou não nos dias atuais.

Muitos livros, capítulos e artigos já foram escritos sobre todos os fatos até aqui narrados. Diversos investigadores, ao se debruçarem sobre os mais distintos temas, já lançaram olhares relevantes sobre essas ocorrências. Esta obra não tem por objetivo adotar o mesmo perfil.

Trata-se mais de uma obra de difusão. O que desejamos, privilegiando a exposição de imagens, é apresentar ao grande público algo daquelas realizações promovidas no início da década de 1920 em conexão com o presente, com o Rio de Janeiro dos dias atuais, cidade que uma vez mais passa por um período difícil num cenário de crise econômica pós-pandemia da covid-19, desgovernos diversos e aumento da violência por parte de setores da sociedade civil e do Estado, ocorrências que se manifestam num momento de grande tensão no contexto nacional.

Não é, portanto, nosso intuito proceder uma análise/interpretação aprofundada sobre o tema. Com o contraste de imagens, o que desejamos é oferecer uma oportunidade para que se conheça algo sobre o Rio de Janeiro nesse último centenário. O que ficou daquela cidade de 100 anos atrás tendo em conta as muitas intervenções feitas no período?

Considerando o momento pelo qual estamos passando no Rio de Janeiro e no Brasil, outra pergunta básica se impõe: o que temos a comemorar? De toda maneira, trata-se de uma boa oportunidade para refletirmos – por meio de palavras, imagens e gestos: o que nos trouxe até aqui e para onde queremos ir? Ainda que não seja explicitamente o cerne do livro, é seguramente algo que jamais saiu de nosso intuito ao oferecer esta obra ao leitor, ao Rio de Janeiro e, por que não dizer, ao país.

Em última instância, é uma declaração de amor à Cidade Maravilhosa, esse canto de terra que, a despeito de todos os problemas, segue nos emocionando e acalentando nosso coração.



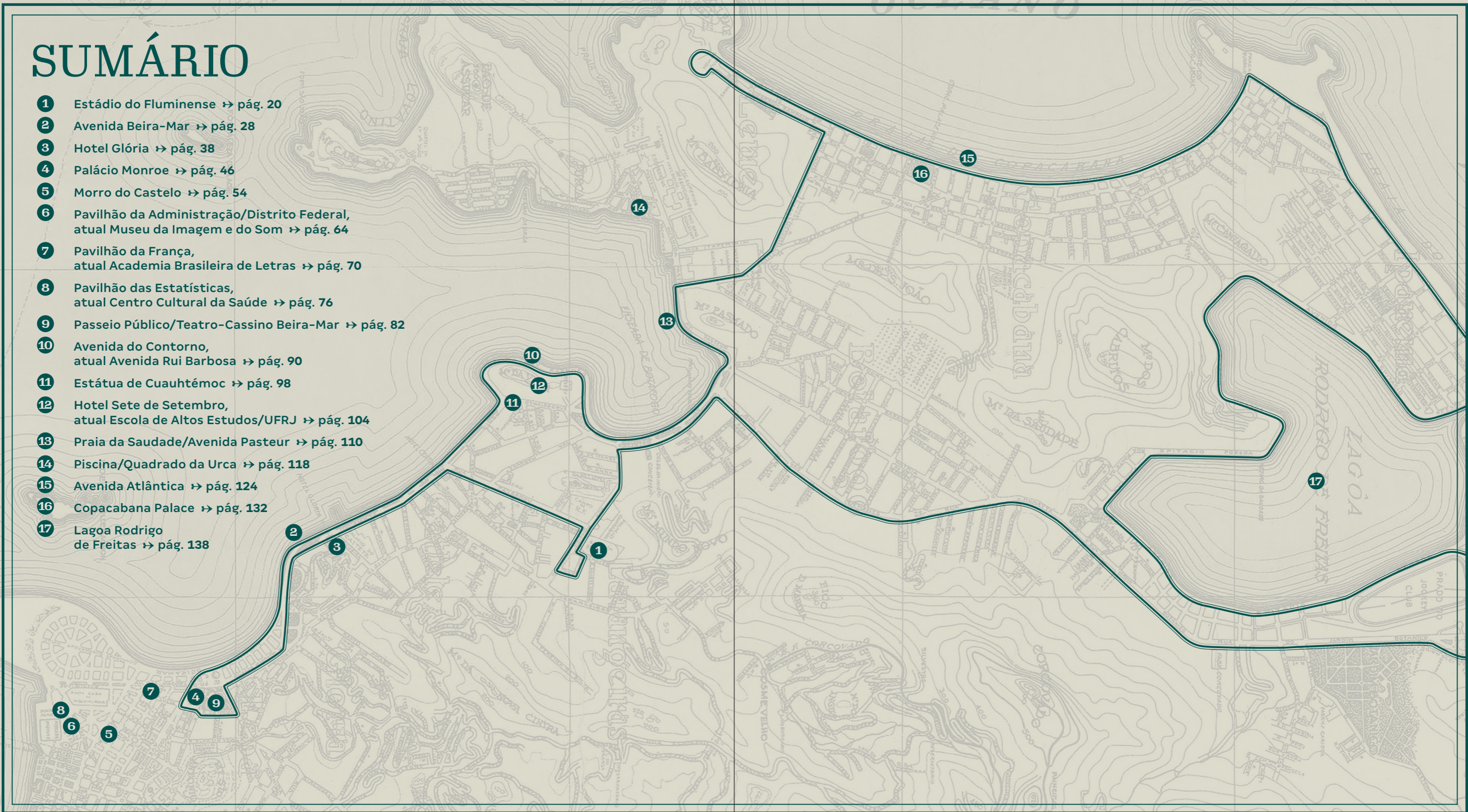
Anúncio da maratona de 1922. *Gazeta de Notícias*, 15 de setembro de 1922, p. 6.



Exposição Internacional do
Centenário da Independência 1922
Foto Bippus Rio/
Acervo Instituto Moreira Salles

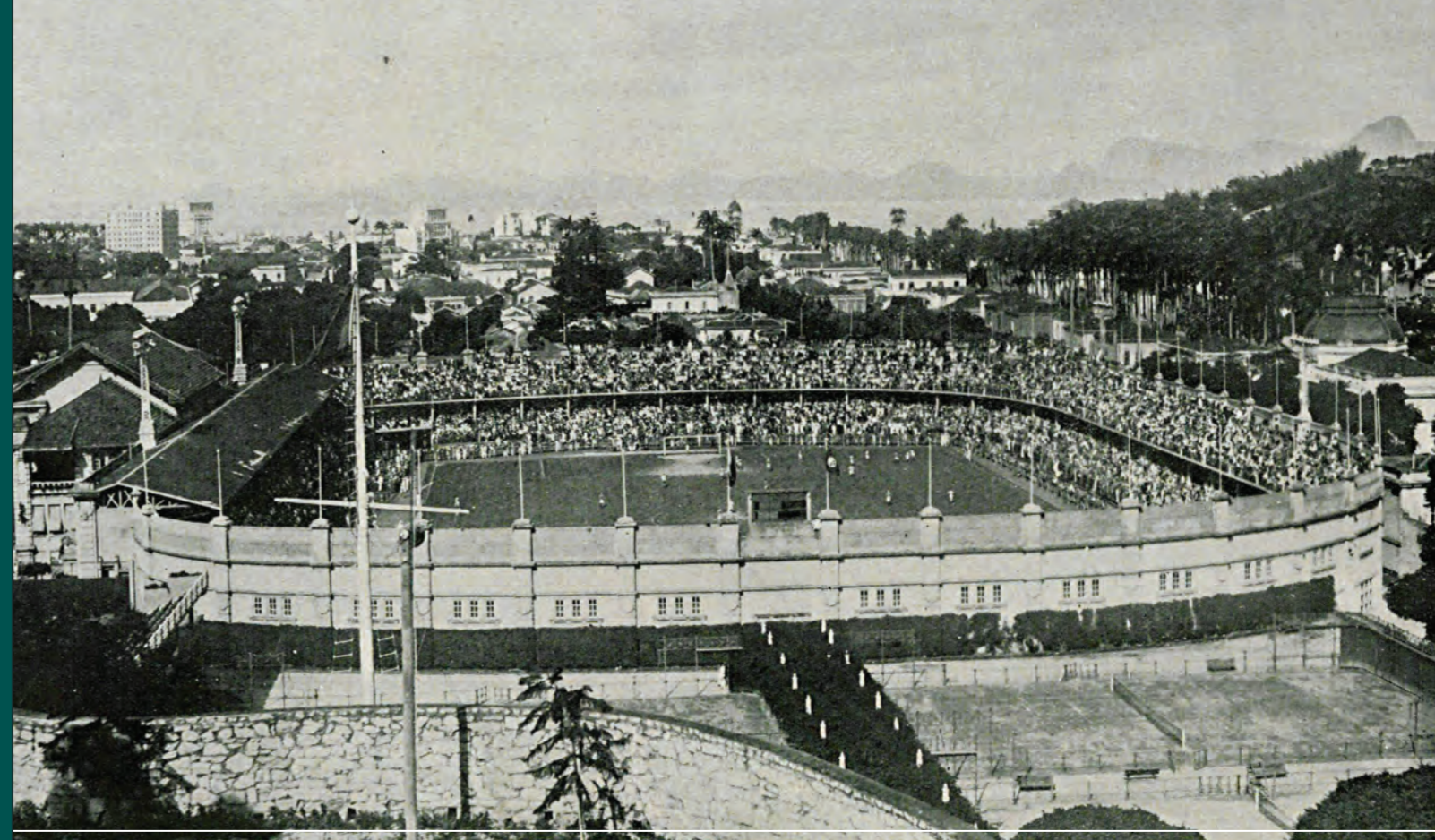
SUMÁRIO

- 1 Estádio do Fluminense → pág. 20
- 2 Avenida Beira-Mar → pág. 28
- 3 Hotel Glória → pág. 38
- 4 Palácio Monroe → pág. 46
- 5 Morro do Castelo → pág. 54
- 6 Pavilhão da Administração/Distrito Federal, atual Museu da Imagem e do Som → pág. 64
- 7 Pavilhão da França, atual Academia Brasileira de Letras → pág. 70
- 8 Pavilhão das Estatísticas, atual Centro Cultural da Saúde → pág. 76
- 9 Passeio Público/Teatro-Cassino Beira-Mar → pág. 82
- 10 Avenida do Contorno, atual Avenida Rui Barbosa → pág. 90
- 11 Estátua de Cuauhtémoc → pág. 98
- 12 Hotel Sete de Setembro, atual Escola de Altos Estudos/UFRJ → pág. 104
- 13 Praia da Saudade/Avenida Pasteur → pág. 110
- 14 Piscina/Quadrado da Urca → pág. 118
- 15 Avenida Atlântica → pág. 124
- 16 Copacabana Palace → pág. 132
- 17 Lagoa Rodrigo de Freitas → pág. 138



1

Estádio do Fluminense



» O estádio do Fluminense Football Club, localizado no bairro das Laranjeiras, foi o ponto de partida da maratona de 1922. Era, de fato, na ocasião, um dos equipamentos esportivos mais importantes da cidade, tendo já acolhido relevantes eventos notadamente relacionados ao futebol.

No mesmo local onde se encontrava o estádio, na rua Guanabara, nos dias de hoje rua Pinheiro Machado, desde 1904 existia o campo de futebol da agremiação tricolor. Até então, o Fluminense, criado em 1902, disputava seus jogos em outros grounds, especialmente no do Paissandu Cricket Club, que se localizava nas redondezas, na esquina da rua Paissandu com a rua Guanabara.

A princípio, foi construída uma pequena arquibancada de madeira, mais modesta do que as de outras praças de esporte que estavam se estruturando. Na primeira imagem a seguir, podemos ter uma ideia da instalação que havia no estádio do Bangu Athletic Club, agremiação fundada em 1904. Logo, contudo, o tricolor das Laranjeiras passou a ter uma tribuna digna dos seus planos futuros, como podemos ver na segunda imagem.

A história da sede e do estádio do Fluminense é uma expressão da progressiva boa estruturação do clube, não somente no que



Acima, arquibancada do estádio do Bangu Athletic Club.
O Malho, 5 de agosto de 1905, p. 7.



tange ao futebol, como também no tocante a outras modalidades e a sua parte social. No decorrer do tempo, a agremiação foi se tornando uma das principais da cidade e do Brasil, chegando mesmo a ser reconhecida internacionalmente.

Algumas reformas promovidas em 1915, por exemplo, foram muito celebradas, encaradas como claros sinais do progresso e dos compromissos do clube para com a cidade. Não surpreende, assim, que o estádio do Fluminense tenha sido escolhido para ser a



Arquibancada do estádio do Fluminense lotada por ocasião de um jogo do Campeonato Sul-Americano de 1919.
O Malho, 31 de maio de 1919, p. 19.

Visão do Estádio do Fluminense.
A Careta, 3 de abril de 1920, p. 19.

» Nos dias de hoje, se cruzarmos o Túnel Santa Bárbara em direção à Zona Sul, podemos percorrer uma das pistas da Rua Pinheiro Machado, ligação de Laranjeiras com Botafogo. Nem sempre foi assim. Até 1961, era um logradouro de via única, não existia a segunda pista. Parte dela era ocupada pelas arquibancadas do Estádio das Laranjeiras, naquele tempo mais amplo e imponente do que o atual.

Para entender a paisagem urbana de hoje, é preciso retornar ao fim dos anos 1950, quando se conflagrou uma disputa entre o Fluminense Football Club e o estado da Guanabara em razão do projeto de duplicação da Rua Pinheiro Machado tendo em vista melhorar o escoamento do trânsito pelo planejado Túnel Santa Bárbara (cuja construção durou de 1947 a 1963), o que obrigaria a demolição de parte das arquibancadas do Estádio.

Após anos de disputas, o Fluminense fez um acordo e, em dezembro de 1961, teve parte de seu Estádio desapropriado, recebendo a quantia de Cr\$ 49.703.000,00, além de terrenos da esquina das Ruas Álvaro Chaves e Pinheiro Machado (no valor de Cr\$ 31.355.000,00).

Àquela altura, o Estádio das Laranjeiras já não era o principal palco futebolístico da cidade, superado por São Januário (inaugurado em

Estádio do Fluminense.
Foto Flávio Santos.



Missa campal de inauguração do Cristo Redentor. *O Malho*, 17 de outubro de 1931, p. 15.

1927) e pelo Maracanã (1950). Todavia, seguia notória sua importância histórica, espaço que acolheu relevantes ocasiões da cena urbana carioca, não só esportiva.

Por exemplo, em outubro de 1931, nele foi realizada a missa campal de inauguração do Cristo Redentor, cerimônia conduzida pelo Papa Pio XI e D. Sebastião Leme, arcebispo do Rio Janeiro. O gramado foi escolhido por conta da localização e da vista privilegiada para o monumento, uma vez que não havia espaço suficiente no Corcovado para receber a multidão que desejava celebrar aquele momento histórico.

A principal ocupação do Estádio foi obviamente esportiva. Tendo inaugurado, em 1928, seu sistema de iluminação, ao longo de muitas décadas acolheu grandes jogos da cidade. O Fluminense foi muitas vezes campeão em sua sede, mas também o foram os outros principais clubes do Rio de Janeiro – Bangu, América, Vasco da Gama, Botafogo e Flamengo. Na década de 1960, contudo, até mesmo em função da demolição de parte das arquibancadas, sediava em geral partidas de menor porte.

Mesmo perdendo seu protagonismo no cenário esportivo, em 1969, a sede do Fluminense foi tombada provisoriamente pelo governo da Guanabara, reconhecendo-se ser um patrimônio cultural do Rio de Janeiro. Tal ato se tornou definitivo apenas em dezembro de 1998,

sede principal do primeiro grande evento futebolístico organizado no Brasil, em 1919, o 3º Campeonato Sul-Americano de Seleções.

Para bem sediar esse evento, contando com incentivos fiscais do governo federal, foi reformado e ampliado o campo de futebol, na esteira de uma reestruturação que estava sendo realizada em toda sede. Surgia o imponente Estádio das Laranjeiras, inaugurado por ocasião da primeira partida da contenda internacional. A nova instalação foi consagrada com a vitória da seleção brasileira na final disputada contra o Uruguai, pioneira grande conquista do futuramente vitorioso escrete canarinho.

O Estádio das Laranjeiras não era somente utilizado para acolher jogos de futebol, como também competições de esportes distintos. Não surpreende, portanto, ter sido escolhido para ser a sede de uma série de atividades dos Jogos Olímpicos do Centenário e do Campeonato Sul-Americano de Futebol realizados em 1922.

Obviamente, havia outras questões envolvidas na escolha do Fluminense, entre as quais a boa estruturação da agremiação, os notáveis resultados obtidos na organização do campeonato de 1919, bem como as relações que possuía o presidente do clube, membro de uma das famílias mais benfeitoras de sua

Atletas em desfile no Estádio do Fluminense. *A Careta*, 2 de outubro de 1920, p. 28.

Obras de construção do Túnel Santa Bárbara. *Revista de Engenharia do Estado da Guanabara*, jan./mar. 1965, p. 28.



Demolição de arquibancadas do Estádio das Laranjeiras. Acervo Flu Memória.



com a Prefeitura consagrando seu valor histórico com a criação da Área de Proteção do Ambiente Cultural de Laranjeiras. A essa altura, o bairro já estava pontilhado por altos prédios. Com a abertura do Túnel Santa Bárbara, tornara-se uma área movimentada por carros e ônibus, longe do bucolismo de outrora.

O dia 22 de julho de 1970 marcou o início de um longo jejum de jogos no Estádio. Após uma derrota de 1 X 0 para o Olaria, a diretoria do clube decidiu suspender as partidas oficiais nele realizadas. Por 16 anos, foi usado apenas para treinamentos ou eventos de outras

trajetória, das mais ricas e conhecidas das elites brasileiras: Arnaldo Guinle, que também presidira a Confederação Brasileira de Desportos entre 1916 e 1920. Seu irmão, Eduardo, foi um dos responsáveis pela aquisição do terreno da sede. Outro irmão, Carlos, da mesma forma foi um personagem influente nos caminhos do tricolor das Laranjeiras.

Para o evento de 1922, uma vez mais, o clube contou com benefícios públicos para reformar e ampliar seu estádio (a capacidade passou de 18 mil para 25 mil pessoas). Importante destacar que o Fluminense não recebeu recursos diretos, mas sim possibilidades de empréstimos que foram pagos no decorrer do tempo. De toda forma, segundo João Malaia (2011), tratou-se de um investimento de cerca de 5% de todo montante aportado pela administração federal nas comemorações do centenário.

O arquiteto responsável pelo projeto foi um notável do país, Hypolito Gustavo Pujol Junior, especialista numa nova tecnologia que chegava ao Brasil promovendo grandes mudanças – o concreto armado. A instalação reformada foi inaugurada uma vez mais na partida inicial do Sul-Americano de Futebol, uma goleada de 6 a 0 do Brasil sobre o Chile. Ao final da contenda, um controvertido



Brasil X Uruguai, Campeonato Sul-Americano, Estádio das Laranjeiras, 1922. *Fon-Fon*, 7 de outubro de 1922, p. 62.

Sede do Fluminense Football Club, Rua Álvaro Chaves esquina com Rua Pinheiro Machado, 2022. Foto Flávio Santos.

modalidades. Só em 1986, foi reaberto com capacidade para 8 mil pessoas, com um amistoso entre Fluminense e São Paulo, campeões carioca e paulista à época.

Em 2003, o Estádio passou a ser denominado Manoel Schwartz (uma homenagem ao ex-presidente do clube). Não teria, contudo, longa vida ativa. Com a aprovação de novas normas de segurança, entre outros por parte do Corpo de Bombeiros e do Estatuto do Torcedor, perdeu a capacidade de acolher jogos profissionais.

Ainda foi utilizado para treinamentos até 2016, quando o elenco principal passou a realizar suas atividades no novo centro da agremiação, na Barra da Tijuca. Desde então, restringe-se a receber jogos das categorias de base e do time feminino. Volta e meia circula uma notícia sobre o intuito de retomar a antiga vitalidade do Estádio. De toda maneira, há que se celebrar que permaneça de pé e bem conservada essa edificação de tamanha importância histórica.

Se os corredores da maratona de 1922, nos dias de hoje, pelo Estádio passassem, ao menos ainda o reconheceriam. Sede do Fluminense, primeira casa da seleção canarinho e um dos berços do futebol brasileiro, é motivo de orgulho para seus torcedores, ainda que só lembre de longe o tempo em que foi o maior e mais moderno da América Latina.

bicampeonato foi conquistado pela seleção nacional, consagrando-se o Estádio das Laranjeiras como lugar de vitórias memoráveis.

Há de se ter em conta que as mudanças promovidas tornaram mais confortável e conhecido um estádio que já era muito frequentado, até mesmo por ser abastecido por muitas linhas de transporte público. Deve-se considerar que o futebol já era o esporte mais difundido, apreciado e procurado pela população. A vitória de 1919 ampliara esse reconhecimento, a de 1922, mais ainda.

Vale destacar: desde 1915, já havia uma parte da tribuna dedicada a sócios, gente das elites, personagens influentes e políticos. O estádio transformou-se numa grande arena pública frequentada por pessoas dos mais distintos perfis que, para além de acompanhar as contendas esportivas, desejavam ver e ser vistas.

O Estádio das Laranjeiras foi não somente um dos principais espaços das atividades esportivas de 1922, como também de todas as comemorações promovidas. Foram um grande sucesso de público os jogos do Campeonato Sul-Americano de futebol, chegando mesmo a contrastar com o que se esperava ser manifestações ordeiras. Os torcedores compareceram em peso dando um ar de efusiva celebração a cada partida.



Sede do Fluminense Football Club. A Exposição de 1922: órgão da Comissão Organizadora. Número 2, agosto de 1922, p. 19.



2

Avenida Beira Mar



» Dada a largada, depois de seguir pela rua Paissandu, os maratonistas entraram na avenida Beira-Mar, na altura da Praia do Flamengo, em direção ao Centro da cidade. Parte das importantes reformas urbanas realizadas no Rio de Janeiro nos anos iniciais do século 20 – protagonizadas pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente da República Rodrigues Alves, esse logradouro foi inaugurado em 1906, embora só concluído no ano seguinte. Beirando o litoral, a não ser no trecho em que o Morro da Viúva chegava ao oceano, ia da Praia do Boqueirão ao final da Praia de Botafogo.

Tratou-se de um aterro da faixa litorânea realizado com terra do desmonte parcial do Morro do Castelo, promovido na execução da Avenida Central, e entulho das construções derrubadas nas reformas urbanas. Por que tamanho investimento foi feito nessa que foi das avenidas mais simbólicas daquelas intervenções? Vislumbrou-se garantir maior mobilidade para a Zona Sul, confirmando a inversão do fluxo de crescimento da cidade, redirecionamento relacionado à adoção de novos padrões de habitação inspirados em ideais de modernidade – a valorização do contato com a natureza, especialmente, naquele caso, com o mar.

» Em 2012, o Rio de Janeiro tornou-se a primeira cidade do mundo considerada pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade na categoria “Paisagem Cultural Urbana”. O reconhecimento se deveu à peculiaridade das intervenções no decorrer do tempo promovidas no sentido de valorizar a relação entre tecido urbano, montanha e mar, o tripé que sustenta a narrativa de que se trata de uma “ci-

Aeroporto Santos Dumont, 1941. Fotografia Aérea; Foco 30; Altitude 400 m; 10h. Acervo Museu Aeroespacial.



A construção da Avenida Beira-Mar interferiu profundamente na dinâmica do litoral, valorizando os terrenos da Praia de Botafogo e da Praia do Flamengo. Nesta, as habitações, inclusive, habitualmente faziam frente para a Rua do Catete, isso é, ficavam de costas para o oceano. No mesmo cenário, foram eliminadas antigas vocações comerciais ligadas a pequenos portos de abastecimento, mais usuais no bairro da Glória.

Avenida Beira-Mar antes das obras de Carlos Sampaio. *Revista da Semana*, 2 de abril de 1921, p. 22.

dade maravilhosa”. Essa ideia se consolidou ao longo do século XX. As diversas ações de estabelecimento da Avenida Beira-Mar foram mesmo de grande relevância no processo de construção identitária da antiga capital federal.

A Avenida Beira-Mar marcou o início de uma série de intervenções urbanas, executadas por décadas, pelo poder público, com o intuito de melhor aproveitar terrenos até então pouco valorizados localizados nas bordas da Baía da Guanabara, melhorando também a comunicação entre o Centro e a Zona Sul. Essas obras resultaram no que hoje conhecemos como Aterro do Flamengo.

Já na década de 1930, o que restou da Praia de Santa Luzia e da Ponta do Calabouço desapareceu em consequência da ampliação do aterro, feito com entulho do desmanche do Morro do Castelo, tendo em vista a construção do Aeroporto Santos Dumont, inaugurado oficialmente em novembro de 1936, cerimônia que contou com a presença do presidente da República, Getúlio Vargas.

Duas décadas depois, em meados dos anos 1950, o processo de aterramento começou a ser ampliado entre a Glória e a curva do Morro da Viúva. Depois de intenso debate, se decidiu que os terrenos ganhos do mar deveriam servir ao lazer da população. Curiosamente,

Rapidamente, a Avenida Beira-Mar tornou-se valorizada, símbolo das aspirações de civilização e progresso, de requinte, progressivamente defendidas e adotadas por certos setores das elites. Deve-se destacar que o logradouro foi muito utilizado para práticas de diversão, inclusive esportes, acolhendo atividades cotidianas e competições, promovidas especialmente no Pavilhão de Regatas instalado na Praia de Botafogo. De outro lado, com sua inauguração restringiram-se alguns hábitos, como os banhos de mar nas antigas Praias da Lapa e do Boqueirão.

As práticas de entretenimento marcaram o perfil da Avenida Beira-Mar, material e simbolicamente adequada às mudanças em curso no Rio de Janeiro – além dos esportes, por lá havia hotéis, *footings*, jardins, festas, estabelecimentos de banhos de mar, eventos de carnaval (bailes, batalhas de confete, desfile de corsos), entre outras.

A Avenida tinha um ponto fraco – ficava muito exposta às constantes ressacas que havia no Rio de Janeiro, inclusive na Baía de Guanabara. Frequentemente, reparos tinham que ser feitos para refazer o que era destruído pela força das águas do mar, ocasiões que foram captadas por fotografias lindas e ater-



rorizadoras. Em 1906, uma dessas ocorrências atrasou mesmo sua construção.

Em 1921, uma vez mais, uma ressaca destruiu trechos da Avenida Beira-Mar, o que se tornou um importante argumento para Carlos Sampaio promover intervenções no logradouro. Nos jornais, publicaram-se diversas imagens das faixas litorâneas da Glória e do Centro bastante avariadas. Um cronista assim observou o incidente: “Os estragos causados pelo mar dentro e fora da barra não foram pequenos, sobressaindo os produzidos nas obras da Avenida Wilson à Ponta do Calabouço, o local em que a prefeitura está preparando para a próxima Exposição do Centenário” (*Careta*, 10 de setembro de 1921, p. 28).

Além das reformas necessárias para reparar os estragos produzidos pelo mar, da Glória (Ponta do Russel) ao Calabouço ampliou-se o aterro, uma parte, inclusive, servindo à instalação dos pavilhões da Exposição. Uma vez mais foram utilizadas terras do Morro do Castelo. A ideia era promover um ajardinamento da área conquistada, perspectivando-se, até mesmo, a criação de um novo núcleo urbano na região final, eliminando-se o bairro da Misericórdia.

Efeitos da ressaca de 1921 na Avenida Beira-Mar. *Careta*, 10 de setembro de 1921, p. 28.



Congresso Eucarístico.
Revista da Semana,
30 de julho de 1955, p. 7.

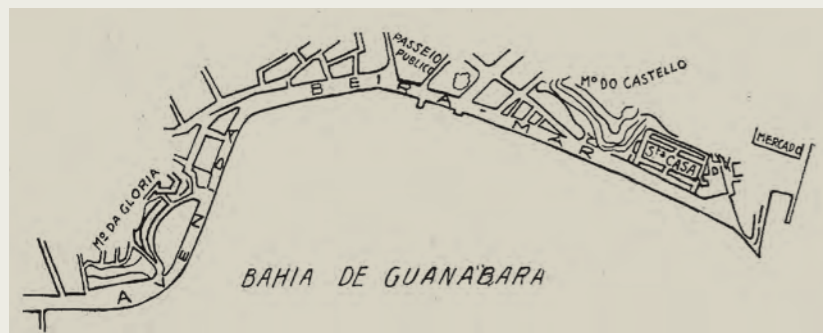
Obras do Aterro do Flamengo,
1960. Fotografia, 23,5 x 16 cm,
em papel. Acervo Arquivo Geral
da Cidade do Rio de Janeiro.

contudo, um primeiro trecho serviu, em 1955, para sediar o Congresso Eucarístico Internacional. Sobre tal realização, estampou na manchete a *Revista da Semana* (13 de agosto de 1955, p. 26): “E o chão brotou das águas, e sobre o chão começaram a construir um grande tabernáculo e a caravela de Deus aportou”.

Segundo o cronista, para avançar nas obras e garantir a realização do evento: “Pode-se dizer que há mais de um ano centenas de pessoas já trabalhavam para o grandioso plano que era o 36º Congresso Eucarístico Internacional”. No seu olhar, a cidade poderia celebrar o novo espaço que estava a surgir: “Ali, onde era mar ergue-se hoje uma esplanada maravilhosa. Deus ganhou um congresso como (acreditamos) ainda não se havia realizado. O Rio, uma praça maravilhosa que a cada momento recordará os grandiosos acontecimentos ali transcorridos”.

O Aterro do Flamengo é um grande parque urbano que estende-se do Aeroporto Santos Dumont até o início da Praia de Botafogo. Projetado entre 1954 e 1959, teve suas obras iniciadas em 1961. Oficialmente denominado “Parque Brigadeiro Eduardo Gomes”, abriga importantes equipamentos públicos tais como o Museu de Arte Moderna (1954), o Monumento aos Mortos da II Guerra Mundial (1956) e a Marina da Glória (1982).





Litoral da Glória ao Calabouço antes e como projetado para as obras na Beira-Mar promovidas na gestão de Carlos Sampaio. *Revista da Semana*, 4 de junho de 1921, p. 18.



Aterro do Flamengo, 1947. Acervo Biblioteca Nacional.

Tal intervenção foi mais uma das consideradas exageradas por parte da população e da imprensa. Carlos Sampaio foi amiúde acusado de deixar a prefeitura endividada com tantas obras. No caso da Beira-Mar, pendia ainda a suspeita de que, afastando o oceano da vista da população, estragaria um dos mais apreciados logradouros da cidade. Nos periódicos, vários foram os projetos apresentados no intuito de encontrar uma solução menos invasiva para o aterro daquela faixa de litoral.

O fato é que a obra foi executada, deixando, contudo, a princípio, um grande vazio, motivo de críticas contundentes. Durante anos, houve dificuldades de dar bom uso àqueles terrenos. Várias intervenções foram promovidas, inclusive tendo em conta que seria necessário integrá-los com o espaço deixado pelo desbastamento do Morro do Castelo.

De toda forma, tais intervenções abriram espaço para novas construções que iriam reconfigurar aquela paisagem. Nas comemorações de 1922, ainda que só parcialmente concluída, o prolongamento da Avenida Beira-Mar foi mobilizado para demonstrar os intuítos modernizadores da prefeitura e governo federal.



Imagens do aterro que deram origem à expansão da Avenida Beira-Mar. *Fon-Fon*, 2 de outubro de 1926, p. 50.

Inaugurado em 1965, por ocasião das comemorações do IV Centenário da cidade do Rio de Janeiro, contando com cerca de sete quilômetros de extensão e 1.300 metros quadrados, o parque foi idealizado por Lotta Macedo Soares, projetado, entre outros, por Affonso Eduardo Reidy e teve seu paisagismo elaborado por Roberto Burle Marx. Uma novidade importante adotada foi o *design* de iluminação planejado pelo americano Richard Kelly, fazendo-se uso de uma tecnologia importada na qual as lâmpadas simulavam o brilho do luar. Nos dias atuais, ao passar pela Avenida Beira-Mar, os maratonistas de 1922 veriam um quadro bem distinto. As construções da Praia do Flamengo não são mais os antigos casarões – só sobraram alguns poucos, mas sim prédios de apartamentos, uma verdadeira miríade dos estilos arquitetônicos adotados na cidade. A pista utilizada não seria mais aquela próxima ao mar, e sim uma grande rodovia que corta o parque, a propósito usualmente utilizada para corridas de quilometragens diversas.

De toda forma, algo se preservou dos intuítos que no passado levaram à construção da Avenida Beira-Mar: a celebração do encontro com o oceano.

Avenida Beira Mar na altura
do Passeio Público.
Foto Augusto Malta/Acervo
Instituto Moreira Salles



3

Hotel Glória



» No percurso, os maratonistas passaram por três hotéis que foram abertos por estímulo governamental tendo em vista as comemorações do centenário, tanto para acolher os convidados internacionais ou nacionais mais importantes quanto para celebrar os novos tempos por meio de sua arquitetura, luxo e conforto. O Hotel Glória foi dos mais importantes por ter sido inaugurado a tempo das celebrações e ter tido uma longa trajetória.

O estabelecimento possuía um perfil de balneário, privilegiando a boa visão do oceano e das belezas da Avenida Beira-Mar, especialmente dos Jardins da Glória, instalados no local onde antes se encontrava o mercado público do bairro. Rapidamente foi considerado um dos maiores e mais luxuosos hotéis do Brasil e da América do Sul. Alguns sugerem, inclusive, que tenha sido o primeiro “cinco estrelas” do país e o pioneiro prédio a usar concreto armado.

Algumas fontes indicam que se tratou de um projeto de Joseph Gire, também responsável pelo Copacabana Palace, planejado na mesma ocasião. O notável arquiteto francês deixou muitas obras na França, Argentina e Brasil, destacadamente no Rio de Janeiro, tais como o Palácio de Brocoió, o Palácio Laranjeiras e o Edifício A Noite.



Os bairros da Glória e Flamengo. Local onde seria construído o Hotel Glória. Na parte central da foto os jardins do Palácio do Catete, 1917. Foto Jorge Kfuri / Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

» A paisagem é impactante. À direita, o Pão de Açúcar margeado pela Baía de Guanabara e o Aterro do Flamengo. À esquerda, a visão do Centro – Marina da Glória, Museu de Arte Moderna, Aeroporto Santos Dumont. Tudo isso se pode ver das janelas do Hotel Glória, estabelecimento que desempenhou um papel protagonista na cidade, mantendo suas portas abertas por mais de 85 anos, deixando uma marca de requinte e sofisticação na vida carioca. Em 2022, todavia, a edificação cumpriu seu centenário fechada para reformas, ainda sem prazo para finalização.

Em 2008, depois de um longo período de decadência, o hotel foi comprado pelo empresário Eike Batista, que anunciou uma grande reforma que o tornaria um “seis estrelas”, um marco na história da hotelaria do Rio de Janeiro. Seria reaberto como Gloria Palace para a Copa do Mundo de 2014. Porém, com a crise no Grupo EBX, as obras foram paralisadas, em 2013. No início de 2016, o estabelecimento passou às mãos do fundo árabe Mubadala, de Abu Dhabi.

Em 2020, o prédio histórico foi adquirido pelo Opportunity Fundo Imobiliário, que anunciou o projeto de transformá-lo em um espaço residencial. No processo de retrofit, será mantido o perfil luxuoso: uma torre de apartamentos de 13 andares, dois pavimentos técnicos, restaurante com cúpula de vidro, spa, piscina com borda infinita,



Outras fontes sugerem que o projeto contou com a denotada participação do alemão Sylvio Riedlinger, proprietário da Companhia Construtora em Cimento Armado, responsável, de fato, pelas obras, contratada pela família Rocha Miranda, conhecidos empresários e proprietários do Hotel Glória.

Hotel Glória. Na imagem, percebe-se como o estabelecimento ficava próximo do mar. *O Malho*, 4 de novembro de 1922, p. 38.



Hotel Glória, 1929. Acervo Biblioteca Nacional.

centro de convenções e bar a céu aberto na cobertura. Apesar da mudança na sua finalidade social, o gestor responsável afirmou respeitar a memória do edifício centenário, trabalhando “para resgatar um patrimônio muito importante da cidade”.

O Hotel Glória passou por muitas reformas no decorrer de sua trajetória centenária. A primeira mais notável se deu em 1949, quando foi vendido para o engenheiro italiano Arturo Brandi. De imediato, o “doutor” Brandi, como era chamado, realizou uma série de intervenções com o intuito de modernizar as dependências e as habitações. Foi o momento em que Eduardo Tapajós assumiu a administração da casa, dando início a uma parceria que durou mais de 50 anos.

Nos anos 1950, o Hotel Glória viveu seu auge com a inauguração da Boite Beguin e da sua primeira piscina. Ainda nessa década, passou por uma expansão do número de apartamentos e ganhou um centro de convenções que Maria Clara Tapajós – esposa de Eduardo Tapajós, moradora no estabelecimento por mais de 40 anos –, afirma ter sido “o primeiro da América do Sul”.

Ao longo de sua história, o Glória hospedou ícones internacionais – como Albert Einstein, Ava Gardner, Maria Callas e Yuri Gagarin, recebeu 19 presidentes da República e serviu de residência para gente da elite

O estilo adotado foi o neoclássico. Entre tantas inovações, destacaram-se suas magníficas instalações elétricas, o que lhe dava um aspecto ainda mais moderno, como esperavam os entes governamentais que se empenhavam em garantir que a cidade transpirasse ares de progresso. Não surpreende que, em 1922, o Hotel Glória tenha abrigado importantes personalidades do exterior e mesmo algumas atividades importantes das celebrações do centenário.

Como bem sugeriu na ocasião um cronista: “o Hotel Glória é hoje o preferido da elite brasileira e dos estrangeiros ilustres que nos visitam. Foi ali que se hospedaram as Embaixadas Especiais que vieram em nome dos governos das nações amigas saudar a nossa pátria a 7 de setembro” (*O Malho*, 4 de novembro de 1922, p. 38). Foi sede de vários eventos promovidos por essas representações do exterior, que consideraram seu luxo e glamour como adequados para acolher suas reuniões sociais mais notáveis.

No decorrer do tempo, o Hotel Glória passou a ser palco de importantes celebrações da cidade, um dos principais locais onde desfilava a vida elegante carioca. Pela frequência, aspecto



Anúncio do Hotel Glória. A Exposição de 1922: órgão da Comissão Organizadora, julho de 1922, p. 40.

Interior luxuoso do Hotel Glória. *Fon-Fon*, 7 de setembro de 1922, p. 32.



Baile de Artistas, 1957. *Fon-Fon*, 12 mar. 1957, p. 31.



política nacional, como Otávio Mangabeira e o embaixador João Neves da Fontoura. No campo cultural, além de receber estrelas e celebridades mundiais, acolheu e/ou promoveu muitos eventos importantes, entre os quais bailes e concursos de miss. Por anos, foi o palco de um dos mais famosos concursos de fantasia de carnaval do Rio de Janeiro. O desfile, que se tornou uma tradição da cidade, ficou marcado pela rivalidade entre Clovis Bornay e Evandro de Castro Lima.

A transferência da capital para Brasília, em 1960, teve claro impacto no hotel que era um dos preferidos da classe dirigente brasileira. Ainda assim, o Glória continuou sendo palco de eventos políticos relevantes. Em 1965, foi escolhido para sediar a abertura da Conferência da Organização dos Estados Americanos (OEA). O primeiro presidente da ditadura militar, o general Humberto Castelo Branco, seria o responsável pelo discurso inaugural. Nessa noite, artistas e intelectuais se reuniram na porta para realizar aquela que é considerada a primeira manifestação pública contra o golpe de 1964 e a repressão imposta pelo governo de exceção.

Assim que o general Castello Branco desceu do carro na porta do hotel, manifestantes irromperam com vaias, gritos, faixas e cartazes denunciando a ditadura: os jornalistas e escritores Antonio Callado,

e símbolos que mobilizava, mesmo não sendo diretamente uma obra governamental, não surpreende que o trajeto da maratona tenha passado por sua frente.



Interior luxuoso do Hotel Glória.
Fon-Fon, 7 de setembro de 1922, p. 32.

Vista aérea do bairro da Glória, em destaque, o Hotel Glória, circa 1922
Jorge Kfuri/Coleção Gilberto Ferrez/
Acervo Instituto Moreira Salles



Hotel Glória em reforma para se transformar em empreendimento imobiliário.
Foto Flávio Santos.

Carlos Heitor Cony e Márcio Moreira Alves; os cineastas Glauber Rocha, Joaquim Pedro de Andrade e Mário Carneiro; o embaixador recém afastado Jayme de Azevedo Rodrigues; o diretor teatral Flávio Rangel; e o poeta Thiago de Mello, o único que conseguiu escapar dos policiais. Os outros foram levados presos ao quartel da Polícia do Exército.

A cidade aguarda a reabertura de edificação tão simbólica. De toda forma, os maratonistas de 1922 ainda veriam o prédio de pé, em obras, é verdade, bem como seu entorno bastante modificado em função da instalação do Aterro do Flamengo. Talvez vissem algo da animação que ganham os arredores, nos fins de semana, com as muitas rodas de samba, algo que faz lembrar os tempos celebrativos das Festas da Glória.

Palácio Monroe



» Na sequência da maratona, os corredores chegaram ao portão principal do parque da Exposição do Centenário, seguramente a maior realização das comemorações de 1922. Desde o século 19, as exposições vinham se configurando, mundialmente, como uma eficaz estratégia de celebrar o Estado-Nação e fazer propaganda dos avanços de cada país, uma exibição da sua adesão aos ideais de modernidade. O Brasil participara de algumas dessas atividades e já até mesmo organizara uma, em 1908, para festejar o centenário da abertura dos portos às nações amigas.

Inaugurada em setembro de 1922, a Exposição do Centenário manteve-se em funcionamento até julho de 1923, destacando-se por sua monumentalidade. Estima-se que mais de 3 milhões de pessoas tenham frequentado o parque expositivo. Uma magnífica iluminação elétrica permitia, inclusive, a visita noturna.

Projetado por Mario Fertin, que se ligaria ao movimento da arquitetura moderna, e Edgard Vianna, recém-chegado ao Rio de Janeiro de uma formação nos Estados Unidos, o portão principal da Exposição tinha 33 metros e foi concebido para causar impacto já na chegada dos visitantes. Com um grande arco e ornamentos de motivos marítimos e indígenas (*Architectura*



Visão da Praça Gandhi, onde se encontrava o Palácio Monroe, 2022. Foto Flávio Santos.



no Brasil, setembro de 1923, p. 153) – típicos de uma abordagem nacionalista –, sua magnitude foi registrada num curta do reconhecido cineasta Alberto Botelho – *A Porta Monumental da Exposição do Centenário* (1922).



Portugal teve dois pavilhões na Exposição do Centenário, um no setor nacional e outro no internacional. Este se encontra nos dias de hoje instalado em Lisboa. *Architectura no Brasil*, setembro de 1923, p. 156.

» Ao contrário dos três sítios anteriores, nos dias atuais, os maratonistas de 1922 nada veriam do Palácio Monroe, demolido em 1976. Em seu lugar, hoje se encontra a Praça Mahatma Gandhi, na qual se encontra a estátua do líder, presente do governo indiano por ocasião das celebrações do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro (1965).

A obra de 3 metros e 80 centímetros pesa duas toneladas e foi esculpida pelo artista Sankho Chaudhuri, representando Gandhi de cabeça baixa, carregando um longo cajado em posição de marcha. A cerimônia de inauguração contou com a presença de embaixadores de diversas nações amigas, como Estados Unidos, França e a própria Índia, além de muitas autoridades brasileiras.

A praça atual possui ainda o maior chafariz do Rio de Janeiro – com 10 metros de altura –, comprado na Áustria pelo governo imperial brasileiro, em 1878, antes alocado na Praça XV.

Após a Exposição de 1922, o Palácio Monroe foi ocupado pelo Senado Federal por cerca de quarenta anos. Para adaptar-se ao seu novo uso, passou por grandes mudanças, tais como: construção de um piso intermediário, de outro ao redor da cúpula e de um terraço; instalação de elevadores; envidraçamento de duas *loggias* laterais.

Havia, na verdade, duas entradas para a exposição. O portão principal foi instalado na Avenida Rio Branco, próximo ao Palácio Monroe, uma medida eivada de simbolismo por se tratar de uma área que fora conquistada com o desmonte do Morro do Castelo. Esse pórtico dava acesso, pela Avenida das Nações, ao setor internacional da mostra, que se estendia até o antigo Arsenal e era constituído pelos pavilhões de 13 países.

O outro pórtico, projetado por dois importantes arquitetos, Raphael Galvão e M. Brasil do Amaral, em estilo colonial, dava acesso ao parque de exposições pelo setor nacional, composto por oito pavilhões. Entre os dois setores, havia ainda uma série de outras instalações menores.

Se a exposição marcava simbolicamente a definitiva adesão do Brasil aos ideais modernos, as duas portas marcavam momentos distintos. Ainda que fazendo referências ao colonial e ao eclético, também procurava os superar à moda brasileira, propostas que depois seriam reelaboradas na estruturação nacional da arquitetura moderna.

Já o Palácio Monroe era claramente a expressão de outro tempo. Fora construído para ser o pavilhão do Brasil na Exposição

Palácio Monroe.
Careta, 19 de junho de 1909, p. 22.



Interior do Palácio Monroe.
O Senado funcionou no Palácio
entre 1925 e 1960.



Entre 1945 e 1946, foi provisoriamente cedido ao Tribunal Superior Eleitoral, no ano seguinte retornando ao Senado Federal, sendo sua sede até 1960, quando a capital foi transferida para Brasília. A partir deste momento, o Monroe passou a funcionar como escritório

de representação do Senado no Rio de Janeiro, até 1964, quando foi transformado em sede do Estado Maior das Forças Armadas.

Em razão da falta de manutenção, na década de 1970, o Palácio Monroe aparentava decadência, longe da imponência de outros tempos. Em 1972, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) recomendou ao Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) o seu tombamento como parte do conjunto arquitetônico remanescente da antiga Avenida Central, atual Rio Branco, composto também pelo Obelisco, pelo Tribunal de Justiça, pela Biblioteca Nacional, pelo Museu Nacional de Belas Artes, o Derby Clube, o Jockey Clube, o Clube Naval, o Teatro Municipal e o Palácio Pedro Ernesto. O parecer do relator do processo, o arquiteto Paulo Santos, foi favorável ao pleito.

Todavia, cerca de dois meses depois, o arquiteto e urbanista Lúcio Costa apresentou ao IPHAN, do qual fora funcionário, o documento intitulado “Problema mal posto”, no qual contestou o parecer de Paulo Santos. Nele, justificava a demolição do Monroe por uma questão de “desafogo da área”. No seu obtuso olhar, seria uma “falsa arquitetura” por ser o eclético uma mera cópia de estilos europeus.

Em 1974, com a obra de construção do metrô se aproximando das imediações do Palácio, teve início um acalorado debate a respeito



Universal/Feira Mundial de Saint Louis (Missouri, EUA, 1904), sendo previsto que depois seria transportado para o Rio de Janeiro. O arquiteto responsável, Francisco Marcelino de Sousa Aguiar, futuro prefeito que daria sequência à administração e a algumas obras de Pereira Passos, adotou o estilo eclético, muito usual à época, com traços franceses, um projeto inovador e elogiado (ganhou o primeiro prêmio de arquitetura no evento norte-americano).



Demolição do Palácio Monroe, 1976.
Acervo Biblioteca Nacional.

do destino do prédio histórico. Uma comissão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro aprovou um parecer que recomendava sua preservação. O Clube de Engenharia também se manifestou contrário à demolição.

Contudo houve uma forte campanha em favor da derrubada do Monroe. O jornal *O Globo* defendeu a demolição e conseguiu o apoio de arquitetos importantes, como o próprio Lúcio Costa, que chegou a declarar que o Palácio era “um monstrego”. As autoridades competentes afirmavam que o Monroe prejudicava o trânsito na região central. Até mesmo o general Ernesto Geisel, então presidente da República, se manifestou favoravelmente a sua destruição, alegando que atrapalhava a visão do Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial.

No fim das contas, em outubro de 1975, foi autorizada a demolição do Monroe. Os trabalhos foram iniciados no começo de 1976. Em junho a última parede veio abaixo. Estava perpetrada mais uma agressão à memória da cidade e do país.



Banquete no Palácio Monroe
Fon-Fon, 21 de outubro de 1922, p. 51.

Na página anterior:
Recepção nos salões do Palácio Monroe.
Fon-Fon, 28 de outubro de 1922, p. 29.

Na verdade, apenas uma parte do Palácio regressou ao Rio de Janeiro. Foi instalado na Avenida Central em construção, bem compondo o cenário com outras edificações ecléticas que naquela região estavam sendo erigidas (tais como a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal Federal – atual Centro Cultural da Justiça Federal, e o Teatro Municipal). Na ocasião da Exposição, foi a sede da Comissão Executiva do evento, do escritório de informações, bem como de algumas recepções.



5

Morro do Castelo





Centro da Cidade. Área onde se situa o Museu Histórico Nacional, antigo Arsenal de Guerra. Vê-se a Santa Casa de Misericórdia com o Morro do Castelo, com o Colégio dos Jesuítas, o Observatório Astronômico e a Matriz de São Sebastião, então Igreja dos Capuchinhos.
Careta, 10 de setembro de 1921, p. 28.

Local da futura Esplanada do Castelo, 1930.
Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

» Assim como ocorreria com o Palácio Monroe, nos dias de hoje, os maratonistas de 1922 poucos vestígios encontrariam do Morro do Castelo, um dos marcos da fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Dele, somente ficou como testemunha um trecho de 30 metros de uma de suas vias de acesso, a Ladeira da Misericórdia.

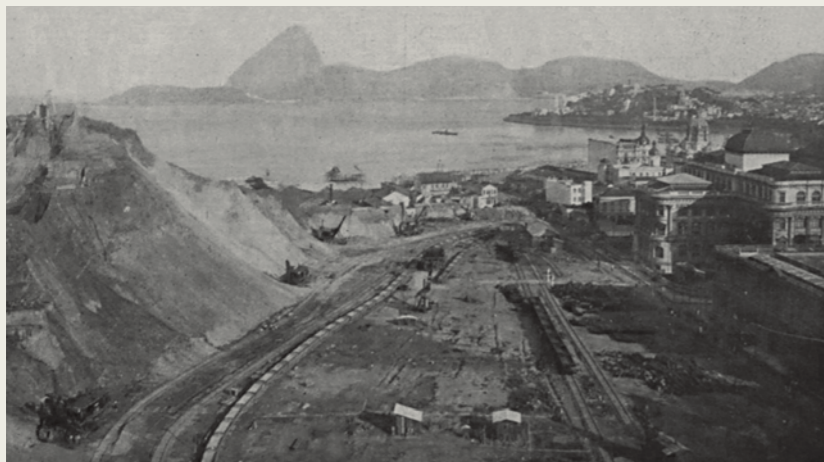


» Os maratonistas não ingressaram no parque da Exposição do Centenário. Pareceu-nos, contudo, importante abordar, mesmo que em poucas linhas, uma das mais estupendas e polêmicas obras da história do Rio de Janeiro, uma marca daquelas comemorações de 1922.

O Rio de Janeiro não foi fundado no Morro do Castelo, mas nele foi estabelecido um primeiro núcleo mais estruturado da cidade. Durante mais de uma centúria, por ali se encontravam as mais importantes instituições públicas e residia boa parte da população. A partir de meados do século 18, foram se tornando mais ocupadas as áreas de planície da região central, crescentemente ampliadas por aterros.

No início do século 20, o Morro do Castelo, para alguns, tornara-se um incômodo por ser ocupado majoritariamente por gente de estratos médio baixo e baixo, bem como por se encontrar bem no meio da região central, um impedimento a maior expansão daquelas freguesias urbanas que passavam por mudanças desde meados do século 19, especialmente com as reformas urbanas promovidas nos anos iniciais do 20. Argumentava-se ainda que dificultava a circulação de ar,





Obras de desmonte do Morro do Castelo.
Fon-Fon, 11 de fevereiro de 1922, p. 18.

supostamente algo que impactava negativamente as condições de saúde.

Nas intervenções protagonizadas por Pereira Passos e Rodrigues Alves, especialmente em função da construção da Avenida Central, uma parte do Morro foi destruída, notadamente tendo em vista a instalação da Biblioteca Nacional e da Escola Nacional

Esplanada do Castelo, 1949.
Acervo IBGE.

Como vimos, o espaço do Morro desbastado para dar lugar ao parque da Exposição de 1922 demorou algum tempo para ser ocupado. A imagem a seguir, datada de 1930, explicita bastante o aspecto que a região assumiu antes de se tornar totalmente urbanizada. Entre outros, pode-se ver o Pavilhão da Estatística ainda com a cúpula depois retirada em uma de suas reformas, o Clube dos Engenheiros (atual Edifício Edson Passos), a torre do Jornal do Brasil, a Igreja São José, o Paço Imperial, o Palácio da Justiça, o Mercado Municipal, o Hospital Geral da Santa Casa de Misericórdia, a Igreja Nossa Senhora do Bonsucesso.

Uma das primeiras iniciativas de ocupação do espaço se deu entre 1926 e 1930, na gestão municipal de Prado Júnior, quando foi implementado, parcialmente, o plano urbanístico concebido por Alfred Agache. A ideia inicial era, como fora feito na construção da Avenida Central, estabelecer-se um ordenamento das edificações, intuito que não foi bem-sucedido, a despeito de alguns esforços do poder público. A iniciativa privada determinou largamente não só o perfil da localidade, como acabou mesmo por descaracterizar a uniformidade eclética da Avenida Rio Branco.

De toda forma, ao longo das décadas de 1930 e 1940, começou a melhor se estabelecer a região conhecida como Esplanada do Cas-

de Belas Artes (atual Museu Nacional de Belas Artes). Um dado não deve passar despercebido: Carlos Sampaio atuara nessa obra como representante de uma companhia norte-americana que ficara responsável pelo asfaltamento do novo logradouro.

No início da década de 1920, o prefeito do Rio de Janeiro, imbuído de seu espírito renovador, viu na construção do parque da Exposição do Centenário uma oportunidade para definitivamente eliminar a elevação que tanto lhe incomodava, por ele chamada de “um dente cariado” no centro da cidade.

Talvez possamos dizer que os debates – por parte tanto dos que defendiam a remoção quanto dos que repudiavam a iniciativa – se resumiam a três aspectos: sua importância histórica, seu caráter estético e sua pertinência do ponto de vista da higiene pública. Para alguns, parecia urgente o desbaste do Morro do Castelo se a cidade desejasse efetivamente se civilizar e progredir. Para outros, tratava-se de uma obra custosa, desnecessária e/ou que traía o passado do Rio de Janeiro.

O fato é que os arredores do Morro do Castelo tinham sofrido grandes intervenções modernizadoras, enquanto a elevação lembrava um passado colonial ou o refluxo do processo de reformas



que algumas lideranças desejavam apagar ou retirar das proximidades do projeto civilizacional que marcava a região central.

Na verdade, desde o século 18, veiculavam-se “desconfianças” acerca do Morro do Castelo. Muitas foram as propostas de remoção. Da mesma forma, somente alguns anos depois da administração Carlos Sampaio a obra foi totalmente concluída. De toda maneira, foi mesmo esse prefeito o que mais ações tomou no sentido de executar o desbaste da elevação.

Deve-se lembrar que outras intervenções semelhantes já tinham ocorrido na cidade, entre as quais, no século 18, a do Morro das Mangueiras para aterrar a Lagoa do Boqueirão e dar origem, entre outros logradouros, ao Passeio Público, e a do Morro do Senado, na transição dos séculos 19 e 20, terras utilizadas mormente na construção do porto e das obras realizadas no período Pereira Passos.

Naqueles anos 1920, a população e os periódicos, em meio a muitas polêmicas, acompanharam amiúde todas as intervenções promovidas na destruição do Morro do Castelo na mesma medida em que iam se construindo as instalações da Exposição do Centenário. O “velho” dava lugar ao “novo”, originando um



Escola Nacional de Belas Artes, atual Museu Nacional de Belas Artes. A Exposição de 1922: órgão da Comissão Organizadora. Número 2, agosto de 1922, p. 19.



Palácio do Ministério da Educação e Saúde, atual Edifício Gustavo Capanema. Revista da Semana, 29 de abril de 1944, p. 27.

telo, formada pelas Avenidas Presidente Antônio Carlos, Churchill, Franklin Roosevelt, Presidente Wilson, Marechal Câmara, Graça Aranha e Almirante Barroso.

As vias principais foram ocupadas por muitos prédios que adotaram o estilo art-decô, algo que junto com outras inspirações modernas deram um tom de monumentalidade para a região. Nas largas avenidas, foram erguidos um conjunto de edificações públicas cuja estética era expressão dos desejos de forjar um Brasil imponente.

São indícios de um tempo em que se sentia a forte centralidade do Estado: os prédios do Ministério da Fazenda, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação e Cultura (Palácio Capanema), esse último um dos exemplos mais significativos da arquitetura moderna brasileira influenciada por Le Corbusier.

Inseridos nessas mudanças profundas, sobram como testemunho do passado alguns poucos pavilhões da Exposição de 1922. Vejamos como se encontram atualmente.

Na página seguinte:
Centro do Rio de Janeiro, 2012
Foto Alex Petrenko

arranjo de cidade em que o litoral cada vez mais seria ocupado com sucessivos aterros.

Carlos Sampaio não poupou esforços para executar a tarefa, um desejo que cultivava desde o final do século 19, quando chegou a receber uma concessão pública para tal. Para concretizar seu antigo intuito, muitos foram os investimentos feitos, inclusive com a utilização de tecnologia até então não usada no país.

O atraso do início das obras acabou por requisitar redobrados esforços para sua concretização, mais um motivo de críticas pelo aumento dos custos. Além disso, muitos foram os transtornos causados à população. Naquele momento, o Centro ainda era muito habitado, a despeito de a malha urbana já ter se espreado para outras direções.

Não foi possível parar a ideia de sanear e embelezar a cidade tão propalada por Carlos Sampaio. O Morro foi abaixo e deixou um vazio urbano depois do fim da Exposição.

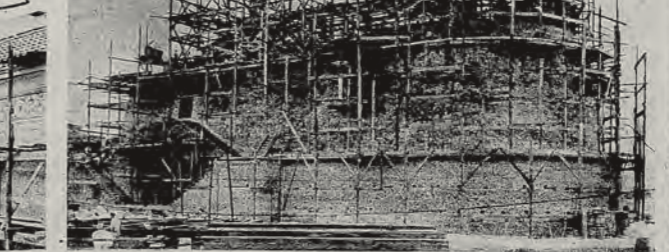
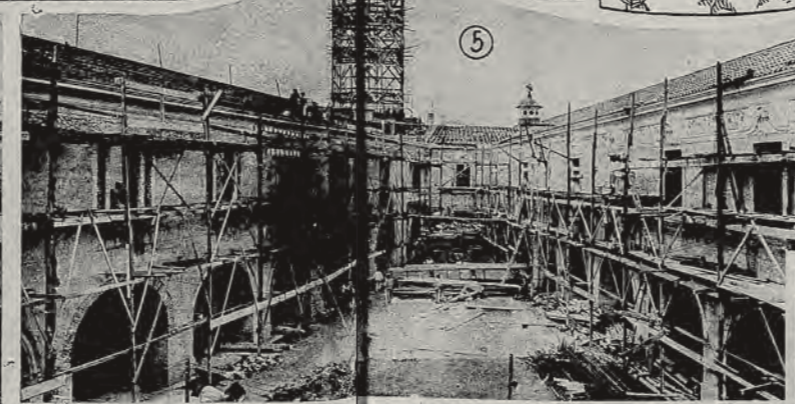
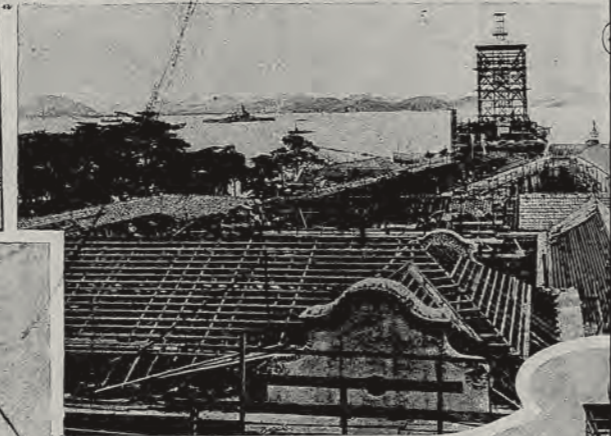
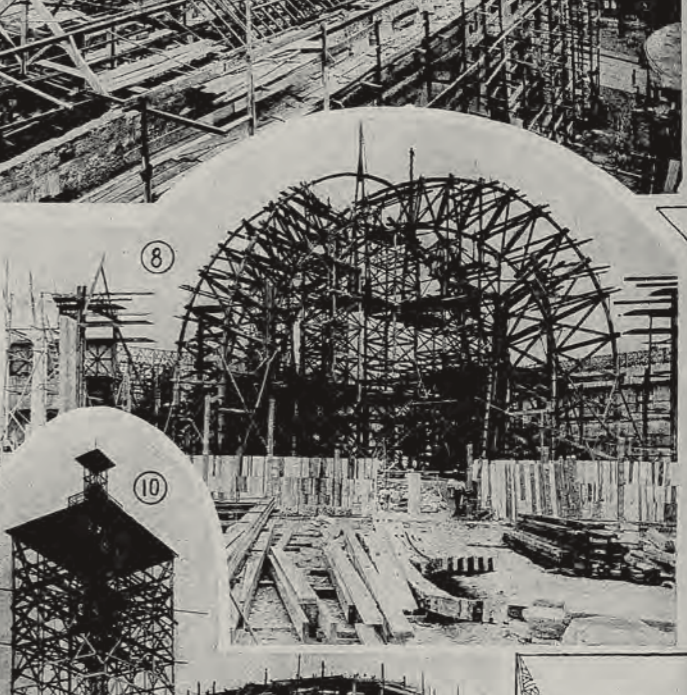
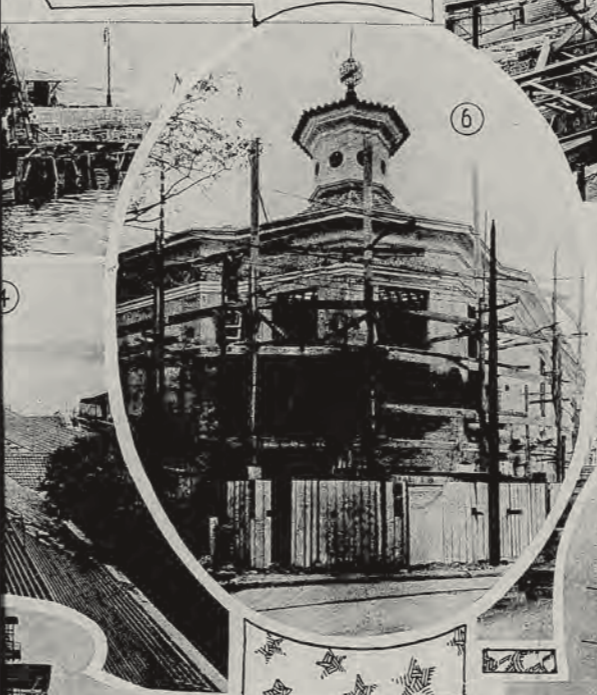
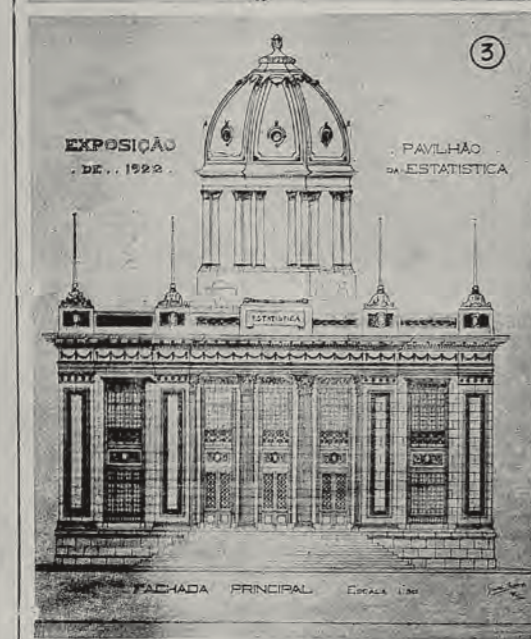
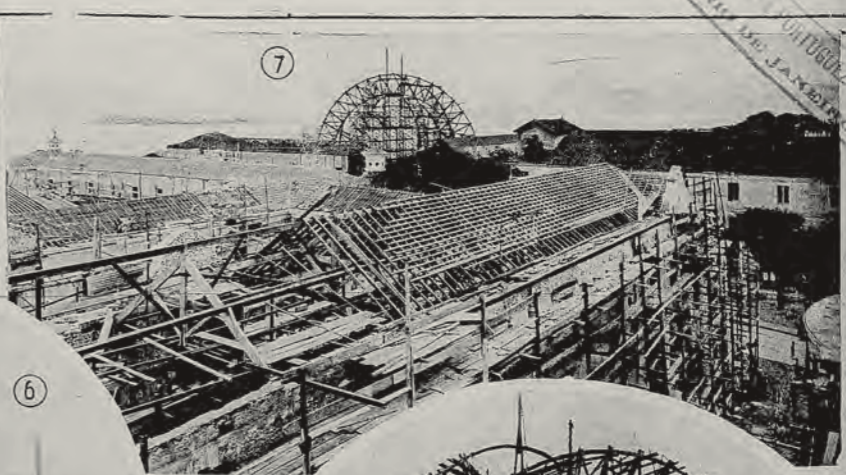


Exposição do Centenário da Independência, 1922. Fotos de construção e desenhos dos pavilhões. *Revista da Semana*, 7 de janeiro de 1922, p. 18.



Antevisões da Exposição do Centenário

O adiantamento dos trabalhos architectonicos



A *Revista da Semana*, desligada de seus compromissos oficiais, prometteu aos seus leitores uma documentação minuciosa dos trabalhos preparatórios da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Cumprindo rigorosamente esta promessa, registramos aqui novos aspectos das numerosas construções eretas e tres projectos ainda por ser divulgados.

1 — Projecto do Pavilhão de Caça e Pesca, a ser construído sobre o mar, de autoria do engenheiro-architecto Armando de Oliveira. 2 — O Pavilhão da Estatística, em construção, vendendo-se no primeiro plano, sobre a água, as estacas iniciais do Pavilhão de Caça e Pesca. 3 — Projecto do Pavilhão da Estatística, do engenheiro-architecto Gastão Bahiana, onde ficará, mais tarde, installada a Polícia Marítima. 4 — A cobertura do grande Palácio das Indústrias, abrangendo seis corpos da ampla edificação. 5 — Um dos patios internos do Palácio das Indústrias, construído segundo a architectura tradicional do Brasil. 6 — Angular do Palácio das Indústrias. 7 — Parte do Palácio das Festas, em construção. 8 — Aspecto do Palácio das Festas, em construção. 9 — O Palácio dos Estações, construído em cimento armado e futuramente aproveitável pelo governo. 10 — O antigo forte do Caiabouço, restaurado segundo o primitivo modelo. 11 — Projecto do Pavilhão das Pequenas Indústrias, dos engenheiros-architectos Nestor Figueiredo e San Juan. 12 — A parte posterior da Exposição, destacando-se os trabalhos dos pavilhões da Administração, da Viação e Agricultura, e das Pequenas Indústrias.



6

Pavilhão da Administração

/ Distrito Federal

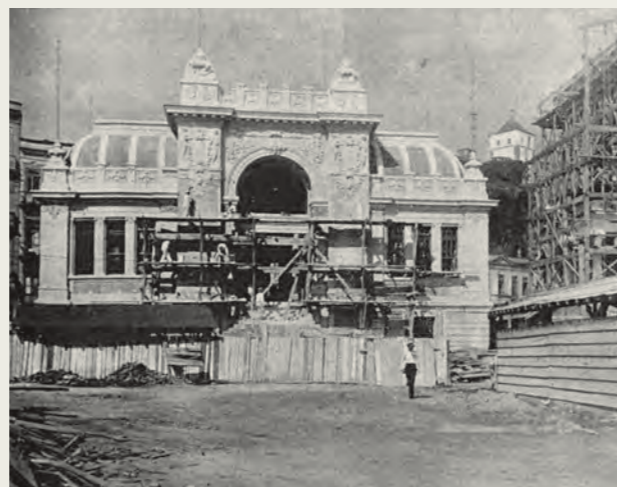
Atual Museu da
Imagem e do Som



» Como dito, os corredores de 1922 não ingressaram no parque da Exposição, mas esse foi considerado como importante no percurso que procurava destacar as intervenções feitas no Rio de Janeiro por ocasião das celebrações do centenário. De todos os pavilhões, apenas quatro permanecem de pé. Apresentemos três dessas instalações, começando pelo Pavilhão da Administração/Distrito Federal.

Projetado por Sylvio Rebecchi, que dava continuidade à Rebecchi & Cia., empresa fundada por seu pai, Raphael Rebecchi, italiano que participou da construção de várias edificações da Avenida Central, o pavilhão, segundo um cronista: “[...] obedece ao estilo renascença italiana, modernizado, impressionando pela severidade acadêmica de suas linhas, perfeitamente adaptadas ao fim a que se destina [...]. Tem cerca de 480 metros, com dois pavimentos servidos por uma escada nobre ricamente decorada, sendo o vestíbulo do andar superior de relevante importância” (*Architectura no Brasil*, dezembro de 1921, p. 104).

A edificação, portanto, adotou um modelo mais clássico, não seguindo a tendência de utilização de inspirações coloniais.



Pavilhão em construção.
Fon-Fon, 25 de março de 1922, p. 30.



Matéria sobre primeira exposição do MIS.
Última Hora, 14 de dezembro de 1965, p. 2.

» Se os maratonistas de 1922 não ingressaram no parque da Exposição durante a prova, talvez o tenham visitado, como milhares de pessoas fizeram nos dias das festividades. Caso retornassem à região nos dias atuais, encontrariam de pé aquele que serviu como Pavilhão do Distrito Federal, atual Museu da Imagem e do Som (MIS).

Situado na Praça Luiz Souza Dantas, nas redondezas da Praça XV, onde antes existira o bairro da Misericórdia, o MIS reúne um valioso acervo de filmes, vídeos, discos, partituras, fotografias, gravuras, serigrafias, instrumentos musicais, rádios e vitrolas. Guarda importantes coleções que foram sendo incorporadas ao seu patrimônio: Jacob do Bandolim, Elizeth Cardoso, Rádio Nacional, Odette Amaral, Irmãs Batista, Nara Leão, Abel Ferreira, entre outros. Em seus dois pavimentos, oferece aos frequentadores e estudiosos um auditório com cinquenta lugares voltado para exposições cinematográficas e três cabines para audição de música.

Antes de tornar-se um museu, logo depois do fim da Exposição de 1922, a edificação abrigou a administração do Instituto Médico Legal e do Serviço de Registro de Estrangeiros, sendo considerado subutilizado ao longo dos 40 anos seguintes. Somente em meados da década de 1960, por iniciativa do então governador do estado da

Todavia foram inseridos elementos decorativos que remetiam à flora brasileira, não ficando de todo afastado das estratégias utilizadas nos projetos de outros pavilhões. Alguns autores preferem até mesmo classificá-lo como eclético por ser uma releitura do estilo clássico.

A princípio, serviria aos serviços administrativos. Foi, todavia, transferido para o Distrito Federal para exibição de alguns produtos e realizações de suas escolas de formação. Pelos jornais, se informou que “A comissão executiva do centenário da independência, em ofício dirigido ao diretor de instrução pública, comunicou que o atual pavilhão da administração da exposição nacional foi escolhido para a representação da Prefeitura, ficando denominado Pavilhão do Distrito Federal” (*O Paiz*, 1º de julho de 1922, p. 5).

Segundo Luana Goulart (2021): “Em um dos pavimentos do pavilhão, dois grandes salões foram destinados à exposição de trabalhos produzidos por estudantes de duas escolas femininas e de escolas de ensino profissional masculino, considerados representantes de três variantes da educação profissional: artística, apresentados pela escola Souza Aguiar;

Guanabara, Carlos Lacerda, é que surgiu a ideia de usá-lo para intuítos mais relevantes. Aproveitando o ensejo das comemorações do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro, o líder político criou um espaço de preservação e difusão da cultura audiovisual.

Em abril de 1964, foi criada uma comissão com a finalidade de instituir e organizar o Museu da Imagem e do Som, que abrigou, num primeiro momento, as fotografias do Rio de Janeiro de Augusto Malta, bem como os acervos de Almirante e de Maurício Quadrio.

Após uma grande reforma do Pavilhão, financiada pelo Banco do Estado da Guanabara, o MIS foi inaugurado em setembro de 1965. Era o terceiro de sua natureza no mundo, o pioneiro do Brasil. Inicialmente vinculado à Fundação Vieira Fazenda, encarregada da criação e administração do Museu, seu primeiro diretor (e mentor) foi Maurício Quadrio, seguido por Ricardo Cravo Albin (1966-1971).

Tratou-se de um investimento louvável. Segundo um cronista do *Jornal do Brasil*, “todo o equipamento, como projetores de slides, máquinas de cinema, microfones, toca-discos e até a tela são de procedência alemã e norte-americana”. Mais do que o aspecto estrutural, destaca-se que logo o Museu começou a entabular ações de preservação a fim de cumprir seus objetivos.

pedagógica, pela escola Visconde de Cairú, e técnica, pela escola João Alfredo, com modelos idênticos aos do Museu de Geometria Descritiva, comentando positivamente parte dos seus trabalhos expostos. Esses trabalhos produzidos por estudantes e divulgados pelo jornal variavam nas temáticas, sendo eles de desenho industrial, marcenaria, tornearia mecânica, entre outros”.

A autora destaca ainda a ênfase dada às discussões cívicas, bem como o caráter nacionalista que marcou o evento. Vale mesmo ressaltar o empenho de fazer uso do Pavilhão do Distrito Federal para a promoção de atividades ligadas à educação, cuja programação e realização foi fartamente anunciada nos jornais desde a inauguração da instalação (como se pode ver em matéria publicada na *Gazeta de Notícias*, de 21 de setembro de 1922, p. 5).

Pavilhão do Distrito Federal.
Fon-Fon, 28 de outubro de 1922, p. 61.



Museu da Imagem e do Som queimou

O fogo na Loja Mundo dos Plásticos, na Rua Buenos Aires, no Centro, ainda não havia sido totalmente debelado, quando irrompeu novo sinistro nas dependências do Museu da Imagem e do Som, na Praça Rui Barbosa, causando grandes prejuízos materiais, sendo, no entanto, salvo o acervo. Segundo os funcionários do museu, o fogo começou nos aparelhos de ar refrigerado da sala de projeções, aproximadamente às 11 horas da manhã, propagando-se através das cortinas. O funcionário Renato Godinho da Costa ainda tentou debelar as chamas que se acclamavam com extintores, porém a fumaça o sufocou e ele teve que abandonar o local.

A RP 54-0585, do 1º BPM, que faz ponto-base no local, correu em auxílio dos funcionários e tentaram salvar ainda o que era possível. Os bombeiros chegaram ao local imediatamente, porém, seu trabalho foi retardado pela falta d'água, o que foi solucionado com a chegada de um carro-pipa particular. De início, foram salvos os arquivos de Almirante e as peças da Exposição de Israel que se realizavam no andar superior do prédio. Valdemar Augusto Ribeiro, vice-presidente da Funarj, tão logo soube da notícia compareceu ao local, mostrando-se muito preocupado com uma possível perda do acervo do museu, que reúne peças importantíssimas e de valor inestimável, em especial o arquivo da Rádio Nacional.

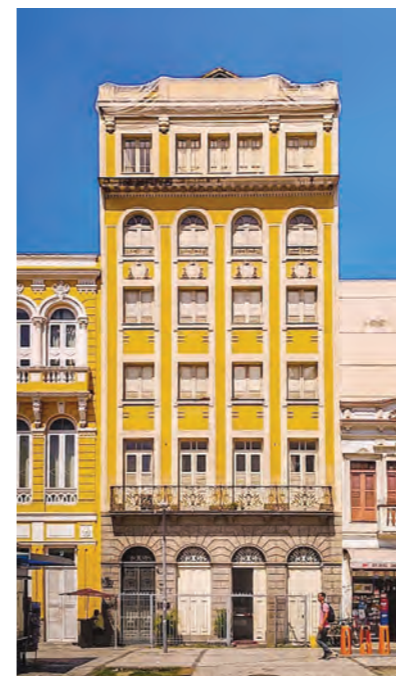
Matéria sobre incêndio do MIS.
A Luta Democrática, 16 de janeiro
de 1981, p. 3

Já em 1966, lançou o projeto “Depoimentos para a Posteridade”, uma iniciativa que inaugurou uma nova forma de registrar a memória nacional. O primeiro entrevistado da série foi João da Baiana, lenda viva no universo do samba e da cultura negra carioca. Na sequência, foram colhidos testemunhos de Donga e Pixinguinha, outros baluartes da música popular.

O projeto foi se expandindo e hoje possui um acervo de mais de mil depoimentos dos principais personagens da cena cultural do Rio de Janeiro e do Brasil. Destaca-se também que, ainda na década de 1960, o Museu tenha criado um pequeno estúdio no qual, em 1970, Clementina de Jesus gravou seu primeiro disco, aos 67 anos de idade.

Em 1981, o Museu sofreu um incêndio. Nos anos seguintes, houve sérias ameaças de demolição em função de projetos de instalação de uma estação de metrô. Somente em 1988, o prédio foi tombado pelo patrimônio estadual. Após alguns anos fechado, tendo em vista as más condições de preservação, foi realizada uma grande reforma e restauração do interior e da fachada.

Em razão dessa obra, em 1989, o Museu foi transferido para outro prédio localizado na Rua Visconde de Maranguape, no bairro da Lapa.



Sede do MIS na Lapa

Em 1990, foi criada a Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, o que deu mais agilidade e autonomia à instituição.

Ao final da reforma, parte do acervo retornou à sede de origem para a reinauguração que viria a ocorrer em março de 1991, mantendo-se na Lapa o centro administrativo, a Coleção da Rádio Nacional, algo da discoteca e das fitas de áudio, bem como a reserva técnica.

Em 2009, foi aberta uma concorrência internacional para escolher o projeto de uma nova sede, localizada em Copacabana. As obras iniciaram em 2011, com previsão de conclusão em dezembro de 2014. Todavia, atrasos postergaram a conclusão, sendo a inauguração prometida para a abertura dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, em 2016. Mais uma vez o prazo não foi cumprido. A construção foi paralisada, retomada em 2021, encontrando-se ainda em andamento.

Há despeito de desejarmos que essa etapa seja concluída, o que pode significar um grande ganho para a instituição, esperamos que não se perca o cuidado com a sede da Praça XV, para que uma vez mais o belo edifício não seja abandonado e ameaçado pelo usual desprezo que periodicamente acomete nossos bens históricos.

7

Pavilhão da França

Atual Academia
Brasileira de Letras





Desenho do Pavilhão da França.
A *Exposição de 1922*: órgão da Comissão Organizadora, julho de 1922, p. 30.

» Outra instalação da Exposição que permanece de pé é a que foi utilizada pela representação dos franceses, um dos primeiros a aceitar o convite do governo brasileiro para integrar o evento, ainda que a decisão de participação somente fosse oficializada mais tardiamente.

» Situado na Avenida Presidente Wilson, o prédio que serviu como Pavilhão de Honra da França na Exposição de 1922, apelidado de Petit Trianon, nos dias de hoje está ocupado pela Academia Brasileira de Letras (ABL), que para lá se transferiu em dezembro de 1923, quando perfazia já 27 anos de trajetória.

A Academia recebera a doação diretamente do governo francês, ainda que a posse do terreno tenha se mantido com o governo brasileiro, situação resolvida quase 20 anos mais tarde, quando Getúlio Vargas atendeu ao pedido dos acadêmicos para concessão definitiva. O presidente, a propósito, tornou-se “imortal” em 1941.

No prédio são realizadas, desde aquele tempo, as reuniões regulares dos acadêmicos, bem como as sessões solenes comemorativas e de posse de seus novos membros. Antes, tais encontros eram organizados em dependências de lugares emprestados, como o antigo Ginásio Nacional (Colégio Pedro II da Rua Marechal Floriano) e o Real Gabinete de Leitura (redondezas do Largo de São Francisco e Praça Tiradentes).

A partir de 1904, passaram a ser realizadas no Silogeu Brasileiro, edifício localizado nas imediações do Passeio Público, construído durante as Reformas Pereira Passos, no qual também funcionavam

O Pavilhão de Honra da França, projetado por Gabriel Pierre Jules Marmorat e Émile Louis Viret – arquitetos renomados que executaram muitas e importantes obras no Brasil –, teve como inspiração o Petit Trianon (Versalhes). Desde o início, perspectivou-se que seria oferecido de presente ao país, especulando-se que poderia ser ocupado por uma biblioteca ou museu. Assim, foi construído em estrutura permanente de cimento armado, em estrutura metálica e concreto armado, com vigamento de aço, obra executada pelos engenheiros brasileiros A. Monteiro e Aranha Junior.

O Pavilhão foi apresentado por um cronista como “gracioso e soberbo, como se consubstanciasse, ao mesmo tempo, a beleza e alegria do mundo” (*A Exposição de 1922*: órgão da Comissão Organizadora, setembro de 1922, p. 8). Alguns autores sugerem que, pelo arranjo adotado, pode ser considerado como um exemplo de arquitetura eclética.

Foram adotados na ornamentação os estilos Luís XV e Luís XVI, incorporando elementos do rococó e do neoclássico. Angela Martins (1997), baseada no *Guia da Exposição*, faz uma detalhada descrição do pavilhão, observando que os arquitetos, ainda que



O Silogeu Brasileiro.
O Malho, setembro de 1952, p. 45.

o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Academia Nacional de Medicina e o Instituto dos Advogados do Brasil.

Em 1929, foi instalada na entrada do Petit Trianon um dos seus símbolos mais reconhecidos: a estátua em bronze de Machado de Assis, obra do escultor brasileiro Humberto Cozzo, parte das celebrações do nonagésimo ano de nascimento de um dos maiores escritores nacionais de todos os tempos e idealizador de criação da Academia.

Do ponto de vista da sua arquitetura interna, o Petit Trianon possui um amplo saguão de entrada com piso em mármore, lustre de cristal francês e peças de porcelana de Sèvres. Além do Salão Nobre, onde ocorrem as sessões solenes, o primeiro pavimento conta ainda com outros cinco espaços: Salão Francês, Sala Francisco Alves, Sala dos Fundadores, Sala Machado de Assis e a Sala dos Poetas Românticos. No segundo pavimento, encontram-se a Sala de Chá, onde tradicionalmente os acadêmicos se reúnem às quintas-feiras, a Sala de Sessões e a Biblioteca.

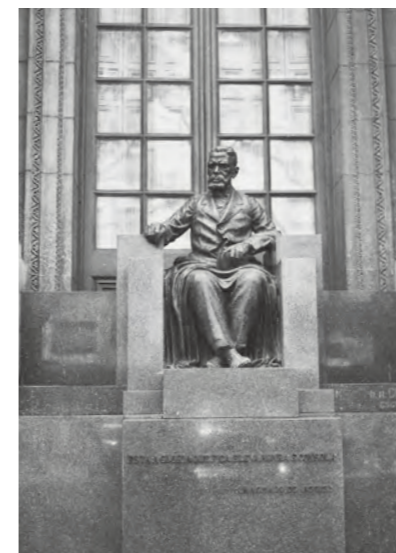
Em julho de 1979, o Petit Trianon ganhou como anexo um novo edifício, batizado de Palácio Austregésilo de Athayde, uma homenagem ao acadêmico que presidiu a ABL entre 1958 e 1993 (data do seu falecimento), construído em um terreno doado pelo governo federal, onde, na Exposição de 1922, se instalara o Pavilhão Inglês.

trouxessem muito material da França, na decoração tiveram também que recorrer a antiquários e colecionadores brasileiros.

Desde sua inauguração, uma cerimônia muito festiva que recebeu grande atenção da imprensa e contou com a presença de muitas autoridades, inclusive de Carlos Sampaio, foi muito celebrada a representação francesa, considerada sinal dos laços de amizade que ligavam os dois países, postura louvada por considerar-se a França como berço de uma ideia de civilização e latinidade que fora e ainda era muito influente no Brasil. A todo momento, lembravam-se as antigas relações que uniam as duas nações.

Vale destacar que além do Pavilhão de Honra, que possuía cerca de 1.100 metros quadrados de área construída, a França ainda instalou uma seção no Pavilhão das Grandes Indústrias, 7.000 metros quadrados na qual se expôs o que aquele país considerava o melhor de sua produção nos mais diversos setores.

Inauguração do terraço do Pavilhão da França.
Fon-Fon, 29 de julho de 1922,
p. 35.



Estátua de Machado de Assis.
Acervo Biblioteca Nacional.

Na página anterior:
Academia Brasileira de Letras.
Acervo IBGE.

A nova edificação foi construída seguindo padrões modernos de engenharia e de arquitetura da época. Contrastando com o estilo neoclássico do Petit Trianon, o Palácio Austregésilo de Athayde constitui-se de uma torre com 28 andares equipada com “sistema central de ar-condicionado, elevadores de alta capacidade, gerador de emergência, detectores e alarmes de incêndio”, além de “brises que impedem a incidência direta da radiação solar nos interiores, evitando a manifestação do calor excessivo”, permitindo uma melhor conservação do patrimônio da Academia abrigado nas suas instalações.

A essa altura, em 1978, já fora dado início ao processo de tombamento do Petit Trianon, aprovado quase dez anos depois, em novembro de 1987, pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. De fato, dos pavilhões da Exposição de 1922 que se mantiveram de pé, é o que está em melhor estado de preservação.

8

Pavilhão das Estatísticas

Atual Centro
Cultural da Saúde



» Encerremos nossa breve apresentação do parque da Exposição com algumas informações sobre o Pavilhão de Estatísticas, também conhecido como Pavilhão da Ciência da Certeza, dedicado a exibir os números das riquezas nacionais. Trata-se uma construção de estilo eclético, inspirado no estilo Luís XVI, projetado por Gastão Bahiana, renomado professor da Escola Nacional de Belas Artes, primeiro presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil.

Para um cronista, a edificação foi perfeita para o que se propunha: “Debruçado nos ares, austero no seu aspecto, harmonioso nas suas linhas, [...] simboliza, no ritmo silencioso de suas colunas, a ciência da certeza” (*A Exposição de 1922: órgão da Comissão Organizadora*, setembro de 1922, p. 8).

Uma das exibições mais destacadas foi dedicada ao Censo de 1920, realizado com novas técnicas que tornaram mais rápida a execução e mais precisa a apuração dos resultados. Na própria apresentação dos dados, formas inovadoras foram utilizadas: gráficos, mapas, quadros. Além das informações populacionais, expuseram-se panoramas do comércio, indústria e agricultura nacionais. À frente dos trabalhos, encontrava-se um dos pio-



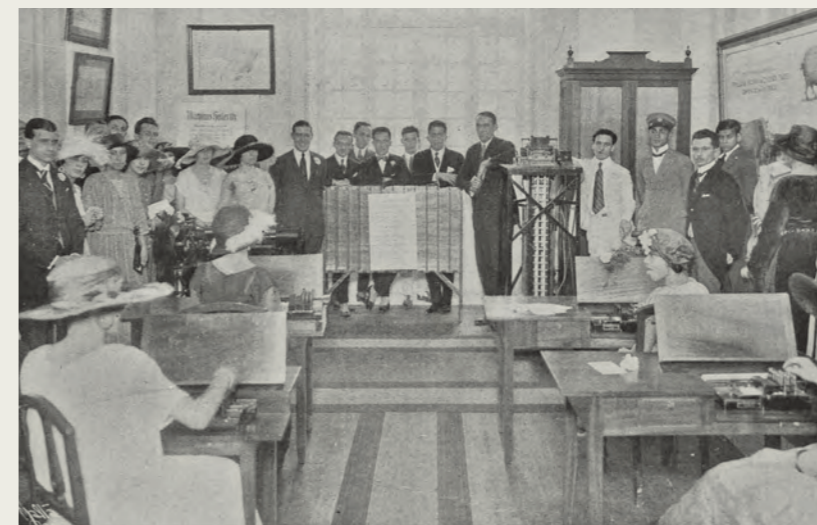
O Sr. ministro da Justiça designou o atual pavilhão da estatística da Exposição Internacional do Centenário, para nele ser instalada a polícia marítima do Distrito Federal, logo que seja encerrado o certamen. A nossa photographia representa o palacete em toda a sua suntuosidade.

Matéria que anuncia que o Pavilhão da Estatística foi escolhido como sede da Polícia Marítima. *O Paiz*, 11 de abril de 1923, p. 5.

» Em julho de 2022, o Instituto Estadual de Patrimônio Cultural publicou o tombamento provisório do prédio atualmente ocupado pelo Centro Cultural do Ministério da Saúde (CCMS), aberto em 2001 com a exposição “Memória da Loucura”, oficialmente inaugurado em dezembro de 2002. Situado na Praça Marechal Âncora, ao lado da Estação das Barcas da Praça XV, a edificação construída para abrigar o Pavilhão das Estatísticas na Exposição de 1922 atualmente integra a Orla Conde, um passeio público que margeia a Baía de Guanabara.

É interessante perceber como a edificação teve sua história vinculada aos serviços de saúde pública. Já em 1923, por lá funcionaram a Inspetoria de Polícia Marítima (Ministério da Justiça e Negócios Interiores) e a Polícia Sanitária (Ministério da Educação e Saúde). Ambas tinham como principal incumbência a vigilância de fronteiras de portos e aeroportos, visando a manter a ordem e a segurança sanitária. Além disso, no decorrer de sua trajetória, no prédio se instalaram a Inspetoria de Saúde do Porto e do Aeroporto do Rio de Janeiro e um posto de vacinação para viajantes e não viajantes.

O atual palacete do Centro Cultural do Ministério da Saúde, que em uma das reformas perdeu sua cúpula, sentiu o impacto das várias



neiros da Estatística brasileira – José Luiz Sayão de Bulhões Carvalho, dirigente máximo da Diretoria Geral de Estatística.

O relatório do Ministério da Agricultura de 1922 fez uma descrição detalhada das múltiplas e, na opinião dos autores, fascinantes atividades promovidas a fim de demonstrar não só a

Inauguração do Pavilhão de Estatística, ocasião que contou com a presença de importantes personalidades, entre as quais Carlos Sampaio e Eitácio Pessoa. *Ilustração Brasileira*, 15 de novembro de 1922, p. 226.



transformações urbanísticas do centro da cidade. A mais importante delas foi a construção e depois demolição do Elevado da Perimetral, obras que interferiram na paisagem do seu entorno e foram motivos de calorosos debates.

O Elevado foi apresentado como a solução para o tráfego do Centro. Contudo sua complexidade, os muitos obstáculos burocráticos e as polêmicas geradas na opinião pública, fizeram tardar em 25 anos sua finalização. Em 1960, foi inaugurado o primeiro trecho que se estendia do Aeroporto Santo Dumont à Candelária.

Ao ser concluída, a Perimetral deixou um rastro de destruição em paisagens paradigmáticas, tais como: demolição do mercado municipal, retirada das linhas de bondes e desapropriação de muitos prédios públicos e privados.

O Palacete do Ministério da Saúde manteve-se de pé. Todavia, durante mais de quarenta anos, viveu nas sombras da Perimetral, cuja demolição passou a fazer parte do debate na gestão do prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2000). A ideia somente foi concretizada na administração municipal de Eduardo Paes (2009-2016). Em fevereiro de 2013, a primeira parte do Elevado foi implodida. Começava ali uma nova fase da história do centro da cidade do Rio de Janeiro.



Acima, Pavilhão das Estatísticas em construção.
Foto J. Teixeira/Acervo Instituto Moreira Salles

Pavilhão das Estatísticas
A Careta, 21 de outubro, 1922,
p. 16.



exuberância da economia nacional, como também seu alto grau de organização. Mario Guedes, fazendo eco ao que desejavam as lideranças políticas, exultou: “O Pavilhão de Estatística é um centro de vibração para o pensamento. Ali, só há silêncio exterior – o silêncio das coisas. Interiormente, não há silêncio. O espírito é despertado por um sem-número de fatos que provocam pensar que o obrigam a comparar, a ver, a examinar” (*Correio da Manhã*, 9 de janeiro de 1923, p. 2).

A despeito do assunto aparentemente árido, o Pavilhão foi um dos destaques da exposição, não surpreendendo que tenha a ele se dado um caráter permanente. O público compareceu em peso e os cronistas elogiaram amiúde o papel desempenhado pela instalação.

Centro Cultural do Ministério da Saúde, Praça Marechal Âncora.
Ao fundo, Baía de Guanabara, redondezas do Restaurante Albamar e da Estação da Barcas, 2022.
Foto Flávio Santos.

Na página anterior:
Elevado da Perimetral, 1950–1960.
Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



Em 2016, a Praça XV, a Praça Marechal Âncora e o Largo da Misericórdia foram reinaugurados pelo prefeito Eduardo Paes. A nova conformação do espaço contribuiu para aumentar a visibilidade e o interesse da população em percorrer os caminhos desse corredor cultural do qual faz parte o Centro Cultural do Ministério da Saúde.

Trata-se de mais um patrimônio que sobreviveu à sanha de destruição que vitimou parte importante da história do Rio de Janeiro.

9

Passeio Público

/Teatro Cassino Beira Mar

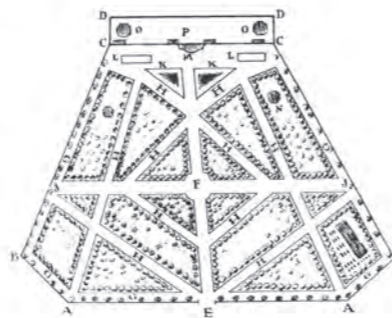


» Voltemos ao percurso da maratona. Depois de chegarem ao portão principal da Exposição, os maratonistas de 1922 retornaram pela Avenida Beira-Mar a caminho da Zona Sul, passando em frente ao Passeio Público, inaugurado em 1783, um dos espaços mais simbólicos do processo de modernização do Rio de Janeiro, iniciado de alguma forma no século 18, ainda que somente exponenciado no decorrer do 19.

O vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, adepto das ideias ilustradas que circularam em Portugal a partir da liderança do Marquês de Pombal, teve uma gestão marcada pela realização de muitas obras. Uma de suas ações no sentido de modernizar o Rio de Janeiro foi o aterro da Lagoa do Boqueirão, usando para tal as terras do desmorte do Morro das Mangueiras. Numa parte dessa área, mestre Valentim projetou e liderou a construção do pioneiro parque público.

Com essa iniciativa, o vice-rei melhorou o trânsito para a Zona Sul que crescia, aumentou a área possível de ser edificada na Zona Central, atuou no sentido de eliminar algo que era considerado prejudicial para a saúde pública e ainda celebrou o espírito moderno que lhe inspirava.

À esquerda, projeto de mestre Valentim. À direita, projeto de Glaziou. *Revista Municipal de Engenharia*, jan./mar. 1986, p. 17.



» Localizado no centro da cidade, nos arredores da Lapa e da Cinelândia, o Passeio Público é o primeiro parque urbano do país. É um de seus jardins históricos mais importantes, considerado como um dos poucos remanescentes no mundo em seu gênero. Segundo Adjelme Ferreira (2005), é um marco da história do paisagismo e da organização de espaços livre públicos brasileiros.

Depois de ter passado por muitas obras no decorrer de sua existência, e também ficar abandonado por largos períodos – mesmo tendo sido tombado, em 1938, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN, o Passeio Público de hoje é resultado



Vista da Lagoa do Boqueirão e do Aqueduto de Santa Teresa (Arcos da Lapa). Leandro Joaquim.

Óleo sobre tela, 86 x 105 cm, c. 1790. Acervo Museu Histórico Nacional.

O Passeio Público foi instalado na parte direita da imagem. Além dos Arcos da Lapa, ainda está de pé a Igreja de Nossa Senhora da Lapa do Desterro (pequena torre branca no centro à esquerda) e o Convento de Santa Teresa (no alto do morro, na esquerda superior).

Em sua longa existência, o Passeio Público passou por muitas mudanças, sempre um indício dos diferentes momentos de modernização pelos quais passou o Rio de Janeiro. No tempo de Carlos Sampaio, não foi diferente. Em função dos aterros das Praias da Lapa e do Boqueirão, o parque deixou de se encontrar à

de uma restauração realizada em 2004, na qual se buscou devolver as características da reforma concebida por Auguste François Marie Glaziou, em 1861. Foram preservados também alguns elementos do projeto original de mestre Valentim, tais como o chafariz, o portão principal, os dois obeliscos e a escadaria do antigo terraço à beira-mar.

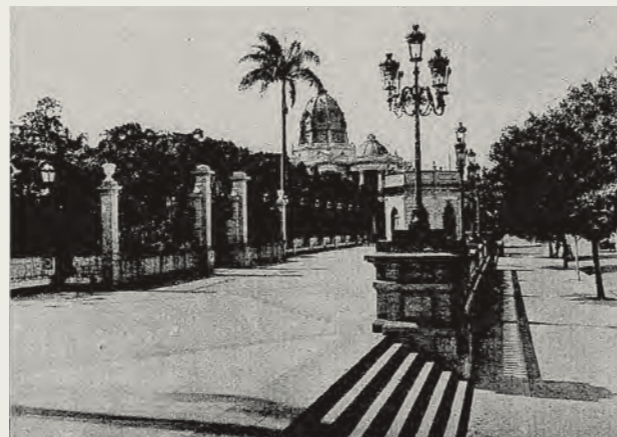
Segundo o site oficial do Passeio Público: “Os 33.649 m² de área do Passeio são habitados por espécies vegetais variadas e por algumas espécies animais. O parque possui mais de noventa espécies de grande porte, como mangueiras, goiabeiras, figueiras, pitangueiras, paus-mulatos, bambus, coqueiros, palmeira-areca, cactos-rabo-de-rato, bromélias, flamboyants, pés de tamarindo, baobás, gameleiras, paus-rosa, paus-ferros, paus-reis, oitizeiros, carvalhos negros do Brasil, jequitibás, ipês roxos, perobeiras, palmeiras imperiais, uma grande amendoeira e até pau-brasil. A fauna é composta por muitas aves que frequentemente pousam nas árvores e nos jardins, como rolinhas, sabiás, bem-te-vis, saíras-amarelas, garças e beija-flores”.

No que tange ao Teatro-Cassino Beira-Mar, em 1937, na administração municipal de Henrique Dodsworth, fechou as portas e foi demolido. Com isso, o terraço do Passeio foi liberado, o jardim, restaurado, e criada a Rua Mestre Valentim, hoje incorporada à Avenida Beira-Mar.



beira-mar. A modificação mais notável foi, contudo, a construção de um estabelecimento de lazer no lugar do antigo terraço que existia desde o século 19.

A princípio, pensou-se em um restaurante. Ao final, depois de muitas idas e vindas, muitos debates e polêmicas, tardiamente, se considerarmos as celebrações do centenário, em 1926 inaugurou-se o Teatro Cassino Beira-Mar. Os maratonistas, portanto,



Duas visões do terraço, a primeira de 1860, a segunda de 1921, na qual se percebe que o Passeio Público já não se encontrava à beira-mar. *Revista da Semana*, 16 de abril de 1921, p. 15.



Imagem do Passeio Público, publicada na década de 1950, em que se destaca a manutenção do portão original do século 18. *O Rio*, ago./set. 1953, p. 50.

Na página seguinte:
Portão do Passeio Público na Rua do Passeio em frente à Rua das Marrecas, 2013. Foto Halley Pacheco de Oliveira

Na ocasião, também foram realizadas obras nas Ruas do Passeio e Luís de Vasconcelos, bem como em toda a área em volta do parque.

Novas reformas significativas foram feitas em 1968, na gestão do governador Negrão de Lima. Frente ao estado de abandono e degradação do Passeio, realizaram-se obras emergenciais, tais como limpeza dos lagos, recuperação dos caminhos, revitalização dos gramados, plantio de novas espécies.

Os trinta anos seguintes foram marcados por novo processo de degradação. A população em geral não reconhecia o Passeio Público como um espaço de lazer seguro para caminhadas, descanso e contemplação, chegando seu acesso a ser interrompido. Só em 1988, após longo tempo fechado para reformas, foi reaberto depois de um processo de plantio de mudas, restauro das fontes e do portão, instalação de um novo sistema de iluminação.

Se, como em 1922, os maratonistas passassem em frente ao atual Passeio Público, ainda o veriam por lá no seu lugar original, mas, de fato, muito transformado, não só no seu interior, como no seu entorno, de um lado marcado pela presença de altas edificações, e de outro, por um afastamento ainda maior do mar em função das obras do Aterro do Flamengo.

no seu percurso, apenas puderam ver uma edificação terminada às pressas por causa dos festejos de 1922.

A ideia surgiu em 1920, por motivação de Carlos Sampaio. Heitor de Mello foi o responsável pelo projeto, mas quem deu sequência à execução das obras foi Francisco Couchet e Archimedes Moreira, destacados arquitetos responsáveis por outros importantes edifícios da cidade, entre os quais o Palácio Tiradentes e o Pavilhão das Grandes Indústrias da Exposição do Centenário (parte ainda de pé, o atual Museu Histórico Nacional).

Os arquitetos adotaram um estilo eclético – combinando elementos do rococó com o neoclássico, mas também flertando com o neocolonial. A rica decoração da parte interior contou com a participação de notáveis artistas plásticos no Rio de Janeiro estabelecidos, entre os quais João Confolieri e Luiz Peixoto.

Possuindo dois salões ligados por uma passarela, o teatro destacava-se pelo conforto e boas instalações, tendo acolhido importantes apresentações e fatos da dramaturgia brasileira. Da mesma forma, funcionava como cabaré e casa noturna na qual se exibiram espetáculos musicais de reconhecidos grupos nacionais e internacionais.





Vista aérea do centro do Rio de Janeiro, em destaque, o Palácio Monroe e o Passeio Público, circa 1921.
Foto Jorge Kfuri/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

10

Avenida do Contorno

Atual Avenida
Rui Barbosa



» Depois de ultrapassado o Passeio Público e a Glória, nossos corredores enfrentaram um longo trecho da Avenida Beira-Mar no Catete – passando defronte ao Palácio que foi moradia de muitos presidentes, atual Museu da República – e no Flamengo – praia pontuada por belos casarões e já alguns prédios. Ao final, depararam-se com mais algumas intervenções promovidas na gestão de Carlos Sampaio, entre as quais a Avenida do Contorno.

Até então, ao chegar ao Morro da Viúva, que avançava pelo mar criando uma barreira natural ao trânsito, para se acessar Botafogo utilizava-se a Avenida de Ligação (atual Oswaldo Cruz), obra do período Pereira Passos.

Na gestão de Carlos Sampaio, com terras provenientes do desmonte do Morro do Castelo e pedras retiradas do próprio Morro da Viúva, que também serviram ao enrocamento da Ponta do Calabouço (na verdade, tratou-se de um projeto em comum as duas realizações), construiu-se uma bela via que deu sequência a uma antiga ideia de se poder margear todo litoral da Zona Sul.

No decorrer da história, o Morro da Viúva foi utilizado para vários fins. No seu cume, houve uma fortificação militar (na verdade, uma bateria) e um reservatório de água que por lá



O Morro da Viúva, em primeiro plano, com a Avenida de Ligação, atual Oswaldo Cruz, ligando os bairros do Flamengo e Botafogo. Jorge Kfuri. Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



Avenida do Contorno em construção. *Fon-Fon*, 17 de junho de 1922, p. 16.

permanece até os dias atuais. Suas pedras foram também utilizadas em algumas construções da cidade. Todavia, como outras elevações, a partir de certo momento passou a ser considerado como um estorvo, um obstáculo ao progresso.

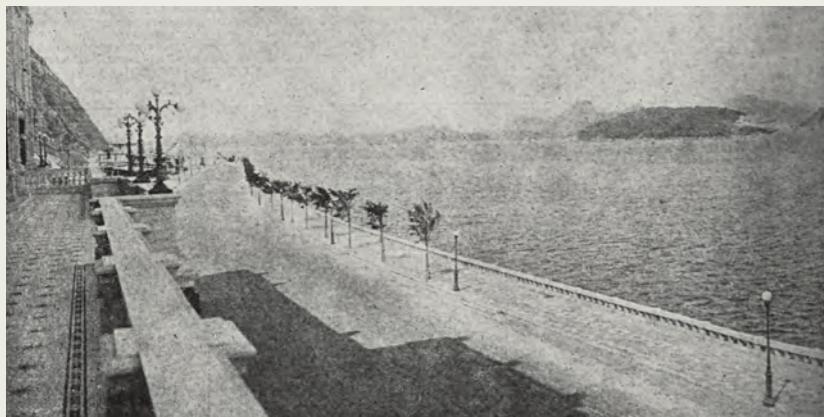
Como sugeriu um cronista à época: “É uma solução desagradável de continuidade entre a Avenida Oswaldo Cruz e a sua companheira do outro lado. E não é só isso: é ainda um obstáculo inestético ao desafogo da viação do bairro de Botafogo e uma ameaça latente à saúde pública” (*Revista da Semana*, 12 de

Morro da Viúva. Foto de Eduardo Sengés.

» A orla da Baía de Guanabara passou por muitas transformações ao longo dos últimos cem anos. Aterros e desbastes de elevações foram constantes. Um olhar atento para o trecho litorâneo que liga as Praias do Flamengo e de Botafogo permite-nos perceber a redução da área original do Morro da Viúva. Hoje, poucos dos que circulam pelas Avenidas Rui Barbosa e Oswaldo Cruz reparam que, por trás de enormes prédios, ainda existe uma extensa área verde, remanescente da antiga elevação que oferece uma vista privilegiada para a Baía de Guanabara.

O paredão de edifícios começou a ser erguido na década de 1940, mas o Morro guardou ainda suas funções por abrigar um antigo reservatório de água, desativado em 1970, atualmente um bem tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Por lá, há também um conjunto de casas que serviram aos funcionários da Companhia de Águas da Guanabara, hoje ocupadas por seus parentes e descendentes.

De fato, a área ganhou impulso ainda maior na década de 1960, com a construção do Aterro do Flamengo. A melhoria da estrutura viária e da paisagem do entorno se constituíram em atrativos ainda maior para o estabelecimento de empreendimentos imobiliários.



Avenida do Contorno, quando a princípio se anunciou que se chamaria Avenida Santos-Dumont. *Fon-Fon*, 21 de dezembro de 1922, p. 18

março de 1921, p. 21). Como usual nas reformas urbanas, nem todos concordaram com esse olhar, sendo intensas as críticas aos gastos elevados e desnecessários, na visão desses.

Ainda persistia o ideal higienista de que os morros prejudicavam a circulação de ar. Além disso, até mesmo devido às atividades de extração de pedras exercidas no Morro da Viúva, havia uma série de modestas instalações – galpões e barracões,

EDIFÍCIOS "RESIDENCIA"
 AVENIDA RUY BARBOSA, 300
 (CORRADO DA VIÚVA)
 Terreno adquirido pelo "LAB. BRASILEIRO" para construção e venda de apartamentos em condições.
 Projeto e construção do Arquiteto **PEREIRA FERREIRA S. R.** – São de São Paulo
 O mais moderno edifício de apartamentos do Rio de Janeiro.
 Uma série de apartamentos, todos com vista para o mar.
 Preço ao metro – não pagar por um dos metros.

Um 3º Pavão construído em pedra, gesso, madeira com ferro, alumínio.

- Local subterrâneo
- Construção de primeira ordem
- Apartamentos confortáveis
- Alcova aluvinada
- Tela de isolamento
- Parque e jardins
- Água quente para chuveiros
- Sala de recepção
- Revestimento na terrço
- Garage e garagem
- Sol para o apartamento
- Banheira à parte
- Ótima ventilação de ar
- Local de grande ventilação
- Pracimento e longo prazo, em prestação mensal
- Preço muito baixo

FACILIDADE DE AQUISIÇÃO POR MEIO DE CONTRATOS DE PROMESSA DE VENDA PARA TODAS AS INFORMAÇÕES COM OS INCORPORADORES:
SAMPAIO & CASTRO LTDA.
 Rua da Assembleia, 104 – 2. and. – ("EDIFÍCIO GONÇALVES DIAS")

Anúncio de empreendimento imobiliário de alto padrão, Avenida Ruy Barbosa, década de 1940. *O Malho*, outubro de 1941, p. 67.



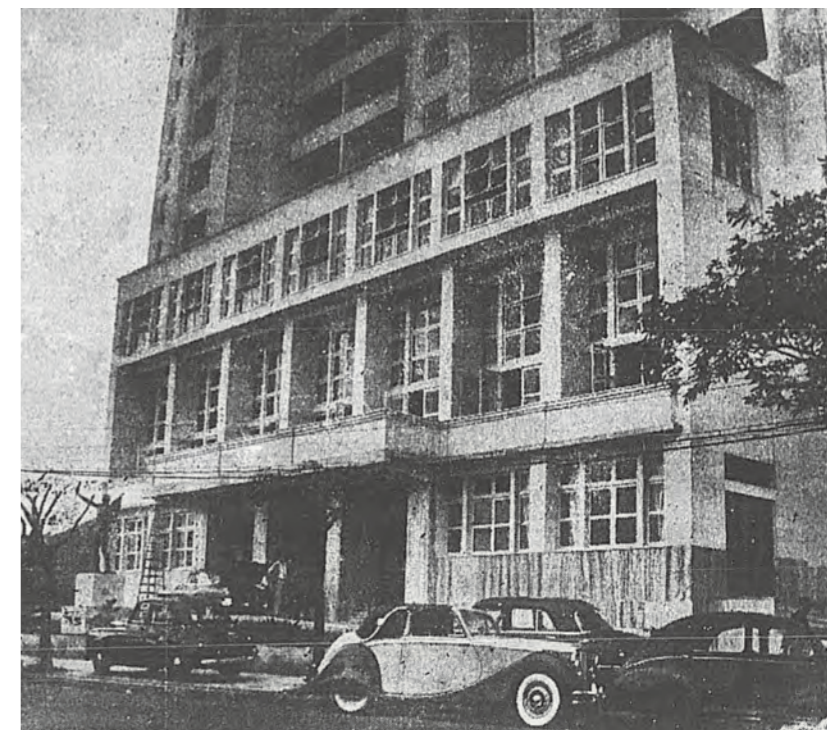
Entre tantos edifícios de alto padrão da região, um dos que se destaca é o que, por décadas, pertenceu ao Clube Regatas do Flamengo, construído num terreno que estava em sua posse desde os anos 1930, doado pelo Fluminense, que resolveu ocupar a Praia da Saudade para a sede do Yacht Club. Em 1944, a diretoria decidiu construir o Palácio Rubro-Negro. Todavia, as obras atrasaram muito e a edificação só foi inaugurada em novembro de 1953.

que incomodavam aqueles que pugnavam pelo embelezamento da cidade, inclusive o prefeito, que citou esse aspecto como mais uma das justificativas para a realização das obras.

Foram inclusive desapropriados terrenos que pertenciam às oficinas dos irmãos Jannuzzi, famosos construtores que atuavam na cidade desde o século 19, o mesmo que ocorreu com propriedades de João de Almeida Querido, que possuía vários subarrendatários, e Joaquim Tavares Guerra Filho. Perceba-se que havia certa atividade comercial no espaço. O Ministério da Guerra também era proprietário de algumas terras, cedidas à prefeitura para a realização das obras.

Uma vez mais se perspectivou ganhar terrenos do mar para melhorar o fluxo de gente e carros. Construída parte em área tomada do Morro e parte de aterro, já em 1922, a nova via foi denominada, por decisão de Carlos Sampaio, de Avenida Rui Barbosa (chegou-se a aventar que seria uma homenagem a Santos Dumont). Na execução das obras, não foram poupados esforços tecnológicos nem trabalho humano – operários atuando dia e noite para que estivesse pronta a tempo das comemorações do centenário.

Sede do Flamengo na Avenida Ruy Barbosa. *Correio da Manhã*, 15 de novembro de 1953, p. 1.





Projeto de melhoramentos e embelezamento da enseada compreendida entre a Ponta do Calabouço e o Morro da Viúva, aproveitando a terra do arrasamento do Morro do Castelo e a pedra do Morro da Viúva. *Revista da Semana*, 2 de abril de 1921, p. 21.

Em verde, a região do parque da Exposição e do Morro do Castelo, em vermelho, a região do Morro da Viúva. Em azul, a região da Urca.

O plano inicial era mesmo deveras ambicioso, mas as limitações econômicas acabaram por reduzir as intervenções, notadamente no que tange ao tamanho da avenida. Nos jornais, anunciou-se que, ao final, teria 790 metros de extensão, 10 metros de largura, 2 metros de calçamento junto ao mar. Posteriormente, novos números foram apresentados. Mais do que tudo, vislumbrava-se que seria um lugar valorizado para o estabelecimento de moradias de alto padrão, realização de passeios, bem como uso público para banhos de mar e passeios.

Graças ao processo de urbanização adotado, com a instalação de quebra-mar, belos parapeitos e calçamento que facilitavam os pedestres a desfrutarem da privilegiada visão, a Avenida do Contorno/Ruy Barbosa tornou-se um dos recantos mais belos do Rio de Janeiro. Até mesmo cabines de banho foram previstas para facilitar o uso balneário da nova região (algo que não se observa mais atualmente até mesmo em função das más condições de balneabilidade da Baía de Guanabara).

A cidade ganhava mais uma possibilidade de utilização do espaço público antes obliterado pelo Morro da Viúva. Em seu trajeto, os maratonistas consagraram essa conquista.

A Avenida Rui Barbosa margeia o conjunto de prédios que esconde o Morro da Viúva, 2022.
Foto Flávio Santos.

A administração da agremiação ocupava apenas quatro dos 24 andares. Nos demais, o aluguel de 148 apartamentos ajudou a pagar o empréstimo que financiou a construção, além de ser uma fonte de recursos para o clube que já possuía uma sede na Gávea e ainda mantinha a da Praia do Flamengo.

Nos dias atuais, depois de um período de decadência e ter se perspectivado a construção de um hotel “cinco estrelas” por iniciativa de Eike Batista, a edificação está passando por *retrofit* num empreendimento imobiliário de alto padrão – Rio by Yoo.

Os maratonistas de 1922, enfim, veriam uma área muito transformada, mas ainda muito bela e guardando algo do seu passado, inclusive uma estátua que tem relação direta com as celebrações do centenário. Falemos sobre esse presente recebido pelo Brasil em 1922.



11

Estátua de Cuauhtémoc





Evento realizado na Estátua de Cuauhtémoc A Careta, 10 de setembro de 1927, p. 17



Anúncio da estátua de Gonçalves Dias dada de presente ao México. *A Manhã*, 8 de fevereiro de 1945, p.4.

» Entre os eventos comemorativos dos cem anos de independência, tiveram grande destaque as inaugurações de presentes que os países que compareceram à Exposição ofereceram ao Brasil como sinal de amizade. Um dos mais celebrados e citados pelos periódicos foi uma estátua de Cuauhtémoc, oferta do México, que investiu fortemente em sua participação na celebração, buscando acirrar os laços com o governo brasileiro, um encontro entre as maiores nações da América Central e da América do Sul. Há que se ter em conta que o país do Rio Grande passara por um período muito turbulento, tentando se estabilizar sob a presidência de Álvaro Obregón.

Assim exaltou um cronista que classificou como inesquecível a cerimônia de inauguração da estátua, ocasião que contou com a presença de altos dirigentes das duas nações, inclusive do presidente Epitácio Pessoa: “O México, querendo transportar para o Brasil o símbolo majestoso de sua nacionalidade, disse bem alto dos seus sentimentos de carinhosa amizade pelo nosso país e pelo nosso povo” (*A Exposição de 1922*: órgão da Comissão Organizadora, setembro de 1922, p. 17).

Cuauhtémoc foi o último imperador asteca não estabelecido pelos espanhóis, marcando o fim de um período de liberdade no

Cerimônia de inauguração da Estátua de Cuauhtémoc. *Careta*, 23 de setembro de 1922, p. 27. Perceba-se ao fundo a nova Avenida do Contorno/Ruy Barbosa. Entrando à direita, está a Avenida da Ligação/Oswaldo Cruz.

Gonçalves Dias ao México

OS JORNALIS ANUNCIARAM que o presidente da República determinou ao Ilustrado, pela sua Divisão de Cooperação Intelectual, que desse as necessárias e devidas providências para que se tome uma realidade a velha iniciativa de retribuir a estatueta generosa do México, no centenario da nossa independência quando ofereceu ao Brasil a estátua de Cuauhtémoc, oferecendo a esse país amigo uma estátua de Gonçalves Dias.

Essa ideia foi lançada em 1922 e, desde então, tem buscado o apoio oficial para se concretizar até que, agora, o presidente Getúlio Vargas, que empresta sempre a maior atenção a todos os problemas de ordem espiritual, mandou que a mesma fosse realizada e processada sem qualquer hesitação excepcional do México. A escolha de Gonçalves Dias tem um sentido especial, pois sendo ele o estudioso e cantor da raça indígena terá um lugar destacado num país, onde a cultura autóctone atingiu o mais alto grau e o mais belo desenvolvimento. Na terra dos astecas e dos mayas, o cálix do autor de “I-Juca-Pirama” se encontrará “in the right place”.

Ainda dias atrás o chanceler Leão Veloso, em discurso ao embaixador mexicano Dávila, recordava uma frase do então chanceler do México, D. José de Vasconcelos, proferida na inauguração do famoso monumento verde que o seu país nos ofereceu, na qual, em nome dos mexicanos, protestava com o Brasil como uma sagrada dívida, defendê-la e tratá-la justa no país como aquela estátua mexicana Boerva plantada no solo brasileiro. Esses sentimentos serão os mesmos que nos levam a mandar para a formosa cidade do México a estátua do grande poeta indianista do Brasil, onde será uma perpétua lembrança do nosso glorio Irão e uma afirmação do nosso afeto pelo nosso povo, a que estamos ligados por laços tão íntimos e tão sinceros.

O Brasil, pela sua inteligência sobretudo, se compraz em concretizar esse velho desejo de retribuir a gentileza mexicana e está certo de que o monumento do seu maior poeta romântico será recebido com entusiasmo no México e viverá ali do respeito e da admiração que a gente desse grande nação nutre pelas coisas do espírito, pelas altas expressões da cultura, da sabedoria e da sensibilidade americanas.

» Nos dias atuais, os atletas de 1922 seguiriam cruzando com a estátua de Cuauhtémoc. Todavia encontrariam algumas diferenças. Não mais correriam beirando o conjunto de edificações – que, a propósito, não é mais constituído de casarões, mas sim de grandes prédios de edifícios –, tampouco próximos ao mar, que foi afastado com as obras de construção do Aterro do Flamengo. Da mesma forma, por motivo semelhante, o monumento seria encontrado à sua direita, deslocado em direção à Avenida Oswaldo Cruz, integrado a uma praça que leva seu nome.

Durante décadas, depois de 1922, a estátua seguiu sendo um símbolo importante. Em 1945, inclusive, Getúlio Vargas determinou que o Itamaraty presenteara o México com uma estátua de Gonçalves Dias, uma forma de retribuir a gentileza daquele país. O poeta foi escolhido por ser um destacado “estudioso e cantor da raça indígena” (*A Manhã*, 8 de fevereiro de 1945, p. 4). Segundo o cronista, o gesto tinha um significado simbólico para um país “onde a cultura autóctone atingiu o mais alto grau e mais belo desenvolvimento”.

Ao longo dos anos, a Estátua Cuauhtémoc sediou eventos ligados à temática indígena, sendo usada como símbolo dos povos originários até mesmo pelo Serviço de Proteção ao Índio nas solenidades

que tange à presença do colonizador europeu. Foi o responsável por, sem sucesso, enfrentar os ibéricos, sendo, depois de longa resistência, capturado, torturado e morto por Hernán Cortés.

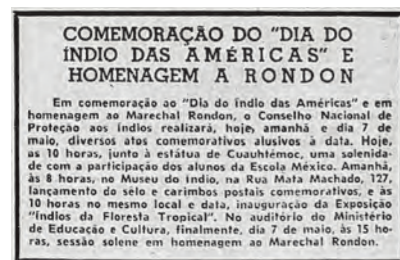
É muito significativa tal oferta do governo mexicano, dado que a imagem de Cuauhtémoc, em diversas ocasiões, foi utilizada como símbolo do rechaço à influência estrangeira no México e na América Latina em geral, como expressão da tenacidade indígena ao resistir aos invasores.

O México parecia, assim, simbolicamente, convocar o Brasil para uma causa em comum, algo que ficou claro no discurso proferido por ocasião da cerimônia de inauguração pelo embaixador especial, José de Vasconcellos, um dos maiores intelectuais mexicanos da primeira metade do século 20, autor de uma obra marcada pela exaltação da América Latina.

O filósofo tinha lá suas ressalvas com o fato de ser uma representação de um indígena, a seu ver não era a expressão de um país que já possuía uma população marcada pela mestiçagem. De toda forma, como muito bem definiu Mauricio Tenório (1994, p. 123), tratou-se de “uma espécie de namoro entre o Sul e o Sul que permite percepções importantes tanto sobre a história do



Medalha comemorativa.
Pelo Mundo, novembro de 1922, p. 175.



Anúncio de comemoração realizada na Estátua de Cuauhtémoc.
Última Hora, 18 de abril de 1958, p. 9.

Na página seguinte: Estátua de Cuauhtémoc, visão em direção à Avenida Rui Barbosa. Ao fundo, novas edificações, inclusive aquela que pertenceu ao Clube de Regatas do Flamengo. Note-se como o monumento fica “pequeno” frente à grande paisagem, 2022. Foto Flávio Santos.

comemorativas da “Semana do Índio” realizada em 1946, ocasião que contou com a presença do Marechal Rondon.

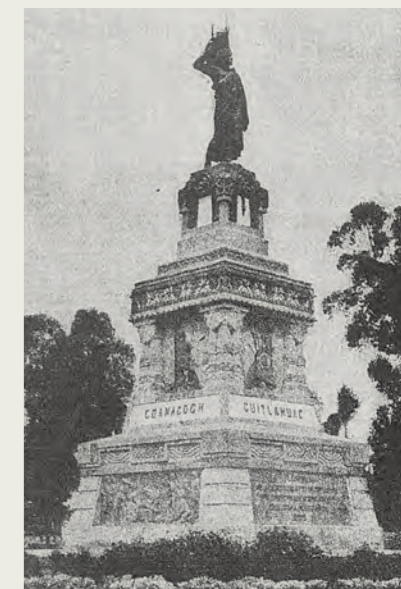
Mesmo gozando de importância nesse período, o monumento não escapou de passar por várias fases de abandono. Em 2007, os periódicos registraram que se encontrava abandonado, pichado e com as placas de bronze roubadas. Dois anos depois, foi reformado e tombado pelo município do Rio de Janeiro.

Na verdade, as próprias mudanças do entorno tiraram muito de seu destaque. Com a ampliação promovida pelo Aterro, a estátua perdeu algo de sua exuberância, aparentando estar “perdida” em uma imensa área verde. De toda forma, segue em bom estado, relembrando tempos mais gloriosos.

Brasil quanto sobre a história do México”. Para um cronista, o intuito era claro, uma convocação para que se unissem “num só bloco defensor dos seus direitos e do seu valor no conflito dos interesses entre as maiores potências do mundo” (*O Malho*, 23 de setembro de 1922, p. 82).

Réplica de uma que existe no México, a estátua de bronze possui cerca de 5 metros de altura e se encontra em cima de um granito de aproximadamente 13 metros. Os detalhes estilizados fazem menção à mitologia asteca, mas foi composta seguindo o estilo Art Decó, um dos primeiros exemplos desse uso no Rio de Janeiro.

Não surpreende que a estátua tenha recebido lugar de destaque na confluência de obras promovidas por Carlos Sampaio, no encontro entre a Avenida Beira-Mar, a Avenida do Contorno/Ruy Barbosa e a Avenida Ligação/Oswaldo Cruz. Na verdade, a partir de então, se tornaria uma referência para vários eventos da cidade, entre os quais alguns esportivos.



Estátua de Cuauhtémoc localizada no México.
Revista da Semana,
23 de agosto de 1924, p. 8.



12

Hotel Sete de Setembro

Atual Escola de Altos
Estudos/UFRJ



» Depois de passar pela estátua de Cuauhtémoc, os maratonistas não entraram na antiga Avenida da Ligação/Oswaldo Cruz, mas sim seguiram para Botafogo pela nova Avenida do Contorno/Ruy Barbosa. No caminho, cruzaram com uma das obras promovidas pela prefeitura de Carlos Sampaio, uma das intervenções que gerou grande polêmica junto ao Conselho Municipal, imprensa e população: o Hotel Sete de Setembro.

No projeto da Avenida do Contorno, previu-se a construção, com recursos da prefeitura, de um hotel destinado a receber convidados e interessados em participar das comemorações da independência, em conjunto com o Glória e o Copacabana Palace, ambos erguidos com capital privado. Tinha-se em conta ampliar a oferta de leitos na cidade, mas também garantir mais uma atração para chamar a atenção para o novo logradouro. Várias propostas foram apresentadas nos jornais, diversas foram as sugestões do melhor perfil do estabelecimento.

As críticas começaram já no que tange ao processo de construção. Intendentes e jornalistas argumentaram que não era permitido à prefeitura esse tipo de empreendimento. Posteriormente, denunciou-se que o estado final da edificação era



Projeto de Hotel ao fim não executado. *Revista da Semana*, 12 de março de 1921, p. 21.

» Como vimos, o Hotel Sete de Setembro teve existência efêmera. Em 1924, suas instalações foram desmembradas. Uma parte foi destinada para instalar o Abrigo Hospital Arthur Bernardes, especializado em crianças, atual Instituto Fernandes Figueira. Dois anos depois, outro setor foi cedido e adaptado para sediar o Internato da Escola de Enfermagem Anna Nery, que por ali se manteve até 1973, a partir de 1937 como unidade da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Entre 1973 e 1995, os prédios passaram a abrigar a Casa do Estudante Universitário. Durante esse período, foi palco de eventos que marcaram a história brasileira na transição do regime militar para a Nova República. Ali se reuniram grupos e partidos políticos confinados à ilegalidade, movimentos sociais organizados e o próprio Comitê Brasileiro pela Anistia, que cumpriu papel fundamental no processo de redemocratização. Nesse contexto de destaque, a edificação foi tombada pelo patrimônio estadual em 1987.

Em 1995, a Universidade Federal do Rio de Janeiro retomou a posse legal do imóvel e, dois anos depois, deu início ao processo de restauração e revitalização da edificação. Entre 2001 e 2004, realizou uma série de levantamentos do seu estado de conservação. Segundo a

deficiente. Mais ainda, encontrou-se dificuldade de passar o hotel para a iniciativa privada.

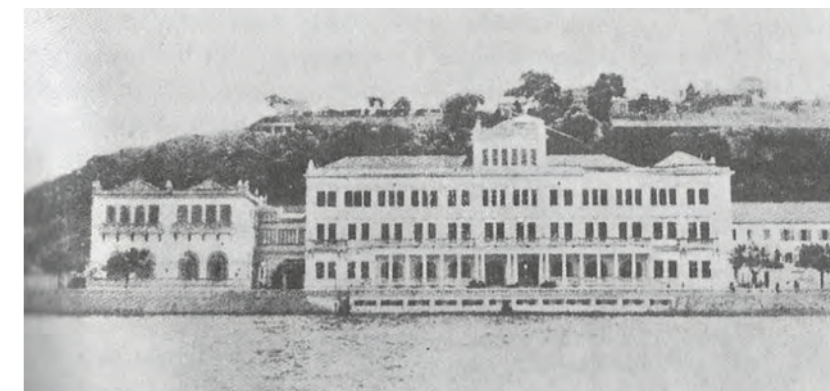
Perceba-se que, a despeito de seu sucesso – segundo os periódicos –, ficou tomado de “*touristes* e elementos de nossa distinta sociedade” (*O Imparcial*, 7 de setembro de 1922, p. 4), o Hotel Sete de Setembro não durou muito. Em 1924, já não estava em funcionamento. Construído junto ao Morro da Viúva, numa área em que a elevação foi desbastada para servir à construção da Avenida do Contorno, acabou prestando-se mais a impulsionar outros empreendimentos imobiliários que se instalaram naquela área, como vimos, uma expectativa nutrida por Carlos Sampaio.

O estabelecimento foi planejado para oferecer todos os confortos a seus hóspedes, inspirado numa tipologia de balneário, notável “no partido horizontalizado na percepção e conjugação de sua arquitetura na ambiência litorânea. Sua implantação não prescinde da vista privilegiada, descortinada pelos compartimentos mais nobres e pelos aposentos luxuosos, terraços e zonas de passagem, como a *loggia* fronteira ao hotel, que protegem e distinguem o hóspede” (HERMES, 2007, s. p.). Segundo essa autora, “O monumento deveria se classificar como arquitetura



Fachada do Hotel Sete de Setembro. Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Internato da Escola Anna Nery.



instituição, embora relativamente bem preservadas, por “estarem visíveis os elementos que possibilitam que o prédio se revele como um documento, da maneira pela qual a história moderna entende os documentos”, as instalações encontravam-se abandonadas e com estrutura precária, exigindo grande esforço de recuperação.

Desde setembro de 2004, o edifício passou a sediar o recém-instituído Colégio Brasileiro de Altos Estudos, criado com “o objetivo de reunir os centros de excelência da Universidade e permitir a transversalidade



O Morro da Viúva e a Avenida do Contorno, hoje Avenida Rui Barbosa, vendo-se, à esquerda, o Hotel Sete de Setembro, 1922.
Foto Jorge Kfuri / Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

Hotel Sete de Setembro
Foto Augusto Malta / Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

de caráter eclético com tendência clássica, por conta de suas similaridades com outros monumentos ecléticos da arquitetura balneária da Côte D’Azur, Cannes”.

Construído pelos irmãos Jannuzzi, curiosamente no mesmo lugar de suas oficinas desapropriadas, o hotel foi dirigido por J. R. Staffa, empresário do ramo teatral e cinematográfico, disponibilizando para os hóspedes luxuosos salões e instalações ao ar livre. Uma das diversas formas de entreter seus frequentadores era uma constante programação de eventos musicais. Bailes eram usuais e mobilizavam a sociedade carioca.



Casa do Estudante
Universitário, 2022.

através de um diálogo profícuo entre os diversos campos do saber, espelhando não apenas a fronteira do conhecimento, mas também criando oportunidades de vinculação entre a comunidade acadêmica da Universidade Federal do Rio de Janeiro e toda a sociedade”.

De acordo com Maria Helena da Fonseca Hermes, as intervenções realizadas ao longo do tempo reduziram de quatro para dois blocos de edificações. De toda forma, ainda hoje, cem anos depois, o antigo Hotel Sete de Setembro continua sendo um belo exemplo da arquitetura eclética com tendências clássicas que marcou a paisagem do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século passado.

Seu entorno, contudo, explicita as mudanças pelas quais passou a cidade. Em 1922, ao passar por sua frente, na direção de Botafogo, os maratonistas encontrariam bem próximo, à sua esquerda, o mar, bem como à sua direita, ainda visível, o Morro da Viúva. Como vimos, a visão de ambos foi profundamente impactada pelas obras realizadas no decorrer do tempo.

13

Praia da Saudade Avenida Pasteur



» No seu longo percurso, deixando a Avenida Ruy Barbosa, os maratonistas entraram na bela Praia de Botafogo, passando defronte a um dos equipamentos esportivos mais simbólicos construídos no período Pereira Passos: o Pavilhão de Regatas. Dali, seguiram em direção a outra instalação de esportes providenciada pelo governo Carlos Sampaio, uma piscina utilizada nos Jogos Olímpicos do Centenário. Antes, contudo, percorreram outro logradouro remodelado naquelas reformas urbanas promovidas nos anos iniciais da década de 1920, a Avenida Pasteur, margeando a Praia da Saudade.

A Praia da Saudade começou a se tornar mais urbanizada e conhecida quando, em meados do século 19, por lá foi instalado o Hospício de Pedro II, posteriormente Hospital Nacional dos Alienados, primeira instituição do Brasil especializada em tratar doentes mentais. Alguns anos depois, foi ainda instalada nas redondezas a Escola Militar.

Naquele momento, aquela faixa de litoral não era alcançável, como hoje, pela Praia de Botafogo. O Morro do Pasmado ia até o mar, obliterando o caminho. Somente pela Rua da Passagem havia tal acesso. De fato, o processo de urbanização da região

» Ao cruzar a Praia de Botafogo, a caminho da Urca, os maratonistas de 1922 teriam outra grande surpresa: não mais veriam a Praia da Saudade já que, na década de 1930, foi totalmente ocupada e modificada com a instalação do Fluminense Yacht Club, atual late Clube do Rio de Janeiro. Olhando as imagens do passado, é difícil escapar do trocadilho óbvio: o balneário “deixou saudades”.

Em 1927, o governo federal concedeu a área para a agremiação construir sua nova sede. Após vencer disputas judiciais, o Comodoro Arnaldo Guinle convidou o arquiteto francês Joseph Gire para a projetar nos mesmos padrões arquitetônicos do Fluminense Football Club. A audaciosa proposta (456 metros de orla) levou vários anos para sua execução, só concluída parcialmente em 1939.

Até a configuração atual, ao longo dos anos, muitas outras intervenções foram promovidas pelo late Clube. Até hangares houve nos tempos em que se praticava a aviação esportiva, instalações depois removidas quando aumentou o tráfego do Aeroporto Santos Dumont.

É notório que o “fim” da Praia da Saudade impactou a paisagem da região. O aterramento de uma área pública para construção de um equipamento privado gerou mesmo muita polêmica. Na ocasião,



Hospital D. Pedro II, entre 1859 e 1861.
Domínio Público

somente se acentuou em função da promoção, em 1908, da Exposição Nacional Comemorativa do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brasil. Numa área entre a Praia da Saudade e a Praia Vermelha, muitos prédios foram instalados para acolher o parque de pavilhões.



Atividades do Fluminense Yacht Club.
Fon-Fon, 20 de julho de 1935, p. 37.



múltiplas foram as críticas que iam desde acusações de favorecimento político até questões relacionadas à saúde pública.

No *Diário Carioca* (13 de agosto de 1931), um cronista denunciou a “fedentina insuportável” que emanava do local durante o período de obras: “o mau cheiro é causado pelo fato de estar sendo aquele entulho feito com lixo de limpeza pública, concessão que aquela associação conseguiu do dr. Adolpho Bergamini, interventor federal, por medida de economia. No entanto o serviço não está sendo feito com as devidas cautelas higiênicas de modo a defender a saúde pública e o bem-estar da população. O cheiro é horrível e o local atrai um bando enorme de urubus que remexem o lixo atrás de porcarias”.

A região se tornaria mais movimentada na década de 1920 com o início da urbanização do bairro da Urca, iniciada pela reforma do cais construído em 1908, depois completada por um conjunto de aterros nas franjas do Pão de Açúcar. Nesse cenário, foi inaugurada uma bela via que circundava o Morro da Urca, a Avenida Portugal, assim denominada em homenagem ao país que ganhou espaço de destaque nas celebrações de 1922.

Tenha-se em conta que naquela região também se projetou a instalação de um hotel balneário que, contudo, não teve vida longa, tornando-se mais conhecido a partir da década de 1930 quando se transformou no célebre Cassino da Urca, posteriormente estúdio da TV Tupi do Rio de Janeiro.

Nesse mesmo processo de urbanização, a antiga rua que corria paralela à Praia da Saudade foi reformada e renomeada para Avenida Pasteur. Há que se ter em conta que aquela faixa de litoral também foi atingida pelas já citadas ressacas de 1921. Deve-se ainda considerar que, nos anos 1920, aquela era uma das áreas mais esportivas do Rio de Janeiro.

Na Praia de Botafogo, havia, além do já citado Pavilhão de Regatas, as sedes de duas importantes agremiações: o Clube de



Aterramento da Praia da Saudade, circa 1915. Foto Guilherme Santos / Acervo Instituto Moreira Salles



Matéria sobre o aterro da Praia da Saudade. *Diário Carioca*, 13 de agosto de 1931, p. 2.

Também foram frequentes as reclamações acerca do prejuízo causado à população pela perda do belo balneário público, destruído para dar lugar a um clube náutico que só a elite da cidade poderia usufruir. Parecia mesmo incoerente que no cenário em que um conjunto de obras foram promovidas para valorizar o contato com o mar, se aprovasse uma que retirava a visão e acesso a uma importante praia.

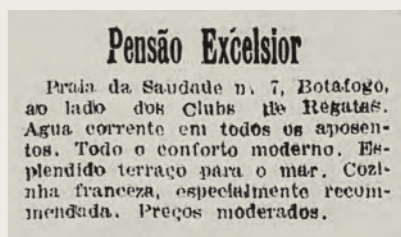
Essas críticas perduraram por anos. Em 1948, um cronista de *Fon-Fon*, na matéria “Apelo ao presidente”, chamou a cessão do espaço de “um verdadeiro crime contra a cidade e contra o direito que tem a sua população de ver a sua paisagem marinha”. A seu ver: “o que não se compreende é a permissão que se lhe deu contra a estética do panorama sem par da Guanabara... contra a beleza da cidade... desvirtuando toda a fisionomia topográfica de grande extensão da Beira-Mar, que era um dos mais legítimos orgulhos cariocas... Fica o povo carioca sem um dos seus mais formosos panoramas. Entope-se a vista dum avenida já tradicional e mete-se um muro de alvenaria onde se havia uma balustrada, somente para gáudio dos magnatas que se vão divertir à beira-mar nos seus ócios e grã-finimos espetaculares...”.

A despeito das mudanças, a Avenida Pasteur permanece sendo uma das mais belas do Rio de Janeiro. Sua área atual se estende do final da

Regatas Botafogo e o Clube de Regatas Guanabara. Logo depois do Morro do Pasmado, encontrava-se o Estádio do Botafogo Futebol Clube. A Praia da Saudade acolhera importantes sociedades de iatismo, como o Iate Clube Brasileiro, depois transferido para Niterói, e o Centro de Veleiros. Existia ainda na região outro campo de futebol pertencente ao Sport Club Brasil.

Uma importante ocorrência merece ser registrada. Como de costume nos projetos de Carlos Sampaio, vislumbrava-se conquistar espaços para novas habitações ou negócios de mais alto padrão que tivessem em conta desfrutar as benesses de uma vida à beira-mar. A intervenção teve também em conta retirar da região algumas construções mais modestas, um claro processo de gentrificação que marcou todas as obras do prefeito.

A própria denominação do logradouro, uma homenagem ao cientista Louis Pasteur, é um indício do que pretendia Carlos Sampaio com suas obras, a celebração de ideias higienistas, de saúde, de progresso. Tratou-se, a propósito, de uma proposta da Sociedade de Medicina e Cirurgia. Deve-se citar que a Faculdade Nacional de Medicina já se encontrava no logradouro desde 1918.



Anúncio de pensão localizada na Praia da Saudade. *O Imparcial*, 5 de abril de 1922, p. 9.



Matéria “Apelo ao presidente”. *Fon-Fon*, 26 de junho de 1948, p. 3.

Avenida Venceslau Brás até a Praça Guilherme Figueiredo. Ao longo dos anos, foi preservado ali um conjunto importante de prédios com grande valor histórico e arquitetônico. Dos prédios ainda remanescentes, três merecem destaque: o do Instituto Benjamin Constant, o da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o do Museu de Ciências da Terra, pertencente ao Serviço Geológico do Brasil (Ministério de Minas e Energia).

O primeiro, em estilo neoclássico, foi erigido em 1891 para acolher o Instituto Nacional dos Cegos, herdeiro do Imperial Instituto dos Meninos Cegos. O prédio passou por várias remodelações e restaurações, mantendo sempre sua principal precípua de cuidados com as pessoas com deficiência visual.

O segundo, inaugurado em 1852, foi por quase um século sede do já citado hospital psiquiátrico. Em 1949, depois de passar por reformas, tornou-se ocupado pela Universidade do Brasil, acolhendo importantes fatos da história da instituição e do Brasil.

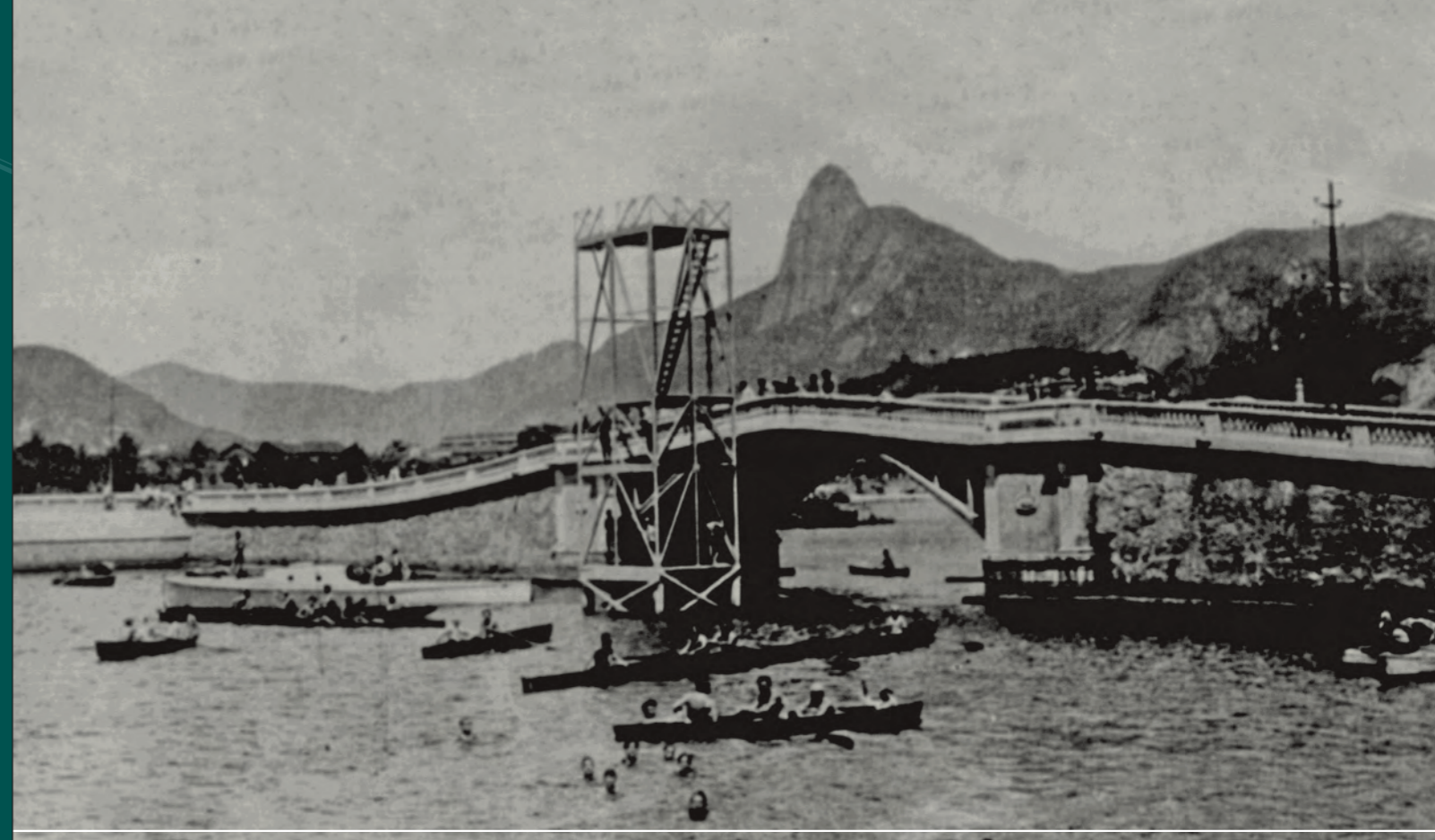
O terceiro foi erguido, em 1908, para ser o principal espaço da Exposição Nacional naquele ano realizada (foi o Pavilhão dos Estados). Já em 1909, por lá foi instalado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Em 2012, foi institucionalizado como Museu para melhor dar conta das coleções que possuía.



Morro da Urca, Praia da
Saudade, Rio de Janeiro
Acervo Biblioteca Nacional

14

Piscina Quadrado da Urca



» No processo de urbanização da Urca, uma das instalações mais simbólicas foi uma piscina utilizada nos jogos esportivos promovidos como parte das celebrações de 1922. Para Carlos Kessel (2001, p. 53), a constituição do bairro “foi um exemplo de parceria entre o poder público e investidores privados promovido por Carlos Sampaio. Desde a realização da Exposição de 1908 projetava-se a realização de um aterro que aproveitasse o cais então construído, e em 1919 foi assinado um contrato entre a prefeitura e o empreiteiro Domingos Fernandes Pinto para concretizar o empreendimento. Em 1921, foi por ele constituída a S.A. Empresa da Urca, [...], para construir um cais definitivo ligando a praia da Saudade à fortaleza de S. João. O contrato final [...] obrigava a empresa a construir uma piscina (onde se localiza hoje o ‘Quadrado’), ceder à prefeitura o direito de explorar a pedreira do morro da Urca e construir a avenida João Luiz Alves e o Balneário, e também uma escola para duzentos alunos”.

Perceba-se que a piscina construída utilizou uma estrutura já existente, a ponte/cais instalada em 1908. Apenas se delimitou mais o espaço para formar um quadrilátero e se instalaram

Na imagem, se vê a ponte/cais que fora construída em 1908 e, em 1922, seria reformada para, no processo de urbanização da Urca, dar origem à piscina que serviu aos jogos esportivos do Centenário.

Careta, 29 de maio de 1920, p. 21.



Praia Vermelha, 1930?.
Fotografia aérea, Holland, S. H./
Acervo Biblioteca Nacional
Na parte inferior da imagem,
se vê o “Quadrado da Urca”.

» Nos dias de hoje, a Urca é um dos bairros mais valorizados do Rio de Janeiro, emoldurado pelas águas da Baía de Guanabara e dotado de vários pontos turísticos, tais como o Pão de Açúcar, o Morro da Urca, a Mureta da Urca, o Forte São João e o antigo Cassino da Urca (que foi sede da TV Tupi e hoje abriga o conceituado *Istituto Europeo di Design*).

Do ponto de vista histórico e patrimonial, situado ao lado da Praça Cacilda Becker, merece destaque o “Quadrado da Urca”, a antiga piscina dos Jogos de 1922, bem tombado, em 2008, pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH).

Após a realização dos jogos esportivos de 1922, muitas provas e competições tiveram como sítio a instalação da Urca, especialmente partidas de polo aquático. A Federação Brasileira de Sociedades de Remo chegou a solicitar o uso do espaço à Prefeitura, mas sem recursos para realizar as adaptações necessárias, a piscina teve problemas por não receber serviços de dragagem para sua manutenção.

Em 1931, o Ministério da Guerra assumiu a administração do equipamento anunciando que iria providenciar o fechamento completo do Quadrado para garantir a realização de provas de natação. A promessa não se efetivou e, nos anos seguintes, os problemas de manutenção acentuaram-se.

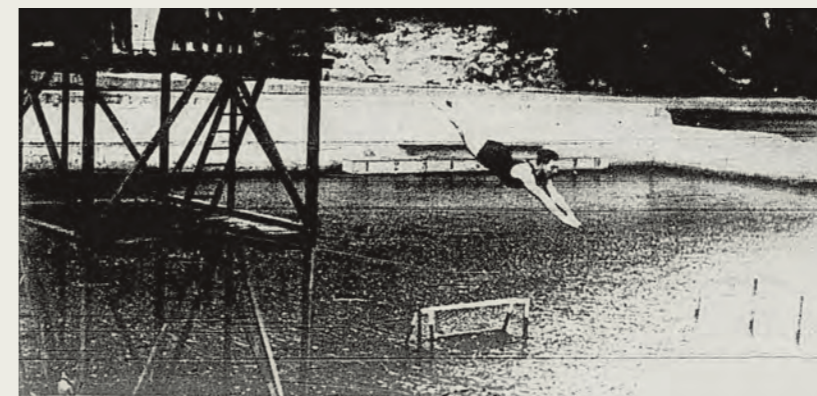
arquibancadas para permitir maior conforto para o público interessado nas provas e partidas.

Na ocasião, vale destacar, no Rio de Janeiro, somente uma piscina acolhia provas esportivas, notadamente de natação, a do Fluminense Football Club, inaugurada em 1919. Boa parte das competições de modalidades aquáticas, especialmente os jogos de polo aquático, eram disputadas no mar, frequentemente defronte ao Pavilhão de Regatas (Praia de Botafogo) ou na Praia da Saudade. Assim sendo, a piscina da Urca foi um investimento notável tendo em conta a boa realização dos eventos esportivos das celebrações do centenário.

A propósito, reconhecendo-se que eram insuficientes as instalações para as provas aquáticas (natação, polo aquático e mergulho), e mesmo de outras modalidades, graças à intervenção do deputado Macedo Soares, aventou-se conceder ao Clube de Regatas do Flamengo terrenos ainda sem uso que acolheram pavilhões da Exposição de 1908 para que construísse um estádio. Alguns cronistas sugeriam que a sede do Fluminense não daria conta de com qualidade cumprir essa função. Ao final, como vimos, preponderou a influência da agremiação das Laranjeiras.



Piscina do Fluminense.
Careta, 8 de fevereiro de 1919, p. 14.



São belas as imagens que ficaram dos usos da piscina da Urca, nos levando a refletir sobre a ideia de legado, algo que recentemente foi muito veiculado em função da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Algumas instalações duram muito tempo, por vezes mesmo se esquecendo sua origem. Outras praticamente não passam do período dos eventos. De toda forma, é bom sempre ter em conta o quanto tais equipamentos podem ser úteis para usos futuros.



Prova de mergulho disputada na piscina da Urca.
Revista da Semana, 23 de setembro de 1922, p. 29.

Visão do Quadrado da Urca. Percebe-se bem o formato original da piscina e sua ocupação atual como ancoradouro. Ao fundo, vislumbra-se o late Clube do Rio de Janeiro. Mais ao fundo, o Cristo Redentor, 2022. Foto Flávio Santos.

O *Jornal do Brasil*, de 15 de março de 1935, publicou uma matéria denunciando a realização de um aterro nos arredores da instalação. Segundo o cronista, essa obra rompeu o paredão da piscina, a assoreando, reduzindo sua profundidade, o que prejudicava seu uso. O jornalista criticou o descaso do poder público com um local tão apreciado: “Quando inaugurada, imediatamente toda a população que fazia esportes marítimos para lá se encaminhou [...] agora estava inutilizada para os fins que havia sido construída”.

Com o passar do tempo, surgimento de outras piscinas e deterioração das condições de balneabilidade da Baía de Guanabara, o Quadrado da Urca passou a ser utilizado como ponto de atracação para embarcações pesqueiras e de passeio. Tal uso acaba gerando intervenções não autorizadas pelo serviço de patrimônio (como ganchos para ancoradouros), resultando em conflitos diversos com os usuários.

Os maratonistas de 1922 talvez se surpreendessem ao saber que, nos dias de hoje, a maior parte da população sequer tem ideia de que o espaço fora construído para fins esportivos. Eles próprios teriam dificuldade de vislumbrar seu formato original tal o número de mudanças promovidas.



Avenida Atlântica



» Exaltar o mar no seu encontro com uma cidade renovada a fim de celebrar a adesão a ideais de modernidade, de civilização e progresso: esse foi um dos intuitos das reformas urbanas promovidas por Carlos Sampaio. Como vimos, o percurso da maratona esteve em consonância com esse princípio. Assim sendo, não surpreende que os corredores tenham percorrido outra via simbólica do conjunto de mudanças promovidas desde Pereira Passos: a Avenida Atlântica, localizada naquele bairro que, nos anos 1920, já começava a se constituir em uma referência para o Rio de Janeiro – Copacabana.

Foi mesmo Pereira Passos que promoveu as primeiras grandes iniciativas de urbanização daquele bairro, inclusive da orla, dando origem à Avenida Atlântica, inaugurada em 1906. Paulatinamente, aquela faixa do litoral passou a ser pontuada por muitas habitações de alto padrão, belas construções, alguns verdadeiros palacetes.

Na década de 1910, importantes intervenções no logradouro foram promovidas tendo em conta tanto o crescimento do número de moradores e visitantes, responsável por aumentar o trânsito de carros, quanto os constantes problemas com as já citadas ressacas.

Banhistas e transeuntes na Praia de Copacabana/Avenida Atlântica. Ao fundo, vislumbra-se o padrão de habitações da época. *Revista da Semana*, 12 de janeiro de 1924, p. 19.



O Graf Zeppelin sobrevoa a Avenida Atlântica em Copacabana, 1930. Escola de Aviação Naval / Diretoria de Aeronáutica da Marinha.

Na página anterior:
Avenida Atlântica, c. 1926.
Foto Augusto Malta / Acervo Instituto Moreira Salles.

» “Copacabana, princesinha do mar”: a canção de Braguinha, gravada originalmente, em 1946, na voz inconfundível de Dick Farney, consagrou a beleza de uma das mais famosas praias do Rio de Janeiro, um de seus principais cartões-postais não só pelo exuberante oceano, como também por seu calçadão que, com suas pedras portuguesas pretas e brancas, em formato de ondas, imprime uma marca única ao longo dos seus mais de quatro quilômetros de extensão.

A história da Avenida Atlântica, o principal logradouro de Copacabana, tem passagens importantes na década de 1930, quando aumentou o fluxo de transporte público no bairro que começara a ver substituídas suas casas e casarões por prédios, apartamentos para alugar por temporada, restaurantes refinados, cassinos. Já era tanto a praia preferida dos turistas quanto um dos prediletos lugares de moradia da elite carioca.

Efetivamente, entre as décadas de 1930 e 1970, o processo de urbanização de Copacabana teve um desenvolvimento vertiginoso. Em 1938, na administração do prefeito Henrique Dodsworth, foram concluídos os trabalhos de corte do Morro do Cantagalo, ligando Copacabana à Lagoa Rodrigo de Freitas. Com isso, abriu-se um novo eixo de circulação da Zona Sul carioca.

Na gestão de Paulo de Frontin (1919), concluiu-se um volume relevante de obras: “A ‘nova’ Av. Atlântica foi alargada para 19 metros, com pista de rolamento dupla, canteiro central com iluminação e foi reconstruída a calçada, também chamada de cais nos periódicos correntes, que havia sido demolida pelas ressacas. Também neste momento, foram incluídos postos de salvamento na praia, onde os salva-vidas ficavam no alto de postes de concreto” (FERREIRA, 2020, p. 100).

Em 1921, todavia, as ressacas voltaram a destruir a Avenida Atlântica. Carlos Sampaio, então, resolveu reformar e remodelar o espaço, inclusive com o reforço da calçada a fim de que pudesse melhor suportar o impacto das águas do mar, obra somente concluída em 1924, mas já apresentável quando foram realizadas as celebrações de 1922.

Vale citar que, àquela altura, as areias da Praia de Copacabana já eram ocupadas por diversas atividades esportivas, dinamizadas por clubes que se instalavam no bairro propugnando um novo estilo de vida relacionado ao desfrute dos prazeres à beira-mar. Alguns movimentos de diversificação das modalidades praticadas chegavam ao litoral, notável no caso do voleibol.

Copacabana, início dos anos 1950.
O Malho, setembro de 1952, p. 85.



Obras de reconstrução da Avenida Atlântica.
Fon-Fon, 20 de maio de 1922, p. 26.

Carlos Kessel (2001) informa que as obras de 1921/1922 foram financiadas pela emissão de apólices municipais. Mesmo essa intervenção que parecia tão necessária desencadeou polêmicas, para além dos custos, por ter sido um dos contratados o engenheiro Edgar Raja Gabaglia, noivo de Laurita Pessoa, filha do presidente da República à época. Os outros responsáveis pelo em-

O adensamento urbano intensificou-se ainda mais a partir de 1946, quando se autorizou a construção de prédios de 12 andares (antes o máximo permitido era oito). Nesse período, foram realizadas também importantes intervenções viárias: a construção dos túneis das ruas Tonelero (Túnel Major Rubens Vaz) e Barata Ribeiro (Túnel Prefeito Sá Freire Alvim).

A orla também passou por importantes intervenções. A duplicação da Avenida Atlântica, uma obra da gestão estadual de Negrão de Lima, foi inaugurada em 1971. Foi promovido novo aterramento e instalado um novo calçadão central que seguiu o padrão de pedras portuguesa, adotando-se, contudo, grafismos e cores que buscavam exaltar a formação étnica brasileira. Mais do que nunca, se assumiu a Praia de Copacabana como uma importante imagem e representação do Rio de Janeiro e do país para o mundo.

Atualmente, a Avenida Atlântica é palco dos maiores eventos do Rio de Janeiro. É nela que cerca de 2 milhões de pessoas se reúnem para comemorar a chegada do ano novo, uma das maiores festas de Réveillon do Brasil.

Os corredores de 1922 poderiam até recordar algo do passado se hoje percorressem a Avenida Atlântica, mas quase nada lembraria

preendimento foram Ademar de Mello Franco e Azevedo Amaral.

Houve também apoios à iniciativa. Assim se posicionou um cronista que até mesmo não considerou caro o custo da reforma: “A maravilhosa Avenida Atlântica, a joia mais preciosa de nosso litoral, merece realmente os carinhos da engenharia indígena, para tranquilidade e segurança dos seus moradores e para continuar a assombrar os estrangeiros com a sua majestosa e inigualável perspectiva” (*O Malho*, 5 de novembro de 1921, p. 23).

Entre as inovações promovidas nas obras de 1921 e 1922, foram reformulados os postos de salvamento e instalado um completo posto de socorros. Também foi construído um restaurante na Praça Vinte e Seis de Janeiro. O nome do estabelecimento, Lido, posteriormente batizaria o logradouro no vernáculo popular (nos dias de hoje, oficialmente denominado Praça Bernadelli). No seu lugar, atualmente se encontra a Escola Municipal Roma.

Em 1923, por iniciativa de Luiz Torre, proprietário da Empresa Balneária, que oferecia aos frequentadores das Praias de Copacabana e Leme barracas para os proteger do sol, foram instalados bancos para os interessados em apreciar o mar sem entrar na areia, iniciativa por um cronista considerada “um

Copacabana em 15 de março de 1971.
Arquivo SURSAN.

Na página seguinte:
Visão da Avenida Atlântica
com calçadão central, 2022.
Foto Flávio Santos.



aquele passado bucólico, quando a água do mar chegava próxima ao calçamento. Alguma coisa ficou daqueles tempos, é verdade. Esse é o caso do Copacabana Palace.



A mulher elegante e a Avenida Atlântica.
Fon-Fon, 3 de junho de 1922, p. 27.

grande melhoramento para nosso bairro” (*Beira-Mar*, 21 de janeiro de 1923, p. 3).

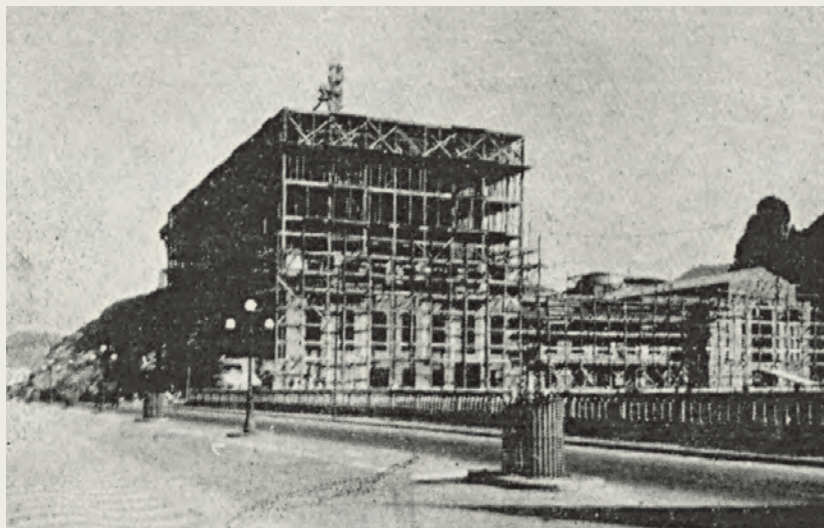
Com todas essas mudanças, mesmo ainda sendo bucólica, a Avenida Atlântica foi se tornando uma área valorizada pela vida elegante da cidade, lugar de *footing* e já algumas atividades noturnas promovidas em casas de particulares ou hotéis que foram se estabelecendo no bairro. Os automóveis por ela desfilavam. Linhas de bonde facilitavam a chegada de frequentadores. Os maratonistas viram um pouco desse frenesi ao por ali passarem.



16

Copacabana Palace





Copacabana Palace em construção. Ao fundo, a Pedra do Inhangá ainda avançada na Avenida. Seria depois retirada para a construção de edifícios e da piscina do hotel. *Fon-Fon*, 17 de junho de 1922, p. 17.

» Ao cruzar a Avenida Atlântica, os maratonistas passaram em frente a um dos hotéis construídos tendo em vista as comemorações do centenário: o Copacabana Palace. Grudado na Pedra do Inhangá, que até pouco tempo antes ia até o mar, bloqueando o trânsito pelo litoral, sua inauguração atrasou, somente ocor-



Einstein quando esteve hospedado em Copacabana. *Fon-Fon*, 28 de março de 1925, p. 50.

» Mesmo com tantas mudanças no seu entorno, ao longo de sua história, o Copacabana Palace sempre se manteve como símbolo de glamour da elite carioca e dos turistas mais abonados que chegavam ao Rio de Janeiro. Hospedou artistas, políticos, monarcas e foi palco de grandes eventos e comemorações. A lista dos notáveis que por lá se instalaram inclui nomes como Carmen Miranda, Ava Gardner, Janis Joplin, Mick Jagger, Orson Welles, Paul McCartney, Lady Di, Príncipe Charles, Santos Dumont e Albert Einstein.

Na década de 1930, o Copacabana Palace serviu de cenário para o filme *Flying Down to Rio*, produção hollywoodiana estrelada por Dolores del Río e Raul Roulien. Na película, Fred Astaire e Ginger Rogers dançaram juntos pela primeira vez. Foi lançada em dezembro de 1933, no Music Hall, Nova York. No ano seguinte, chegou ao Brasil. O seu sucesso contribuiu para que o hotel se tornasse mundialmente famoso.

Até meados da década de 1940, uma das atrações mais conhecidas do Copacabana Palace foi seu cassino, criado em 1926, plenamente em atividade a partir de 1933, ano em que Vargas legalizou a atividade no país. Inaugurado em dezembro de 1940, apresentaram-se em seu lendário *Golden Room* diversos artistas nacionais e internacionais, entre os quais Carmen Miranda, Charles Aznavour, Edith Piaf,



Inauguração do Golden Room do Copacabana Palace. *Diário Carioca*, 28 de dezembro de 1946.

Baile de carnaval do Copacabana Palace. *Fon-Fon*, 8 de março de 1924, p. 43.



Ella Fitzgerald, Josephine Baker, Marlene Dietrich, Maurice Chevalier, Nat King Cole e Ray Charles.

Depois de fechado o cassino, em 1946, quando o então presidente Eurico Gaspar Dutra proibiu os chamados "jogos de azar", ganhou destaque o pequeno teatro que foi ampliado e reinaugurado em 1949. O Teatro Copacabana Palace cumpriu papel relevante no ce-

rendo em 1923. Ainda assim, não deixou de ter destaque por seu luxo, conforto e beleza, algo que marcou sua trajetória no decorrer do tempo, até os dias de hoje.

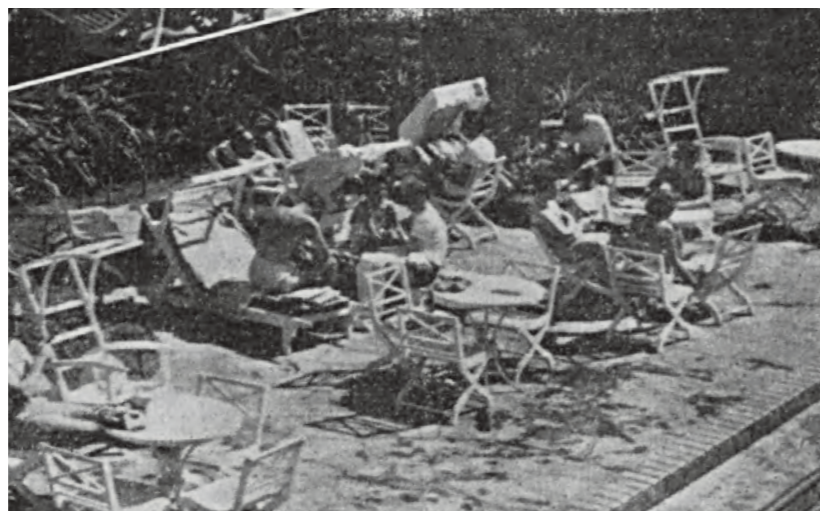
Desde o início, a ideia era mesmo dotar o bairro de um hotel que pudesse celebrar não só os intuits modernizadores de Eptácio Pessoa e de Carlos Sampaio, como também consagrar a importância que Copacabana vinha adquirindo na cidade, considerada como novo padrão que a capital deveria adotar se desejasse definitivamente progredir e abandonar seu passado por alguns considerado lúgubre.

Convidados, os Guinle – os mesmos já citados neste livro por seu envolvimento com o Fluminense Football Club –, ficaram responsáveis pela ousada iniciativa. Nessa empreitada, Octávio assumiu a liderança, contando com recursos de sua mãe, Guilhermina (à altura, o patriarca Eduardo já havia falecido). Castro e Silva e o Barão de Saavedra se associaram ao empreendimento.

Para projetar o Copacabana Palace, foi convidado Joseph Gire, que adotou um estilo eclético com inspirações nos hotéis balneários da Riviera Francesa. Octávio Guinle não poupou esforços e recursos, sendo importado grande parte do material utilizado.



Piscina do Copacabana Palace.
Careta, 2 de maio de 1951, p. 22.



nário cultural da cidade, tendo sido palco de espetáculos históricos e de momentos icônicos da dramaturgia nacional, como a estreia da atriz Fernanda Montenegro. Incendiou em 1953, foi reaberto no ano seguinte e manteve-se em funcionamento até 1994. Só foi reinaugurado novamente em dezembro de 2021.



Visita do presidente Arthur Bernardes ao Copacabana Palace às vésperas da inauguração.
O Malho, 18 de agosto de 1923, p. 39.

Não era tarefa fácil construir uma edificação daquele porte numa área de praia que sofria constantemente com as ressacas.

Os esforços valeram a pena. Paulatinamente, o hotel foi sendo considerado um dos principais da cidade e do Brasil, desempenhando um papel fundamental no desenvolvimento e conformação de representações sobre Copacabana e a Zona Sul carioca.

Desde seus primeiros anos de existência, o Copacabana Palace organizou bailes de Carnaval que se tornaram uma importante tradição no *grand monde* carioca, considerados os mais elegantes e suntuosos do Rio de Janeiro, superando até mesmo os do Hotel Glória.

Assim como ocorreu com o Hotel Glória, o Copacabana Palace perdeu um pouco do seu glamour a partir de 1960, quando a capital foi transferida para Brasília, sobretudo a partir das décadas de 1970 e 1980, quando hotéis mais modernos começaram a proliferar por uma Copacabana cada vez mais agitada.

Em 1985, o Copacabana Palace foi tombado pelo patrimônio federal, estadual e municipal. Em 1989, a família Guinle vendeu-o para o grupo Orient-Express, uma empresa de hotelaria internacional que atualmente se chama Belmond. Os maratonistas de 1922 constatariam que segue ativo e impávido.

17

Lagoa Rodrigo de Freitas



» Para concluir o trajeto, antes de retomarem o rumo em direção ao local de largada (o Estádio do Fluminense), os maratonistas percorreram o restante da Zona Sul que estava também em progressiva urbanização, seguindo por Ipanema, pela Avenida Vieira Souto, até chegar à Lagoa, um bairro que passava por profundas mudanças e recebeu intervenções da gestão Carlos Sampaio.

A região começou a se desenvolver, no início do século 19, em função da existência de plantações, notadamente de cana de açúcar, bem como da instalação de uma fábrica de pólvora e do Real Horto, nos dias de hoje o Jardim Botânico. No decorrer da centúria, as propriedades agrícolas deram lugar a chácaras e casas de campo, momento em que alguns hotéis se estabeleceram no bairro.

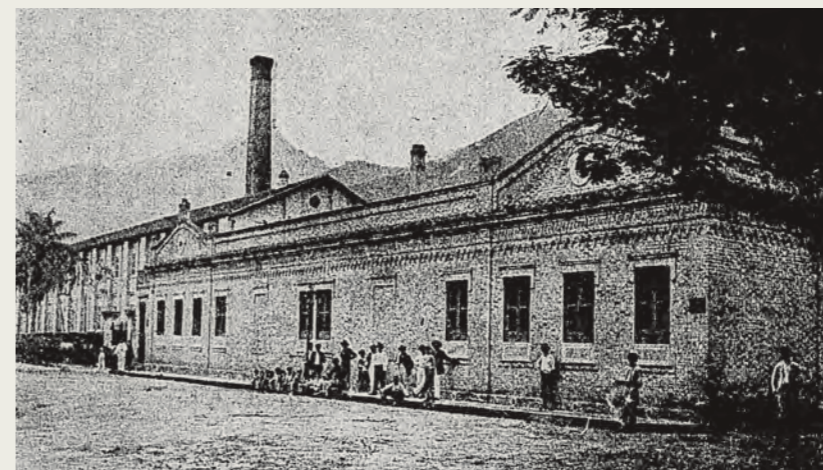
No final do século 19, diversas indústrias começaram a se instalar na Lagoa/Gávea a fim de aproveitar a fartura de água e terrenos disponíveis. Naquele momento, houve iniciativas mais denotadas, embora ainda tímidas, de desenvolvimento da infraestrutura local. A região foi se tornando habitada por operários que trabalhavam nos empreendimentos fabris, coexistindo com antigos moradores das chácaras que ainda permaneciam.

Túnel Rebouças em construção.
Acervo Arquivo Geral da Cidade
do Rio de Janeiro.

» Todos os dias, milhares de cariocas e turistas trafegam em direção à Zona Sul do Rio de Janeiro por um dos principais corredores viários da cidade: o Túnel Rebouças. Idealizado durante a gestão do governador Carlos Lacerda, suas obras tiveram início em 1962 e foram concluídas em 1967, já na administração de Negrão de Lima. O intuito era criar uma forma de acesso direto da Zona Norte sem a necessidade de passar pelo Centro.

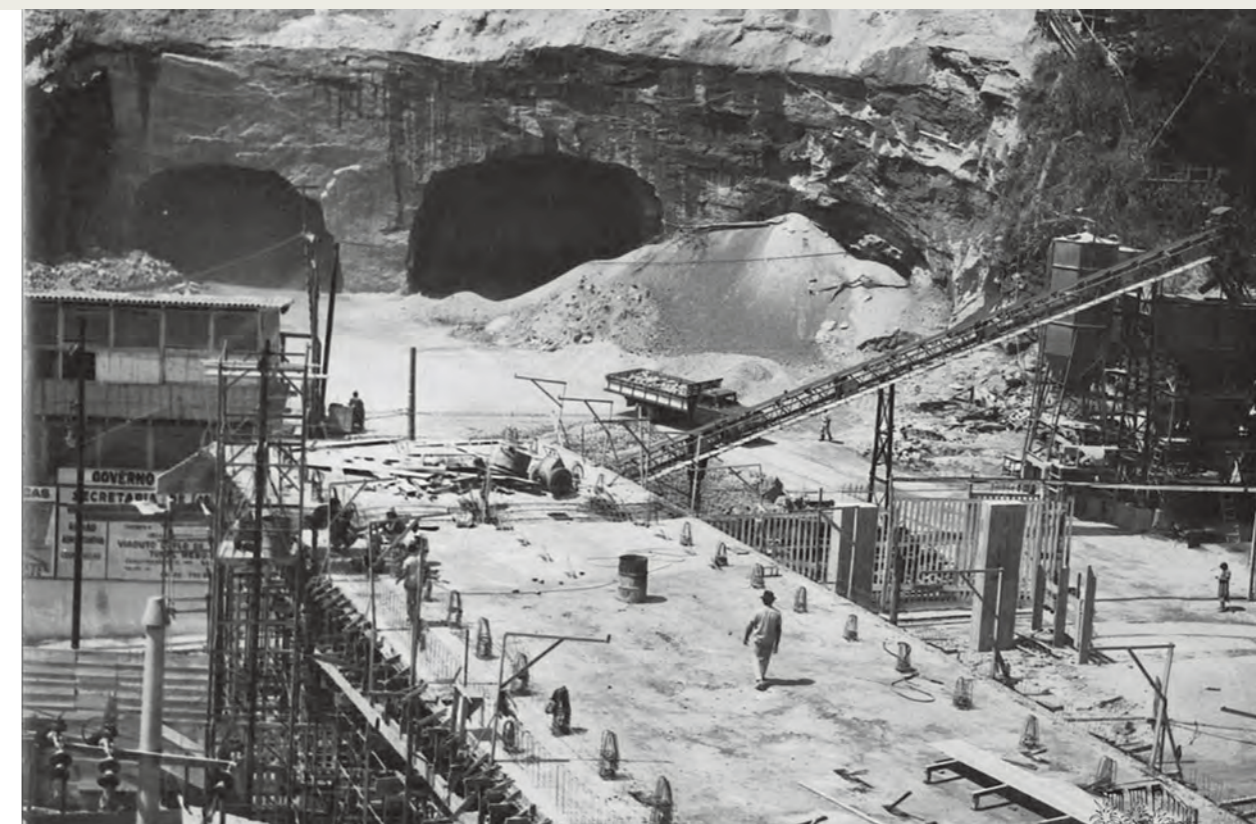
Ao sair do túnel, nos deparamos com uma paisagem impactante que ajuda a justificar para o Rio de Janeiro o epíteto de “Cidade Maravilhosa”. A Lagoa Rodrigo de Freitas, com sua beleza exuberante, é hoje um dos principais cartões postais da antiga capital, atraindo turistas e cariocas que buscam as muitas opções de lazer que a área oferece: pista para caminhada e bicicleta, quadras poliesportivas, rинque de patinação, espaço de gastronomia, clubes, cinema, entre outros.

Aos pés do Cristo Redentor, o espelho d’água da Lagoa reflete as imagens do Morro dos Irmãos e da Pedra da Gávea. É de fato um cenário de tirar o fôlego. Circundada pelas avenidas Epiácio Pessoa e Borges de Medeiros, ao seu redor há bairros (Lagoa, Ipanema, Gávea, Humaitá, Jardim Botânico, Leblon) que, entre as décadas de



Fábrika Carioca.
Revista da Semana, 10 de março
de 1901, p. 1.

Essas indústrias – especialmente a Fábrica Corcovado, a Fábrica Carioca e a Fábrica São Félix, todas do ramo têxtil – desempenharam um papel protagonista no desenvolvimento da região, intervindo diretamente ou angariando apoio de políticos diversos. Na verdade, ampliou-se também o protagonismo dos operários, manifesto numa série de associações, algumas de





1920 e 1940, passaram por intervenções urbanas decisivas para a modernização da cidade.

Como citamos, a Lagoa passou por um intenso processo de gentrificação, ganhando progressivo destaque no tecido urbano. Na década de 1940, o prefeito Mendes de Moraes ampliou o gabarito das construções para seis pavimentos. Entre os anos 1950 e 1970, ocorreu uma violenta remoção de favelas que existiam na região.

Com isso, acelerou-se o processo de urbanização da Lagoa, que tomou grande impulso a partir das décadas de 1970 e 1980, uma ocupação desordenada, fruto da especulação imobiliária, que impactou mesmo o espelho d'água, algo que provocou protestos de grupos da sociedade civil, incluindo moradores e arquitetos famosos, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Em 1975, na gestão do prefeito Marcos Tamoyo, o espelho d'água da Lagoa e sua orla foram tombados pelo patrimônio histórico, proibindo-se a instalação de novas edificações no seu entorno. As margens da Lagoa deveriam ser destinadas exclusivamente para aparelhos e equipamentos de lazer. De toda forma, nas décadas seguintes, a área continuou a sofrer intervenções que a colocaram no centro da agenda das políticas públicas, especialmente no que tange

caráter reivindicatório, outras de cariz assistencialista, muitas de natureza recreativa – musicais, dramatúrgicas, sociais e esportivas.

A região da Lagoa/Gávea transformou-se num celeiro de clubes de futebol e espaço de estruturação de clubes náuticos integrados por operários, agremiações que contribuíram com a dinâmica do bairro, mas também da cidade, diversificando a cena esportiva do Rio de Janeiro.

Com o aumento da importância da região, diversas intervenções do poder público começaram a ser realizadas, interferindo, inclusive, no tamanho do espelho d'água da Lagoa que, no decorrer do tempo, iria reduzir-se cada vez mais. Pereira Passos e Paulo de Frontin entabularam ações ligadas ao saneamento, o mesmo que motivou as iniciativas de maior monta e impacto realizadas na gestão de Carlos Sampaio.

O prefeito tomou ações semelhantes em outros bairros, com destaque para as obras procedidas na Tijuca/Maracanã. Sampaio, tendo em conta o saneamento e o embelezamento, mas também gerar novos espaços para o mercado imobiliário, seguindo ideias do engenheiro Saturnino Brito, promoveu o encanamento

Arquibancada do estádio do Carioca Football Club. *Careta*, 24 de agosto de 1912, p. 30.



Vista aérea dos bairros de Ipanema, Leblon e da Lagoa Rodrigo de Freitas, s.d.
Foto Jorge Kfuri / Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

O Graf Zeppelin sobrevoa a Lagoa Rodrigo de Freitas, 1930.
Acervo Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.



à questão ambiental.

A despeito de tantas mudanças, a Lagoa ainda lembra muito de seu passado por sua exuberância, já não tão mais bucólica, é verdade. Nossos corredores de 1922 provavelmente a reconheceriam e, antes de voltar para o ponto de partida da maratona, talvez refletissem: como mudou esta cidade.

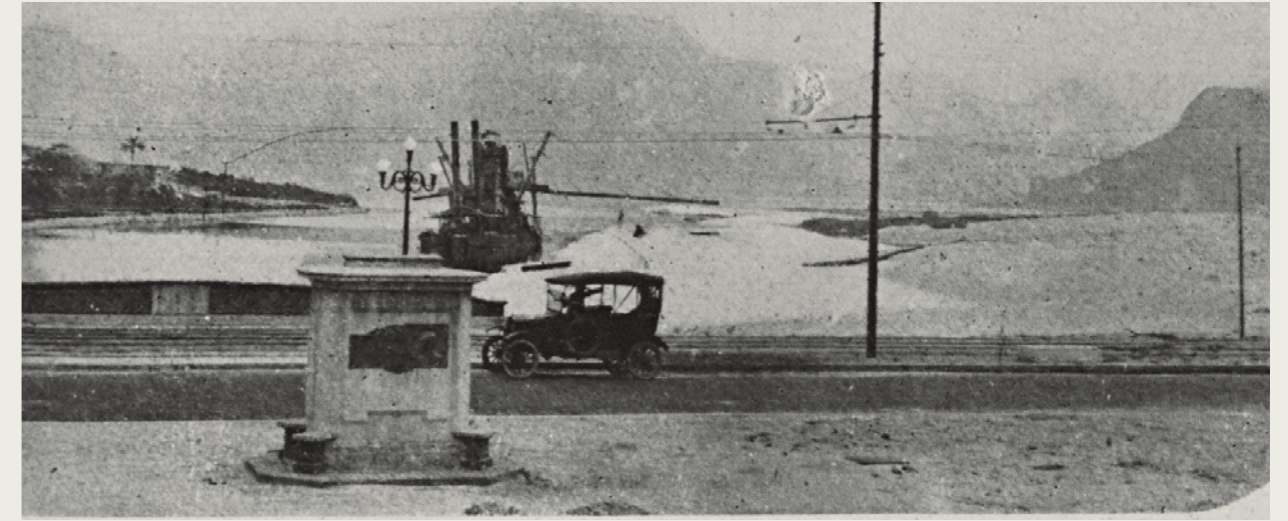
Ainda assim, muito se preservou, inclusive no que tange a sua beleza notável. A questão é refletir o quanto ficará para 2122, para os próximos cem anos, bem como o que mudará para melhor atender

dos rios da Gávea/Lagoa, abriu uma saída da Lagoa para o mar – futuramente ainda mais urbanizada dando origem ao Jardim de Alá, e construiu uma avenida que contornava o espelho d’água, atual Avenida Eptácio Pessoa.

Nos terrenos ganhos da Lagoa, futuramente algumas agremiações esportivas se instalariam, com destaque para o Jôquei Clube, que contou com incentivos, apoios e simpatia de Carlos Sampaio, ainda que seu hipódromo somente fosse inaugurado alguns anos depois do fim de sua gestão. Além disso, com as obras e aterros, surgiram duas ilhas no espelho d’água, na qual se estabeleceram o Clube dos Caiçaras e posteriormente o departamento esportivo do Clube Naval.

Uma vez mais, muitas foram as polêmicas que cercaram a realização de obras na gestão Sampaio. Foram criticadas a forma de intervenção no espelho d’água, as técnicas utilizadas (até mesmo uma draga foi utilizada para abrir o canal de ligação com a Lagoa) e mesmo a dotação posterior dos terrenos conquistados com o aterro.

Carlos Kessel (2001) lembra que Sampaio perspectivava já naquela ocasião a construção do que no futuro seria o Túnel



Rebouças, a seu ver uma solução que facilitaria o alcance da linda região, mais uma estratégia para valorizar o entorno. Efetivamente, suas ações marcam o início de um projeto de gentrificação da Lagoa/Gávea que se tornou explícito a partir dos anos 1960.

Abertura do canal da Lagoa com o mar.
Fon-Fon, 23 de dezembro de 1922, p. 113.

Lagoa Rodrigo de Freitas e calçada da Avenida Borges de Medeiros, 2022.
Foto Flávio Santos.

os cidadãos. Que projetos de cidade estão em curso que podem pôr em risco sua própria existência, ao menos a plena convivência dos mais diferentes grupos sociais.

Nesse ano de 2022, em função do quadro nacional conflagrado e da obtusidade dos grupos políticos que estão no poder, perdemos a chance de promover debates mais arrojados. Ainda assim, muitos são os coletivos preocupados com o futuro da urbe. Para além disso, cada cidadão pode e deve entabular cotidianamente reflexões sobre esse nosso cantinho de terra, pequeno se tivermos em conta a extensão do mundo, mas enorme se considerarmos o espaço que ocupa no coração de muitos cariocas ou gente que por aqui não nasceu ou vive e ainda assim se derrama de amor por essa que insiste em ainda ser a “Cidade Maravilhosa”... pena que não para todos que nela habitam.





Lagoa Rodrigo de Freitas, visão desde a Avenida Eptácio Pessoa. Ao fundo, Morro Dois Irmãos e Pedra da Gávea. Foto Flávio Santos.

Legendas e créditos das imagens de abertura

Pág. 21



Visão geral do Estádio do Fluminense. A *Careta*, 30 nov. 1929, p. 14.

Sede do Fluminense Football Club, visão da Rua Pinheiro Machado. O estádio se encontra atrás desse muro, que substituiu as arquibancadas destruídas por ocasião da duplicação da Rua Pinheiro Machado. Pode-se ver do lado direito um pedaço da arquibancada atual. Ao fundo, o Cristo Redentor. Foto Flávio Santos.

Pág. 29



Imagens do aterro que deram origem à expansão da Avenida Beira-Mar. *Fon-Fon*, 2 de outubro de 1926, p. 50.

A ampla visão permite perceber os sucessivos aterros. Considere-se que os prédios do fundo estão na região da Avenida Rio Branco e do Passeio Público. A avenida Beira-Mar passava, na foto atual, beirando a feira que se encontra do lado esquerdo

inferior. Pode-se ver um pedaço do logradouro entre as árvores. Hoje, a Avenida Beira-Mar é aquela que está no meio da imagem, construída no tempo de Carlos Sampaio, depois da Praça Paris, que foi inaugurada em 1926. O que está entre ela e o mar foi obra do Aterro do Flamengo (uma boa referência é o Monumento aos Pracinhas, que se encontra bem ao centro da imagem). Foto Flávio Santos.

Pág. 39



Propaganda do Hotel Glória. *O Malho*, 24 de setembro de 1921, p. 50.

Visão do Hotel Glória que nos permite perceber como ficou mais distante do mar, bem como cercado de outros prédios. Foto Flávio Santos.

Pág. 47



Exposição Internacional do Centenário da Independência 1922 - Entrada. Foto Thiele & Kollien/Coleção Mestres do Séc. XIX/Instituto Moreira Salles

Visão da Avenida Rio Branco, antiga Avenida Central, com Obelisco ao centro. Nessa região se localizava o Portão Principal da Exposição de 1922 e, à esquerda, o Palácio Monroe. Foto Flávio Santos.

Pág. 55



Ruínas do morro do Castelo; à esquerda, parte do aterro feito com a terra retirada do morro; à direita, Biblioteca Nacional, 1922. Foto Augusto Malta/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

Ladeira da Misericórdia, antigo acesso ao Morro do Castelo. Foto Halley Pacheco de OLiveira, 2012.

Pág. 65



Exposição Internacional do Centenário da Independência 1922 - Pavilhão do Distrito federal. Foto Thiele & Kollien/Coleção Mestres do Séc. XIX/Instituto Moreira Salles

Museu da Imagem e do Som, com novas edificações ao fundo. Foto Flávio Santos.

Pág. 71



Exposição Internacional do Centenário da Independência 1922 - Pavilhão França. Foto Thiele & Kollien/Coleção Mestres do Séc. XIX/Instituto Moreira Salles

Academia Brasileira de Letras tendo na lateral direita o Palácio Austregésilo de Athayde. Foto Flávio Santos.

Pág. 77



Exposição Internacional do Centenário da Independência 1922 - Pavilhão de Estatísticas. Foto Thiele & Kollien/Coleção Mestres do Séc. XIX/Instituto Moreira Salles

Centro Cultural do Ministério da Saúde, Praça Marechal Âncora. Foto Flávio Santos.

Pág. 83



Passeio Público. Ao fundo, conjunto de prédios da Rua do Passeio e da Avenida Rio Branco. O Teatro-Cassino Beira-Mar se encontrava nessa região do parque. Onde se encontra essa rua (Mestre Valentim) antes se encontrava a faixa de areia da Praia da Lapa e Praia do Boqueirão. O mar ficou cada vez mais afastado com as obras das reformas de Carlos Sampaio e da construção do Aterro do Flamengo. Foto Flávio Santos.

Pág. 91



Morro da Viúva sem a Avenida do Contorno. *Fon-Fon*, 15 de julho de 1922, p. 30.

Praia de Botafogo. Ao fundo se vislumbra o Morro da Viúva escondido pelo conjunto de prédios. Foto Flávio Santos.

Pág. 99



Inauguração da estátua oferecida pelo México ao Brasil - Monumento a Cuauhtémoc, 1922. Foto Augusto Malta/Acervo Instituto Moreira Salles

Visão frontal da Estátua de Cuauhtémoc. Ao fundo, entre os prédios, atual Avenida Oswaldo Cruz, antiga Avenida de Ligação. Foto Flávio Santos.

Pág. 105



Hotel Sete de Setembro, 1922. Foto Augusto Malta/Acervo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

Visão frontal da Escola de Altos Estudos/UFRJ, Avenida Rui Barbosa. Foto Flávio Santos.

Pág. 111



Praia da saudade (atual late Clube RJ), 1908. Foto Marc Ferrez/Coleção Gilberto Ferrez/Instituto Moreira Salles

Avenida Pasteur. À esquerda, Instituto Benjamin Constant. À direita, muro do late Clube do Rio de Janeiro. Foto Flávio Santos.

Pág. 119



Praia de Copacabana e Hotel Copacabana Palace, circa 1922. Foto Theodor Preising/Coleção Brascan Cem Anos no Brasil/Acervo Instituto Moreira Salles

Copacabana Palace com edificações que o cercam. Foto Flávio Santos.

Provas na Piscina da Urca. *Paratodos*, 2 de dezembro de 1922, p. 24

Visão do Quadrado da Urca. Percebe-se bem o formato original da piscina e sua ocupação atual como ancoradouro. Foto Flávio Santos.

Pág. 125



Vista aérea da praia de Copacabana, com uma parte do calçadão destruído pela ressaca, circa 1921. Foto Jorge Kfuri/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

Visão da Avenida Atlântica, com calçadão da Praia de Copacabana. Foto Flávio Santos.

Pág. 133



Praia de Copacabana e Hotel Copacabana Palace, circa 1922. Foto Theodor Preising/Coleção Brascan Cem Anos no Brasil/Acervo Instituto Moreira Salles

Copacabana Palace com edificações que o cercam. Foto Flávio Santos.

Pág. 139



Vista aérea da Lagoa Rodrigo de Freitas e do Jardim Botânico, circa 1921. Foto Jorge Kfuri/Coleção Gilberto Ferrez/Acervo Instituto Moreira Salles

Vista aérea da Lagoa Rodrigo de Freitas, Rio de Janeiro 2010. Foto Chensiyuan

Bibliografia

ABREU, Maurício. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

AMORA, Ana M. G. Albano; COSTA, Renato Gama-Rosa. Lugares de memória da saúde no Centro do Rio de Janeiro. ANPARQ. *Anais do I Enaparq*. Rio de Janeiro: Anparq, 2010.

ARAUJO, Aduino Tavares. *Administração pública e reformas: um estudo sobre a produção intelectual de Carlos Sampaio (1920 – 1930)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2008.

BOECHAT, Ricardo. *Copacabana Palace: um hotel e sua história*. Rio de Janeiro: DBA Melhoramentos, 1998.

CANCELLA, Karina Barbosa. *O esporte e as Forças Armadas na Primeira República: das atividades gymnásticas às participações em eventos esportivos internacionais (1890–1922)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

COELHO, Victor. *Lagoa Rodrigo de Freitas*: uma discussão centenária. Rio de Janeiro: Cidade Viva, 2016.

DIAS, José. *Teatros do Rio*: do Século XVIII ao Século XX. Rio de Janeiro: Funarte, 2012.

DONADIO, Paul Baptista. “Foot-ball” na areia e banhos de sol no Rio de Janeiro (1917-1940). Recorde: *Revista de História do Esporte*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 1-20, 2011.

FERNANDES, Ulisses da Silva. *A natureza monumental do Copacabana Palace Hotel*: a antevisão de uma paisagem. 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2006.

FERNANDEZ, Renato Lanna. *O Jogo da Distinção*: C.A. Paulistano e Fluminense F.C. – um estudo da construção das identidades clubísticas durante a fase amadora do futebol em São Paulo e no Rio de Janeiro (1901 – 1933). 2016. Tese

(Doutorado em História Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2016.

FERREIRA, Alda de Azevedo. Pelas ondas do mar: o resgate da documentação histórica do calçadão de Copacabana (1905-1970). *Mnemosine*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 95-109, jul.-dez. 2020.

FERREIRA, Adjelme Dias de. *Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos*: o caso do Passeio Público da cidade do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

FONSECA, Anna Cristina Cardozo da. *A música na Exposição Internacional do Centenário da Independência*: memória e modernidade. 2017. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GOULART, Luana. “*O necessário para dar uma instrução completa*”: projetos educacionais em exposição nas vitrines de 1922. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://pensaraeducacao.com.br/pensaraeducacaoempauta/o-necessario-para-dar-uma-instrucao-completa-projetos-educacionais-em-exposicao-nas-vitrines-de-1922/>

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 327-347, 2011.

JUNQUEIRA, Júlia Ribeiro. As comemorações do sete de setembro em 1922: uma re(leitura) da história do Brasil. *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 155-177, 2011.

HERMES, Maria Helena da Fonseca. O antigo Hotel Balneário Sete de Setembro: Arquitetura eclética de tendência clássica. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul. 2007.

HERMES, Maria Helena da Fonseca. *O Hotel Sete de Setembro e a arquitetura balneária do eclétismo tardio no Rio de Janeiro*. PPGAV/EBA/UFRJ. 2007.

Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

KESSEL, Carlos. *A vitrine e o espelho*: o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Secretaria das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 2001.

LEME, Maria Cristina (org.). *Urbanismo no Brasil, 1895- 1965*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura, FAU-USP/ Studio Nobel, 1999.

LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. A Exposição do Centenário como marco para a profissão do arquiteto. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, jul. 2007.

LEVY, Ruth. *A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca no início dos anos 1920*. Rio de Janeiro: EBA/UFRJ, 2010.

MAGINA, Jeanice de Freitas; MELLO, Fernando Fernandes de. A obra de Roberto Burle Marx para a cidade do Rio de Janeiro – um patrimônio cultural carioca. In: SEGRE, Roberto; AZEVEDO, Marlice; COSTA, Renato Gama-Rosa; ANDRADE, Inês El-Jaick (orgs.). *Arquitetura + Arte + Cidade*: um debate internacional. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, 2010. p. 212-222.

MARTINS, Angela Maria Moreira. A Exposição Internacional de 1922. *Cadernos do Proarq*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 1-32, out. 1997.

MASCARENHAS, Gilmar. *Entradas e bandeiras*: a conquista do Brasil pelo futebol. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

MELO, Victor Andrade de. A sociabilidade britânica no Rio de Janeiro do século XIX: os clubes de *cricket*. *Almanack*, Guarulhos, n. 16, p. 168-205, ago. 2017.

MELO, Victor Andrade de. *Braço é Braço*: o *sportsman* Abrahão Saliture. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2021.

MELO, Victor Andrade de. Consagrando a experiência guanabarina: o iatismo. In: MELO, Victor Andrade de. *Cidade Sportiva 2* – volume 2 – diversificando as experiências esportivas. Rio de

Janeiro: Editora 7 Letras, 2022. p. 61-88.

MELO, Victor Andrade de. *Quando a Lagoa era subúrbio*: os clubes náuticos, a produção do espaço e o processo de gentrificação. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2022.

MENEZ, Alessandro. Civilização versus barbárie: a destruição do Morro do Castelo no Rio de Janeiro (1905-1922). *Revista Historiador*, Porto Alegre, ano 6, n. 6, jan. 2014.

MOLINA, Fabio Silveira. A produção da ‘Paris dos Trópicos’ e os megaeventos no Rio de Janeiro no início do século XX. *Finisterra*, Lisboa, v. 51, n. 102, p. 25-45, 2016.

MOREIRA, Paulo. Alfonso Reyes: México e Brasil entre a Noz e a Castanha. *Terceira Margem*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 73-86, 2010.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1992.

MOTTA, Marly. Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. In: FGV. *Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil>.

NONATO, José Antônio. *Era uma vez o Morro do Castelo*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.

O’DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana*: culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

PAIXÃO, Cláudia Míriam Quelhas. *O Rio de Janeiro e o morro do Castelo*: populares, estratégias de vidas e hierarquias sociais (1904-1922). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

PORTO, Alessandra de Figueiredo. *Copacabana Palace*: representações, imaginário, consumo e estilos de vida no palácio da Princesinha do Mar. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade

do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. *Exposição Internacional do Centenário de 1922*: processo de modernização e legado para a cidade do Rio de Janeiro. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

RIBEIRO, Fernanda de Azevedo. A gestão de Carlos Sampaio e o legado da Exposição Internacional do Centenário da Independência de 1922 para a cidade do Rio de Janeiro. *Gestão Universitária*, 2020. Disponível em: <http://www.gestaouniversitaria.com.br/artigos/a-gestao-de-carlos-sampaio-e-o-legado-da-exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-de-1922-para-a-cidade-do-rio-de-janeiro>.

RIBEIRO, Rafael Winter. Rio de Janeiro e a Avenida Beira-Mar: desejo de paisagem e cidade balneário nas primeiras décadas do século XX. *Confins*: Revista Franco-Brasileira de Geografia, São Paulo, n. 39, 2019.

SANT’ANA, Thaís Rezende da Silva de. Fincando estacas: a Exposição do Centenário da Independência do Brasil de 1922 nas fotografias da coleção Augusto César Malta de Campos pertencente ao Arquivo Histórico do Museu Histórico Nacional. *19&20*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, abr. 2007.

SANT’ANA, Thaís Rezende da Silva de. *A Exposição Internacional do Centenário da Independência*: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. “Jogos Olympicos do Rio de Janeiro” no Centenário de 1922: olhares sobre a política de um projeto de unificação e celebração da nação através do esporte. In: ANPUH. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo: Anpuh, 2011. p. 1-16.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Velhos projetos, novos projetos: os estádios construídos para

as competições internacionais no Brasil. *Ludopédio*, São Paulo, v. 27, n. 9, 2011

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Como ser um “clube grande”? Arnaldo Guinle e a gestão do Fluminense Football Club (1916-1931). *Revista Pensamento & Realidade*, São Paulo, v. 1, n. 29, p. 25-45, 2014.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; DRUMOND, Maurício; MELO, Victor Andrade de. Celebrando a nação nos gramados: o Campeonato Sul-Americano de futebol de 1922. *História*: Questões & Debates, Curitiba, v. 57, n. 2, p. 151-174, dez. 2012.

SANTUCCI, Jane. *Os pavilhões do Passeio Público*: Theatro Casino e Casino Beira-Mar. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

SCHUSTER, Sven. História, nação e raça no contexto da Exposição do Centenário em 1922. *História, Ciências, Saúde* – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 1-13, 2014.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público*: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1996.

SENNRA, Nelson. *História das estatísticas brasileiras*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

TENÓRIO, Maurício. Um Cuauhtémoc carioca: comemorando o Centenário da Independência do Brasil e a raça cósmica. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 14, p. 123-148, 1994.



Victor Andrade de Melo
é carioca. Professor da UFRJ,
é pesquisador do CNPq e da Faperj.
Coordena o Sport: Laboratório de
História do Esporte e do Lazer.



Juliana Carneiro
é professora da UFF e
pesquisadora da Cátedra
UNESCO de Políticas Culturais.

2022 © Numa Editora
O Centenário 100 anos depois:
Persistências e mudanças na cena
urbana carioca

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO
Juliana Carneiro

EDIÇÃO
Adriana Maciel

PRODUÇÃO EDITORIAL
Marina Mendes

REVISÃO
Laryssa Fazolo

PROJETO GRÁFICO
Dupla Design

FOTOGRAFIAS
Flávio Santos

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Carneiro, Juliana
O centenário 100 anos depois - Persistências e
mudanças na cena urbana carioca [livro eletrônico] /
Juliana Carneiro, Victor Andrade de Melo. -- 1. ed. --
Rio de Janeiro : Numa Editora, 2022. P. DF
ISBN 978-65-87249-88-9

1. História e Geografia 2. Urbanização (Rio de Janeiro,
RJ) - História I. Melo, Victor Andrade de. II. Título.

CDD-900



contato@numaeditora.com
[@numaeditora](https://www.instagram.com/numaeditora)
[numaeditora.com](https://www.numaeditora.com)

Visão da Avenida Atlântica com Praia de Copacabana. Foto Flávio Santos.



Este livro foi editado na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e publicado em Xxxxx de 2022. O texto foi composto com a tipografia Gimlet Micro Narrow e Margem e impresso em nas oficinas da gráfica Xxxxx.

» Entre 1920 e 1922, tendo como um dos argumentos a preparação da cidade para a celebração do centenário da independência brasileira, o prefeito Carlos Sampaio realizou uma série de obras no Rio de Janeiro. Também como parte dessas comemorações, foram organizados três eventos esportivos. Num deles, foi promovida uma maratona cujo trajeto passou por pontos fulcrais das reformas urbanas executadas. Cem anos depois, quando completamos o bicentenário do rompimento dos laços coloniais com Portugal, este livro pretende, ao seguir o percurso daquela corrida, perceber o que ficou e o que não mais existe daquele tempo.

Trata-se de uma obra de difusão. Não é nosso intuito proceder uma análise/interpretação aprofundada sobre o tema. Com o contraste de imagens, o que desejamos é oferecer uma oportunidade para que se conheça algo sobre o Rio de Janeiro nesse último centenário. Considerando o momento pelo qual estamos passando na cidade e no Brasil, uma pergunta básica se impõe: o que temos a comemorar? Ainda que tal resposta não seja explicitamente o cerne do livro, é seguramente algo que jamais saiu de nosso intuito. Em última instância, é uma declaração de amor à Cidade Maravilhosa, esse canto de terra que, a despeito de todos os problemas, segue nos emocionando.



REALIZAÇÃO



PRODUÇÃO



PATROCÍNIO

Secretaria de
Cultura e Economia
Criativa



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

